Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

PEDRA DO SAL

PATRIMÔNIO CULTURAL/MUSEU.

Vania Oliveira Ventura

UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2016

Vania Oliveira Ventura

PEDRA DO SAL PATRIMÔNIO CULTURAL/ MUSEU.

UNIRIO-MAST
2016

PEDRA DO SAL

PATRIMÔNIO CULTURAL/MUSEU

Por Vania Oliveira Ventura
Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02- Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio.

Orientadora:
Professora Doutora Luisa Rocha

UNIRIO/MAST- RJ
Rio de Janeiro, março de 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRA DO SAL - PATRIMÔNIO CULTURAL/MUSEU

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profª Drª _____

Profª Drª Luisa Rocha
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO
(PPG-PMUS – UNIRIO/MAST – Orientadora)

Profª Drª _____

Profª DrªElizabete Mendonça
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO

Profª Drª _____

Profª Drª Alda Heizer
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ

Rio de Janeiro, 2016

V 468 Ventura, Vânia Oliveira
Pedra do Sal: patrimônio cultural / museu / Vânia Oliveira Ventura.—Rio de Janeiro, 2016.
159. : il.

Orientador: Professora Doutora Luisa Rocha
Referência: f. 137-145
Inclui apêndices e anexos

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2016.

1.Museologia. 2. Patrimônio cultural. 3. Pedra do Sal. I. Rocha, Luisa. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV.Título.

CDU: 719

Primeiramente, agradeço a Deus por ter
me dado força e persistência para continuar
com meus projetos no período
mais difícil de minha vida.
Agradeço à minha mãe,
que não se encontra mais aqui,
e ao meu pai pelo apoio.

Agradeço à minha prima Elaine Cristina ,
por me incentivar a realizar esta
pesquisa no Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio.

Agradeço aos entrevistados,
pois foram fundamentais para essa pesquisa.
Agradeço às professoras
Alda Heizer e Elizabete Mendonça,
por participarem da minha banca
examinadora
e pelas orientações que me deram.

Agradeço, por fim,
a todos os professores do Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio,
especialmente ao
professor Carlos Borges e à professora Luisa Rocha,
minha orientadora,
que foi humana e compreensiva diante
dos problemas que passei,
sua postura que
me ajudou a concluir a dissertação.

RESUMO

VENTURA, Vania Oliveira**. Pedra do Sal. Patrimônio Cultural/Museu**.

Orientadora: Professora Doutora Luisa Rocha, UNIRIO/MAST. 2016.

A dissertação analisa o patrimônio cultural da Pedra do Sal localizada no Rio de Janeiro no bairro da Saúde, um lugar considerado religioso, de memoração e de forte identidade cultural, que foi valorado por ser um ícone simbólico da reestruturação e resistência da cultura afro-brasileira no período pós abolição. Um local que possui muitas medidas governamentais de proteção do seu território, mais que não têm sido suficientes para garantir sua preservação, devido ás mudanças ocorridas neste espaço com a revitalização da área portuária, que acarretou a valorização deste território, dificultando a permanência de alguns moradores, os quais estão encontrando dificuldades financeira para se manter no local . Por isso esta pesquisa propõe a musealização do território da Pedra do Sal como mais uma medida para sua preservação, utilizando o patrimônio em questão como um elemento integrador da comunidade local ao processo de desenvolvimento deste território, com a proposta da criação de um Museu do Território. Para isso analisa o documento do processo de tombamento do patrimônio cultural da Pedra do Sal, partindo do conceito de documento e de patrimônio cultural, mensurando o patrimônio em questão pelos conceitos de ressonância e aderência. Abordando o contexto histórico de seus referencias culturais que se rementem ao grupo social da “Pequena África”, assim como o contexto da história do patrimônio cultural do Brasil até período de seu tombamento. Utiliza a pesquisa qualitativa por meio de entrevistas para verificar a representação que este patrimônio tem para as pessoas no século XXI, se possui ressonância, se tem aderência, se possui uma identidade cultural, se possui atualmente valores que justifique a importância de sua preservação. Para tanto, realiza uma análise de todas as medidas de preservação que existem no território do patrimônio cultural da Pedra do Sal. Aborda os conceitos de Museologia e Museu a fim de propor um processo teórico e técnico de musealização.

Palavras- chave: Pedra do Sal. Museu de território. Patrimônio. Museologia.

ABSTRACT

VENTURA, Vania Oliveira. **Pedra do Sal. Patrimônio Cultural/Museu**.

Orientadora: Professora Doutora Luisa Rocha, UNIRIO/MAST. 2016.

The dissertation analyzes the cultural heritage of Pedra do Sal located in Rio de Janeiro in the neighborhood of Health, a place considered religious, memorialisation and strong cultural identity, which was valued for being a symbolic icon of restructuring and african-Brazilian culture of resistance after the removal period. A site that has many protective government measures its territory more that have not been sufficient to ensure its preservation, due to the changes that have occurred in this space with the revitalization of the port area, which led to the recovery of this area, hindering the permanence of some residents which are encountering financial difficulties to stay on site. Therefore this research proposes the musealization the territory of Pedra do Sal as a further measure to its preservation, using the assets in question as an integrating element of the local community in the development process of this territory, with the proposal of creating a Territory Museum . For that analyzes the document overturning the cultural heritage process of Pedra do Sal, based on the concept paper and cultural heritage, measuring the heritage concerned by the concepts of resonance and grip. Addressing the historical context of their cultural references that rementem the social group of "Little Africa", as well as the context of the history of the cultural heritage of Brazil up period of its overturning. Uses qualitative research through interviews to verify the representation that this heritage is for people in the twenty-first century, it has resonance, has grip, it has a cultural identity, currently has values that justify the importance of its preservation. The study presents an analysis of all conservation measures that exist in the territory of the cultural heritage of Pedra do Sal. It addresses the concepts of Museology and Museum in order to propose a theoretical process and musealization technician.

Key words: Pedra do Sal. Territory Museum. Equity. Museology.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

AEIC- Área Especial de Interesse Cultural

APAC- Área de Proteção do Ambiente Cultural

CDFB- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CEDURP- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

CIEP- Centros Integrados de Ensino Público

CNRC- Centro Nacional de Referência Cultural

DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda

DPHAN- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FCP- Fundação Cultural Palmares

ICOM- Conselho Internacional de Museus

INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAESER- Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
LIESA- Liga Independente das Escolas de Samba
MEC- Ministério da Educação e Cultura
MRE- Ministério das Relações Exteriores
ONU- Organização das Nações Unidas
PND- Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNPI- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SAGA- Saúde, Santo Cristo e Gamboa
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPHAN- Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação
VOT- Ordem Terceira de São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

Cap.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL PEDRA DO SAL 12

1.1- PATRIMÔNIO 13

1.2- O DOCUMENTO 18

1.3 - A PEDRA DO SAL 19

1.4 -A “PEQUENA ÁFRICA” 23

1.4.1As ‘Tias’ e o Candomblé 28

1.4.2 João da Baiana e o samba 31

1.4.3 O samba como símbolo nacional 36

1.5 - TOMBO 38

1.6 - O CONTEXTO DO TOMBAMENTO DA PEDRA DO SAL NA TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL 45

1.7O TOMBAMENTO DA PEDRA DO SAL 51

Cap. 2 O PATRIMÔNIO CULTURA DA PEDRA DO SAL NO SÉCULO XXI 57

2.1 - A IDENTIDADE CULTURAL DA “PEQUENA ÁFRICA”. 61

2.2 - RESSONÂNCIA E ADERÊNCIA 70

2.3 - PRESERVAÇÃO DA PEDRA DO SAL 75

Cap. 3 A PEDRA DO SAL E A RETÓRICA DA PERDA 78

3.1 - O MUSEU INTEGRAL 91

3.2 - O MUSEU E A MUSEOLOGIA 94

3.3 - ECOMUSEU 100

3.4 -PEDRA DO SAL- PATRIMÔNIO/MUSEU DO TERRITÓRIO 106

CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

REFERÊNCIAS 114

APÊNDICE 123

ANEXO 167

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Pedra do Sal marcou minha vida. Frequento as manifestações culturais que acontecem em seu território à treze anos, sempre é emocionante. Quando estou sentada na Pedra do Sal imagino as histórias que ali passaram, no período da escravidão com muita tristeza e dor, no período de alegria com os batuques e festas das tias baianas e vivencio o momento atual, com as rodas de samba, o Baile Black do Bom, as festas do quilombo, a lavagem da pedra ou simplesmente sento na Pedra do Sal em um dia comum para contemplar e por a conversa em dia com os amigos. Me identifico com esse lugar, por isso o patrimônio cultural da Pedra do Sal foi escolhido como tema dessa dissertação

Esta pesquisa analisa o patrimônio cultural da Pedra do Sal, um monumento localizado no bairro da Saúde, perto do Largo da Prainha, na Cidade do Rio de Janeiro, que foi tombada em 20 de novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. É um local de especial importância para a história da cidade do Rio de Janeiro e para a cultura afro-brasileira por ser considerado um núcleo simbólico da região chamada de “Pequena África”.

A trajetória desse grupo é importante na composição da cultura nacional, pois foi na maneira desse grupo se reinventar no momento pós-abolição que criaram manifestações culturais diferenciadas, como o samba por exemplo, que se tornou um dos símbolos nacionais. No território da Pedra do Sal se desenvolveu uma identidade cultural distinta do restante da cidade do Rio de Janeiro, era o território das relações sociais e afetivas dos negros, que se traduziram em manifestações como os ranchos carnavalescos, as rodas de samba, as danças, as festas, as comidas, os rituais de candomblé. Esses foram os referenciais culturais apontados, para atestar o valor da Pedra do Sal como patrimônio cultural, a expressões culturais da “Pequena África”.

A Pedra do Sal é um lugar de grande importância histórica e cultural, considerado sagrado para algumas pessoas. Seu tombamento foi inovador para o ano de 1984 em vários aspectos: por ser o tombamento de uma rocha, um pedaço de chão de acesso ao Morro da Conceição; por ser o tombamento de um bem representativo da cultua afro-brasileira e por ser a tentativa de preservação de aspectos imateriais desta cultura através do tombo. Se tornou patrimônio cultural por ser um símbolo de reestruturação e resistência, um testemunho da “cidade negra” (INEPAC,1984, p. 6)

como Santos coloca no texto do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal.

Esse território, até o ano vigente de 2016, continua com forte identidade cultural, que se manifesta nas expressões culturais que adquiriram novos formatos e contornos com o tempo, continua um lugar fortemente simbolizado. Atualmente, constitui um espaço de moradia, de eventos culturais e de cerimônias religiosa. Em seu território existe moradores que residem no Quilombo da Pedra do Sal (fazem parte dezessete imóveis) e também existem moradores que não estão inseridos na área do quilombo. Nesse território ocorrem muitos eventos como as rodas de samba, o jazz, o baile black e as de caráter religioso como a lavagem da Pedra do Sal que as baianas do candomblé realizam anualmente com os Filhos de Gandhi. Seu território também é frequentado pelos turistas, pois como está situado perto do porto, na área da cidade que está sendo reurbanizada, recebe um fluxo grande de visitação.

A revitalização desta área, realizada pela prefeitura através do consórcio Porto Novo, está transformando radicalmente a área portuária, onde a Pedra do Sal está inserida. A reurbanização traz mudanças no aspecto material e imaterial do patrimônio cultural da Pedra do Sal, na vida dos moradores e em seu entorno. Diante da valorização do território alguns moradores encontram dificuldades em se manter no local. Os referenciais culturais apontados para que a Pedra do Sal se tornasse um patrimônio cultural se remetem a sua imaterialidade, às manifestações culturais realizadas pelo grupo que formava a “Pequena África” que foram ressignificadas por seus descendentes, muitos ainda moradores do território da Pedra do Sal. Os moradores são os agentes que configuram o sentido ao patrimônio cultural, uma vez que suas práticas culturais ressignificam o simbolismo desse território. Sendo assim, os mesmos precisam estar inseridos nesse processo de desenvolvimento da área.

Diante desse quadro, esta pesquisa tem por finalidade atestar o potencial de musealização do território do Patrimônio Cultural da Pedra do Sal, para que este seja um recurso para o desenvolvimento local, para a inserção dos moradores no processo de desenvolvimento da área portuária.

O patrimônio cultural da Pedra do Sal pode ser um dos caminhos para o desenvolvimento da comunidade, por estar inserido no território fornece força para o desenvolvimento por simbolizar a memória e os modos de vida dos habitantes. É um recurso para o desenvolvimento, uma vez que apreende a paisagem, à vida da população e suas atividades sociais, econômicas, sua linguagem, suas crenças, seu cotidiano, sua relação tradicional com os territórios vizinhos e com as entidades

(VARINE, 2013. p.19). Porque, juntamente com a população, é o único recurso que se encontra em toda parte, pois todo o planejamento para o desenvolvimento de um território deveria levar em conta o patrimônio em sua totalidade.

Como um Patrimônio Cultural/Museu a Pedra do Sal funcionaria como “um quadro, uma moldura para o desenvolvimento”, pois nela está inserida toda a dimensão material e imaterial da cultura local, evidenciando que o território é o resultado de uma história humana e natural, e que as condições para o desenvolvimento deveriam se processar dessa história, pois o “território que for definido respeitando seu patrimônio obteria um desenvolvimento local equilibrado e sustentável” (VARINE, 2013,p.17-19).

Entendemos que um museu pode ser um dos instrumentos a serviço do desenvolvimento local, pode ser um instrumento útil e eficaz de informação, educação e de mobilização, pode ser um meio dinâmico de administrar o patrimônio de uma comunidade e de seu território.

Ao propormos a pesquisa, temos a pretensão de contribuir para o campo da museologia e do patrimônio com um debate teórico acerca do museu que represente as expressões da sociedade, de suas diferentes manifestações e de suas diferentes coletividades, que se encontra em um processo contínuo de construção, que seja um o espaço de manifestação da memória e da criatividade, para o desenvolvimento social. E do patrimônio cultural como símbolo de valor, como um recurso para o desenvolvimento equilibrado e sustentável de uma comunidade. A produção do conhecimento sobre esta relação pode contribuir para o aprofundamento teórico-metodológico articulado entre os termos patrimônio, museu, memória, identidade e território. Pretendemos com este trabalho contribuir no processo de ressignificação identitária, das diferentes maneiras do homem se articular com sua cultura no tempo e no espaço.

A proeminência deste trabalho tanto socialmente quanto para o campo da museologia e do patrimônio justifica-se a partir do momento em que o museu sendo parte e fazendo parte da realidade social econômica e politica, com a função de atuar a favor do desenvolvimento social, proporciona espaço para novas formas de museologias, que levam o reconhecimento da globalidade do patrimônio, valorizando-o, como a riqueza da comunidade local, “indispensável para autonomia cultural e ao equilíbrio da comunidade que é sua detentora moral e historicamente” (VARINE, 2013, p.30).

Em relação aos fundamentos teóricos, foram utilizados os referenciais de Kátia Queiroz Mattoso (1998), José Ramos Tinhorão (1998), Sônia Giacomini, Michel Mafesoli (1984), Dias, José Murilo de Carvalho (2002), Roberto Moura (1995), Monica Pimenta Velloso para a contextualização histórica das mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro, que culminaram na formação da “Pequena África.

Nesta parte da pesquisa, Kátia Queiroz contribui para essa pesquisa ao tratar da reorganização social dos negros na cidade.

José Ramos Tinhorão contribui ao retratar a adaptação do negro recém alforriado no Rio de Janeiro.

José Murilo de Carvalho contribuiu no entendimento da estruturação da sociedade brasileira do período colonial até o período republicano. Em particular a formação do Brasil e por consequência o Rio de Janeiro, que foi capital do Império e da República, traduzindo intensamente todas as mudanças estruturais que ocorreram na história do país. Sua obra intitulada “Cidadania no Brasil. O longo caminho” permitiu que entendêssemos como o processo de civilização não foi capaz de abranger parte da população, como os negros, que ficaram totalmente à margem deste processo com a consolidação da República. Este fato interessa a esta pesquisa por serem esses membros desta parte da população que se fixou no centro do Rio de Janeiro, e criou alternativas para sobrevivência, que culminou em um estilo cultural peculiar que caracterizou as práticas sociais e culturais da “Pequena África”.

O trabalho de Roberto Moura, “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro”, contribui para um olhar mais próximo sobre a adaptação do negro no Brasil. O autor também aborda as mudanças estruturais que ocorreram no Brasil da colônia até a república, a prática da escravidão na Bahia e a adaptação dos negros a essas mudanças estruturais até o momento em que muitos partem para o Rio de Janeiro, onde o autor retrata as mudanças ocorridas na cidade e a formação do grupo da “Pequena África”.

Monica Pimenta Velloso, Kátia Queiroz, Giacomini e Michel Mafesoli contribuem ao falar sobre a estruturação dos negros na cidade do Rio de Janeiro, dos aspectos culturais e sociais da “Pequena África”, ressaltando o papel central das “tias” líderes do candomblé, nessa estrutura social.

Quanto ao samba, nos remetemos à Cláudia Matos (1982) e Sérgio Cabral (2011). Cláudia Matos com análise do comportamento social pelas letras dos sambas e Sérgio Cabral ao falar sobre as escolas de samba do Rio de Janeiro

No que se refere à importância do documento para esta pesquisa, Jacques Le Goff (2003)foi fundamental e também para a definição de monumento.

Matilde Bellaigue e Marilena Chauí contribuíram com a definição do conceito de memória.

Para circunscrever o campo da museologia e do patrimônio, procuramos o referencial teórico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1974- 1986), André Desvallées (1986), Tereza Sheiner (1998-2015), Hugues de Varine (2013), Zbynek Stránský (2007), Luiz Carlos Borges (2012), Márcio D'Olne Campos (2012), José Reginaldo Santos Gonçalves (1990, 2005, 2009, 2013), Stephen Greenblatt (1991)e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2002).

No campo de estudo do patrimônio, os teóricos Stephen Greenblatt, José Reginaldo Santos Gonçalves e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e foram importantes para o entendimento do conceito de patrimônio, cultura e valor. Os artigos de Luiz Carlos Borges e Márcio D'Olne Campos complementaram esta discussão além dos textos de patrimônio sob o viés da Museologia de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Hugues de Varine e Tereza Scheiner.

Na definição do patrimônio José Reginaldo Santos Gonçalves acrescenta ao debate com a definição de patrimônio cultural como uma categoria de pensamento. Tal categoria amplia o uso do termo e possibilitando o atributo de valor para os bens que não são reconhecidos oficialmente, em espacial para aqueles que transferem tradições, cultura e modo de vida. Tereza Scheiner contribui com a definição do patrimônio como reflexo da realidade social.

No estudo do patrimônio cultural como valor, foi fundamental a contribuição de Varine, Borges, Campos, Guarnieri sobre a construção social do valor e de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses ao ampliar essa a discussão sobre o patrimônio cultural e propor um roteiro para identificar componentes ou referências do valor cultural. O autor trabalha com os seguintes componentes do valor cultural: cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético. Varine complementa esta abordagem ao apontar o valor do patrimônio como um instrumento para o desenvolvimento social.

No campo do estudo da cultura, que também é pertinente a este trabalho, para a compreensão dos aspectos peculiares culturais da "Pequena África" no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi fundamental o marco teórico de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, ao definir a cultura a partir da relação do homem com seu meio e seu trabalho em todas as suas manifestações. Desta forma, criou a possibilidade de entendermos as manifestações culturais desse grupo na relação com o território.

Um outro ângulo nos foi aberto pelo conceito de ressonância desenvolvido por Stephen Greenblatt e explorado nos trabalhos de Luiz Carlos Borges e Márcio D'Olne Campos, ao analisarem o patrimônio mensurando-o por sua ressonância e aderência. O conceito de aderência também se mostra valioso para explicar como se dá a representatividade da Pedra do Sal para diversas identidades culturais.

Para a definição do conceito de museologia e museu os trabalhos de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses foi fundamental para a compreensão do papel do museu na sociedade.

Recorro ainda aos estudos de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri no âmbito da museologia, ao defini-laa como a ciência que estuda a relação do museu-homem-sociedade. Esta definição é importante para esta pesquisa por ampliar o objeto de estudos da museologia para além da observação e descrição de fenômenos, inclui também o estudo da relação social, o que vai de encontro ao objetivo aqui proposto de analisar as relações das diferentes identidades culturais no núcleo simbólico Pedra do Sal.

Para a definição dos instrumentos de patrimonialização, o tombo e o registro, a contribuição de Sonia Rabello e Maria Cecília Londres Fonseca foram importantes.

Ítalo Compofiorito (1984) contribui para o entendimento do contexto da história da preservação em que se deu o tombamento da Pedra do Sal.

Foi utilizada nesta pesquisa a análise de fonte primária, o documento do processo de tombamento da Pedra do Sal (Número/E-18/300048/1984), que se encontra no. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC). Outros documentos foram utilizados como as cartas patrimoniais, documentos da UNESCO, documentos do ICOM, a Constituição Federal de 1988, o Decreto Lei número 25 e o Decreto número 3.551. Também foi utilizado a análise de fonte oral, por meio das entrevistas.

Quanto a metodologia da pesquisa, constitui a articulação da teoria, da realidade dos pensamentos sobre a realidade. Para isso foi utilizada a pesquisa qualitativa, que divide em três partes a fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. Para a análise dos dados qualitativos, utilizamos a análise do conteúdo.

A presente dissertação é composta de três capítulos. O primeiro capítulo "PATRIMÔNIO CULTURAL PEDRA DO SAL", trata do processo de patrimonialização deste bem. Para isso buscamos a definição de patrimônio, documento e tombo, pertinente a esta dissertação. Para melhor compreensão dos referenciais culturais

apontados para o tombamento da Pedra do Sal, fizemos uma contextualização histórica, por isso apresentamos a história da ocupação do território da Pedra do Sal e da formação social da “Pequena África”, assim como de seus traços culturais, ressaltando o candomblé e o samba que são apontados como os principais referenciais culturais para o tombamento da Pedra do Sal no documento do processo. Neste capítulo também tratamos do contexto em que se deu o tombamento da Pedra do Sal, para isso analisamos a trajetória da história do patrimônio cultural no Brasil.

O segundo capítulo “O PATRIMÔNIO CULTURA DA PEDRA DO SAL NO SÉCULO XXI”, faz uma análise sobre a Pedra do Sal na atualidade, sobre a identidade Cultural da “Pequena África”, sobre o poder de ressonância e aderência deste patrimônio e sobre a eficácia de sua preservação.

No terceiro e último capítulo “A PEDRA DO SAL E A RETÓRICA DA PERDA”, analisaremos o território do patrimônio cultural da Pedra do Sal como um museu do território como mais uma medida de preservação e como um recurso para o desenvolvimento local. Para isso analisamos outras medidas de preservação que esse território possui além da patrimonialização da Pedra do Sal, como o tutelamento, a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC),a Área Especial de Interesse Cultural (AEIC) e o Quilombo da Pedra do Sal. E buscamos o conceito de museu e museologia, que é pertinente a esta dissertação, para isso tratamos da definição do Museu Integral e do Ecomuseu para melhor compreensão da Pedra do Sal como patrimônio-museu.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia da pesquisa, ela constitui a articulação da teoria, dos pensamentos sobre a realidade, incluindo “simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2008, p.14).

Em vista do objetivo proposto à análise do processo de patrimonialização da Peda do Sal, no intuito de verificar seu valor para a comunidade e seu potencial de musealização como um recurso para o desenvolvimento local, optamos pela realização de uma pesquisa de cunho qualitativo.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2008, p.17), se ocupa com os fenômenos sociais que não podem ser quantificados, como o universo simbólico, das crenças e dos valores, fenômenos humanos que são entendidos como parte da realidade social. Essa abordagem metodológica se adapta perfeitamente ao objeto de

estudo desta pesquisa, uma vez que os valores atribuídos a Pedra do Sal analisados serão prioritariamente de caráter simbólico.

A autora (2008, p.18) afirma que a pesquisa qualitativa é como um ciclo em processo “espiral”, pois se inicia com uma pergunta que ao ser respondida cria novos questionamentos e dúvidas. Ela se divide em três partes a fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

A primeira fase a exploratória remete à preparação para o campo: a definição do objeto, organização teórica e metodológica, criação de hipóteses, descrição do objeto de trabalho e definição do cronograma.

Nesta fase foi realizado o levantamento dos teóricos que serão utilizados nesta pesquisa, também foi feita a análise de fonte primária relativa ao documento do processo de tombamento da Pedra do Sal que se encontra no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico/ Documento número/E-18/300048/1984, o qual foi anexado, em parte, no final da dissertação.

A segunda fase é o trabalho de campo, quando combinamos os instrumentais de observação, comunicação, levantamento de dados, confirmação ou não da hipótese.

Nesta etapa foi utilizada a pesquisas de cunho qualitativo com a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores do território da Pedra do Sal e com frequentadores das manifestações culturais que lá acontecem. Nesse momento, a definição de critérios para seleção dos sujeitos do universo de investigação foi realizado com base na representatividade dos entrevistados na sua relação com o territorio, de forma a possbilitar a compreensão mais ampla do problema delineado.

A terceira etapa é a análise e tratamento do material empírico e documental, onde ocorreu a interpretação dos dados levantados na segunda fase, articulando-os com a teoria. Os dados foram ordenados, classificados e então ocorreu a análise propriamente dita. A análise qualitativa, segundo Minayo (2008, p.20), é mais do que a classificação de opiniões, é a descoberta de códigos sociais a partir do levantamento dessas opiniões. De fato, a pesquisa não se encerra, pois toda investigação produz novos conhecimento e indagações.

Para a análise dos dados qualitativos, utilizamos a análise do conteúdo, que consiste na categorização, descrição e interpretação como etapas essenciais para a análise das entrevistas. A análise dos conteúdos varia entre “o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BADIN,2011,p.134).

Para realizar a interpretação através da análise de conteúdo, em um primeiro momento foi realizada a codificação dos dados, por escolha de unidades de análise e da regra de contagem. A unidade de análise escolhida foi o tema. Depois da identificação dos temas, estes foram agrupados por categorias, com títulos genéricos.

Depois desse trabalho inicial, criou-se quadros com a informação do tema e categorias de análise.

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, para que os leitores tenham acesso. Foram analisadas e interpretadas de acordo com o quadro teórico que orienta a pesquisa.

De acordo com as regras do comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO (CEPE-UNIRIO), foi mantido o anonimato dos entrevistados e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso da entrevista.

CAPÍTULO I

O PATRIMÔNIO CULTURAL PEDRA DO SAL

1- O PATRIMÔNIO CULTURAL PEDRA DO SAL

Figura 1: Pedra do Sal, bairro da Saúde RJ (INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. P. 8)

O patrimônio cultural da Pedra do Sal é objeto de análise desta pesquisa com foco na identidade cultural que este bem representa assim como nos referenciais culturais que foram valorizados para seu tombamento, buscando ainda verificar se este bem simboliza a mesma matriz cultural e referências culturais no ano atual, no intuito de averiguar o potencial de musealização de seu território.

Neste primeiro capítulo discutiremos os conceitos de patrimônio, suas categorias e seus instrumentos, como o tombamento e o registro, de forma a subsidiar o entendimento do tombamento da Pedra do Sal, sobretudo o contexto histórico do patrimônio cultural brasileiro que possibilitou este ato jurídico institucional.

Acreditamos que a compreensão da origem e do conceito do patrimônio cultural nos permitirá analisar os tramites da patrimonialização da Pedra do Sal através do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), como parte de uma política pública do estado do Rio de Janeiro inserida no contexto de uma política de âmbito nacional.

A definição dos conceitos dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural, o tombo e o registro serão importantes para a análise deste tombamento que, para o ano de 1984 foi inovador, porque os valores atribuídos para seu tombamentos se remetiam a aspectos do patrimônio que só haveria um instrumento legal para sua preservação trinta e um anos mais tarde, o registro.

1.1 PATRIMÔNIO

O patrimônio cultural em termos etnográficos é um “fato social total”, por ser simbolicamente construído e servir como elemento mediador entre diversos domínios sociais, estabelecendo “pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres(GONÇALVES, 2005, p. 17).

Por ser um “fato social total”, como define Gonçalves (2005), patrimônio cultural é um conceito polissêmico que, na visão de Sheiner (2004, p. 32) pode assumir várias formas e significados, como herança, bens móveis ou imóveis, material ou imaterial. Isso porque o patrimônio cultural é constantemente ressignificado, por ser parte da realidade (SCHEINER, 2013, p.2), representativo de determinado grupo social, representativo do que este valoriza, por isso o patrimônio pode ser ressignificado por este grupo ou por outros grupos de acordo com o desenvolvimento da sociedade.

Na qualidade de expressão da sociedade, o patrimônio cultural pode servir como um instrumento para o desenvolvimento social sustentável. Segundo Varine (2013,p.18), o patrimônio sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece substrato para o desenvolvimento social, porque nele estão presentes os elementos necessário, que são: “o solo e a paisagem, a memória, e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens de serviço adaptados às demandas e às necessidades das pessoas” (VARINE, 2013, p.18).

Diante da definição de Varine (2013), o patrimônio é um instrumento possível para o desenvolvimento social, por propiciar valores materiais e imateriais. Entendemos que a noção de patrimônio é fundada na ideia de valor segundo Guarnieri (1983-1985, p.150-152), os patrimônios culturais são preservados porque se constituem em valor, quando possuem um valor social, que deriva de uma consciência que sua existência é fundamental e essa existência deriva de uma historicidade da qual uma parcela significativa de pessoas estão conscientes. Para a autora, o valor atribuído ao patrimônio cultural é questão de consciência histórica.

Na definição de patrimônio como valor, Borges e Campos (2012,p113) concordam com Guarnieri, ao também definirem o patrimônio a partir da ideia de valor. Em suas visões, o patrimônio é valor-coisa e não coisa-valor, pois para os autores a materialidade do patrimônio é histórica e simbólica e não está no bem enquanto tal. O valor equivale ao trabalho humano, “a substância social, a cada sociedade humana, em cada tempo, constrói seus próprios valores” (BORGES; CAMPOS,2012,p. 113).Nesse sentido, concordam mais uma vez com Guarnieri, pois para a autora o valor também corresponde ao trabalho humano: é “o elemento imanente em toda coisa presente na sociedade”, ou ainda “toda produção humana possui esse elemento social na forma de um valor atribuído historicamente e culturalmente”(GUARNIERI,1983-1985, p.153).

Scheiner (2006,p.115) compactua com Guarnieri, Borges e Campos com a definição do patrimônio baseada na ideia de valor, diz que

> O próprio conceito de patrimônio remete a ideias de valor, o que nos permite lembrar o seu caráter de signo (...) O patrimônio é uma poderosa construção significa, constituída e instituída a partir das percepções identitárias e integralmente vinculada ao pertencimento de pertença- a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais (...) expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural- estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende a natureza e a cultural (SCHEINER,2006, p. 115).

Um bem para ser considerado patrimônio cultural sofre uma atribuição de valor que o diferencia. Essa atribuição lhe é conferida pela agência pública e pela comunidade que com ele se identificam, que o consideram importante e por isso desejam preservá-lo por meio de instrumentos legais.

No final do século XIX e início do século XX, a Pedra do Sal era o núcleo do território de integração social dos negros no centro da cidade, onde muitos escravizados recém-alforriados buscavam sua reestruturação no Rio de Janeiro. Segundo Gonçalves (2009, p. 31) essa é a principal função do patrimônio enquanto categoria de pensamento, de integração social.

A Pedra do Sal foi valorada por simbolizar o território das relações sociais e afetivas, que se manifestavam como as rodas de samba, as danças, as festas, as comidas, os rituais de candomblé. Com o fim da escravidão foi a maneira como os negros pobres excluídos socialmente encontraram para perpetuarem e recriarem suas tradições, com práticas que serviam como uma válvula de escape para a vida que era difícil e de resistência cultural, “levando-os a desenvolverem expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade” (VELLOSO, 1990, p.2). A Pedra do Sal era simbolicamente importante para esse grupo, a patrimonialização muitas vezes chancela pela instituição aquilo que é valorado por grupos sociais, tornando-o um patrimônio cultural, pelo agenciamento do governo.

Assim, além de possuir o valor atribuído pela comunidade, a Pedra do Sal recebeu a chancela de patrimônio cultural e juntamente com ela seu entorno foi protegido pelo INEPAC para garantir a sua conservação, e para assegurar a fruição do bem. A Pedra e seu território receberam outras atribuições de valor por partes de agências do governo em momentos diferentes. Em 1988, o bairro da Saúde, onde se localiza a Pedra do Sal, foi definido como Área de Proteção do Ambiente Cultural junto com os bairros de Santo Cristo e Gamboa formando o que foi denominado de SAGA pela prefeitura do Rio de Janeiro[1]. Há também o reconhecimento do Quilombo da Pedra do Sal como patrimônio brasileiro, em 2005, pelo governo federal através da Fundação Cultural Palmares. E mais tarde, em 2014 seu território foi reconhecido pelo

[1]Embora as ações do processo de preservação dos conjuntos arquitetônicos representativos para a história da cidade tenham iniciado em 1984, o Plano Diretor Decenal, Lei Complementar 16/1992, só estabeleceu-se os alicerces para uma política pública clara e efetiva de proteção do patrimônio cultural instituindo a Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, instrumento utilizado para a proteção do ambiente construído em 1992 (INEPAC).

governo municipal como Área Especial de Interesse cultural[2], recebendo um estatus específico dentro da legislação de preservação.

O tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural, se enquadra no conceito de patrimônio de Guarnieri, Borges, Campos e Scheiner originário do campo da museologia e patrimônio, pois abarcam uma dimensão ampla desta noção, assim como o conceito de Gonçalves, oriundo da perspectiva antropológica do patrimônio, que o define como uma categoria de pensamento, como uma ideia, um conceito, como aquilo que transfere tradição, cultura e modo de vida, amplia essa noção ainda mais ao afirmar que o patrimônio é algo presente em todas as sociedades humanas. Gonçalves utiliza o conceito criado por Greenblatt, para explicar a relação do patrimônio à identidade, memória vinculadas ao pertencimento de um grupo social, Greenblatt que diz que:

> Por ressonância entendo o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. (GREENBLATT, 1991, p. 8).

Gonçalvez ao utilizar o conceito de Greenblatt, diz que o objeto que ressoa no espectador emerge do mesmo contexto cultural deste.

A ressonância provoca sobre um sujeito ou sobre um grupo social o efeito de evocação, onde o objeto traz a presença de algo que só por meio da memória se manifesta. A ressonância se refere à forma como o objeto afeta o sujeito ou o grupo social com sua potencialidade, de modo a provocar efeitos de rememoração relativo ao objeto.

Borges e Campos (2012, p. 116) também utilizam o conceito de ressonância para análise do processo de constituição do patrimônio, e assim como Gonçalves também apontam que para a análise do processo de constituição do patrimônio, a valoração do grupo social do qual o bem representa é fundamental, além dos processos de valoração efetivados pela agências públicas. Para Borges e Campos (2012), na avaliação do que é ou não é patrimônio, o conceito de ressonância sozinho não basta, deve-se associar a análise do grau de aderência da população em relação a determinado bem. Segundo eles, para o patrimônio

> ser cultural, histórica e afetivamente significativo para alguém ou grupo social, é preciso que o traço ou tradição cultural, do candidato a patrimônio, seja mensurado com base em uma matriz analítica

[2] Jornal *O Globo* online 24/07/2014.

> composta, no eixo horizontal, pela ressonância, e, no eixo vertical, pela aderência (BORGES;CAMPOS,2012, p.116).

Assim, para um bem se tornar patrimônio cultural é necessário a análise baseada nesses dois eixos. A ressonância refere-se ao campo de abrangência que o bem cultural alcança por meio da evocação, enquanto a aderência se refere à análise da intensidade da força evocada pelo bem.

Em se tratando da Pedra do Sal, um dos exemplos dessa análise sobre os dois eixos pode ser a representação que a Pedra teria para um morador do Quilombo Pedra do Sal[3] e para um frequentador de algum evento no local. O morador do quilombo constitui aquele que habita em um imóvel tombado (que faz parte da história do centro da cidade), no qual seus antecedentes formadores da “Pequena África” moraram e cresceram aprendendo o simbolismo cultural dos seus ancestrais, participando do cotidiano daquele território[4], compartilhando coletivamente das crenças, imagens, metáforas e símbolos que o faz se sentir pertencente àquele território. A Pedra do Sal ressoa simbolicamente para o morador do quilombo e também pode ressoar para o frequentador dos eventos, mas, provavelmente, não terá a mesma ressonância, a mesma representação, nem a mesma aderência. Para o morador do quilombo, a Pedra do Sal possivelmente evocará memórias de familiaridade e valores afetivos perpetuados pela tradição. A força representativa da Pedra do Sal para a pessoa que é moradora do Quilombo da Pedra do Sal, em função das manifestações culturais vivas, evoca uma memória, uma cultura que define o modo de vida. Por outro lado, o frequentador só dos eventos pode ter outras evocações, de outros níveis suscitadas no território da Pedra.

Borges e Campos (2012, p.116) colocam que o patrimônio só pode ser considerado como cultural se for instituinte e instituído simultaneamente, quando possuir um alto grau de ressonância e um alto grau de aderência (BORGES; CAMPOS,2012, p. 116).De acordo com a matriz analítica proposta pelos autores, para um bem se tornar um patrimônio cultural tem que ser mensurado por sua ressonância (campo de abrangência de sua evocação), e por aderência (a intensidade da força evocada). Verifica-se que a Pedra do Sal insere-se nessa mensuração, pois muito antes do processo de tombamento em 1984, já era referenciada como núcleo simbólico da “Pequena África”.

---

[3]Em 2005 foi criado o Quilombo Pedra do Sal.

[4]Entendemos o território conforme definição de Marc Augé, um espaço fortemente simbolizado.

Segundo Moura (1995,p.42), a Pedra do Sal era tida como uma casa para negros baianos e africanos que chegavam ao Rio de Janeiro. Era o local que identificaram como o seu território, onde se sentiram acolhidos, onde se reestruturaram após o fim da escravidão desenvolvendo traços culturais diferenciados do restante da cidade do Rio de Janeiro. A Pedra do Sal já era reconhecida por essa comunidade como sua casa, se tornando seu núcleo simbólico; ao ser tombada como patrimônio cultural adquiriu o valor instituinte, atribuído por uma agência do governo.

A Pedra do Sal, do século XIX até o século XX (período do seu tombamento), com base na matriz analítica de Borges e Campos (2012), e nos relatos de Moura (1995), possuía alto grau de ressonância e de aderência, mantendo o caráter simbólico pelas ressignificações das tradições oriundas da "Pequena África" através dos grupos sociais que ela evoca e convive em seu território. A Pedra do Sal se tornou um patrimônio cultural

> "porque se constituem em valor, por possui um valor social, que deriva de uma consciência que sua existência é fundamental, existência essa que deriva de uma historicidade da qual uma parcela significativa de pessoas estão consciente, patrimônio cultural é questão de consciência histórica" (GUARNIERI,1983-1985, p.150-152).

Adotando as concepções de Guarnieri, Borges e Campos para esta pesquisa, entendemos que um bem é patrimônio cultural quando lhe é atribuído valor por um grupo social, por meio da afetividade, da memoração, do sentimento de pertencimento e de identidade[5]. Esse valor deve ser mensurado por sua ressonância e aderência nas comunidades. Associando tudo isso mais a definição de Varine, do patrimônio como capital, como uma riqueza coletiva da comunidade, que pode auxiliar no desenvolvimento, desempenhando um papel na integração social, temos a definição de patrimônio que fundamenta esta pesquisa, que nos fornece substrato para compreender o campo de evocação e a força de sua aderência do núcleo simbólico da Pedra do Sal na sua comunidade e nos frequentadores, assim como os possíveis caminhos para sua musealização como mais um instrumento de preservação.

Para analisarmos o patrimônio cultural Pedra do Sal utilizaremos o documento do processo de tombamento, no intuito de entender o momento histórico que se deu seu tombamento, de captar quais valores e referenciais culturais foram apreciados.

[5] A identidade é percebida de acordo com o conceito de Stuart Hall, no qual a define como algo não permanente, é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos interpretados ou representados nos sistemas culturais que nos rodeiam, Hall, 2011).

1.2 O DOCUMENTO

O documento do processo de tombamento da Pedra do Sal será utilizado como “fundamento do fato histórico, por apresentar-se por si mesmo como prova histórica, ainda que resulte da escolha, de uma decisão” (LE GOFF, 2003, p.527). Assim, o documento do processo de tombamento da Pedra do Sal constitui prova do valor histórico, social e cultural desse bem e, sobretudo, prova que esses valores foram reconhecidos pela instituição governamental. Portanto, este será utilizado como fonte primária no decorrer da pesquisa.

O tombamento da Pedra do Sal foi realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). O documento do processo possui trinta e três folhas, das quais as principais, citadas nesta dissertação são: as folhas dois e três,onde está o ofício escrito pelo diretor do INEPAC, o arquiteto Italo Campofiorito, para o diretor do Departamento Geral de Cultura, o professor Leonel Kaz, solicitando que este encaminhe a proposta do secretário do Estado de Ciência e Cultura para o tombamento da Pedra do Sal; as folhas cinco e seis onde está a proposta de tombamento do professor Joel Rufino dos Santos; afolha sete estão a foto de Marcos Menescal com a reprodução do quadro de João da Baiana, a foto da Pedra do Sal tirada por Marcos Bittencourt; da folha oito à folha doze estão as pesquisas realizadas pelo INEPAC sobre a Pedra do Sal; a folha treze está o ofício do diretor do Departamento Geral de Cultura do Estado Leonel Kaz dirigido ao secretário de Estado da Ciência e Cultura; na folha quatorze está o ofício do secretário de estado com a solicitação da aprovação do governador, e a aprovação; na folha quinze o diretor da DPHA encaminha o processo ao Conselho Estadual de Tombamento; na folha dezesseis está a publicação do tombamento provisório e na folha dezessete está o parecer e o voto do relator Marcello Moreira de Ipanema, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Antes de nos determos na analise do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal, para melhor entendimento desse bem é necessário conhecê-lo.

1.3 A PEDRA DO SAL

A Pedra do Sal em seu aspecto natural é formada por uma rocha, chamada gnaisse facoidal, que é bastante resistente ao intemperismo. De origem geológica

magmática, na cor escura cinza e marrom, de textura fosca, rugosa “in natura”, de dureza alta e a porosidade baixa, esta pedra é semigranítica (fig.1) muito comum na cidade do Rio de Janeiro. É a mesma rocha de composição do Pão de Açúcar e do Corcovado, e foi muito utilizada na construção de grande parte dos monumentos históricos da cidade e na construção de casas, em particular na forma de ornamentos, nas cantarias, nas fachadas e molduras de portas e janelas, bem como no meio fio da parte mais antiga da cidade[6]. O fato de ser uma rocha muito comum na cidade não diminui sua importância, ao contrário, a gnaisse facoidal faz parte da construção da cidade e está presente em vários lugares inclusive nos monumentos que a caracterizam nacionalmente e internacionalmente. Essa rocha está inserida organicamente constituindo-se em parte da identidade do Rio de Janeiro.

A pedra do Sal fica localizada no bairro da Saúde perto do Largo da Prainha, na Cidade do Rio de Janeiro. É um lugar de passagem, um dos acessos ao Morro da Conceição, como pode ser observado na imagem que antecede o primeiro capítulo, se localiza perto do porto como pode ser visto no mapa a seguir.

[6]Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. O Gnaisse Facoidal: a mais Carioca das Rochas.

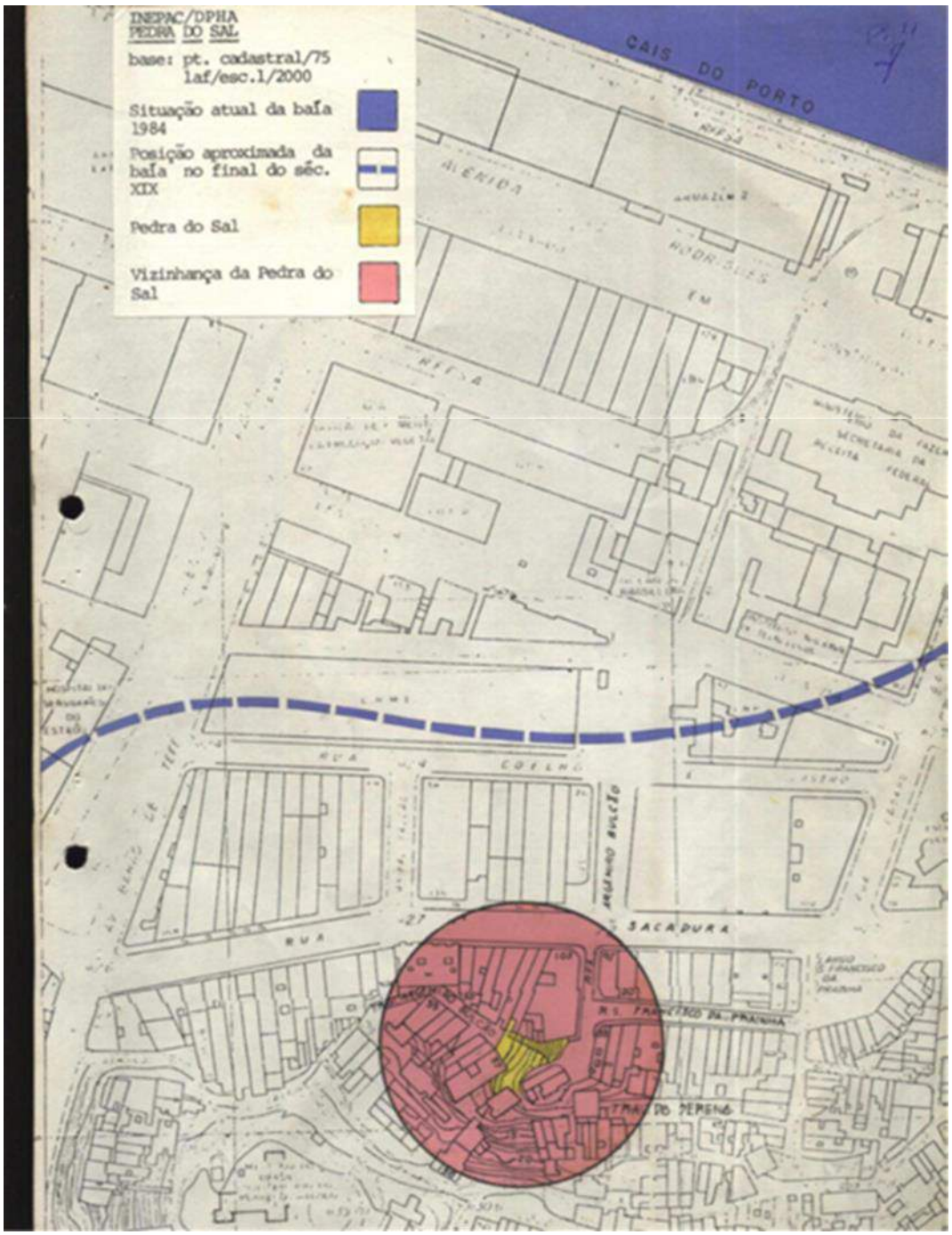


Figura 2: Mapa do território da Pedra do Sal.(Imagem II INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p. 11)

Tem este nome porque o sal era descarregado do porto na rocha por negros escravizados. Era conhecida como Quebra-bunda, pois as pessoas escorregavam com facilidade. Por esse motivo foi esculpida por negros escravizados uma escada na rocha, como mostra a foto no início do capítulo.

Originalmente a Pedra do Sal era muito maior, chegando até as encostas do Morro da Conceição. Foi nesse morro que iniciou a colonização portuguesa no Rio de

Janeiro, foi batizado com este nome por causa da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, construída no alto do morro, em 1634. A história da ocupação do morro esta ligada à necessidade de defesa da cidade. O exército português, devido às ameaças de invasões dos franceses, ergueu a Fortaleza da Conceição (1718). Foram instalados canhões, que deveriam atingir com sua artilharia, o trecho da orla marítima que se estendia do Valongo à Praça Mauá, antigo cais do Porto conhecido como Cais do Valongo e mais tarde por Cais da Imperatriz. Há evidências de que esse porto foi o maior porto de chegada de africanos escravizados no mundo, cerca de dois milhões de escravos chegaram ao Rio de Janeiro[7], a maior parte por este porto, que deixou de funcionar por volta de 1831. Nessa região também se encontrava o maior mercado de escravos do Rio de Janeiro[8], localizado na rua do Valongo, que ligava o Cais do Valongo ao Largo do Depósito[9], onde existiam lojas que vendiam escravizados e artigos relacionados à prática da escravidão. Como parte dessa estrutura da escravidão, nesta área se encontra o maior cemitério de escravos das Américas, onde se estima que estejam enterrados cerca de vinte mil a trinta mil pessoas, o Cemitério dos Pretos Novos, como eram chamados os escravizados recém-chegados que morriam por não suportarem as más condições da viagem da África para o Brasil[10].

Embora a Pedra do Sal tenha sido tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento, por ser uma rocha esculpida por mãos escravizadas, os referenciais culturais apontados no processo de tombamento por Santos, Campofiorito e Ipanema apontam para os valores memorativos da “Pequena África”, do período pós-escravidão.

---

[7]Pesquisas da Universidade de Emory relata que de 10,7 milhões de africanos escravizados em todo mundo 4,8 milhões vão para o Brasil e cerca de 2 milhões chegam ao Rio de Janeiro.

[8] No eixo formado no caminho do cais ao mercado, os escravos recém-chegados eram acomodados em barracões conhecidos como casas de engorda, onde literalmente ganhavam peso, de modo a valorizar seu preço no mercado. Nesta área também havia mercados onde os africanos escravizados eram expostos aos potenciais compradores. No início do século XX, por ocasião do alargamento da via, foram construídos o Jardim Suspenso do Valongo, a Casa da Guarda e o Mictório Público. Parte do plano de remodelação e embelezamento da cidade pelo Prefeito Pereira Passos. (CDURP. Porto Maravilha)

[9]Em 1779, quando o Marquês de Lavradio determinou a transferência do mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo, o Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, concentrava armazéns de "negociantes de grosso trato" que controlavam o negócio. A mudança introduziu uma série de novas atividades na área, como a instalação de trapiches, manufaturas e armazéns. O mercado na Rua do Valongo foi extinto oficialmente em 1831. (CDURP. Porto Maravilha)

[10]A transferência do mercado de escravos da região da Rua Primeiro de Março (antiga Rua Direita) para a do Valongo implicou mudança do Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita para o Caminho da Gamboa - hoje a Rua Pedro Ernesto 32, endereço do Instituto Pretos Novos (IPN). O sítio arqueológico foi descoberto em 1996, quando moradores reformavam a casa. Arqueólogos identificaram cativos recém-chegados ao Brasil. Arqueólogos identificaram milhares de fragmentos de restos mortais de jovens, homens, mulheres e crianças, africanos recém-chegados. (CDURP. Porto Maravilha).

Como afirma Bellaigue (1993,p.88), “todo espaço é portador dos traços da história ou do aniquilamento desses traços” e, mesmo no ato de documentar estes valores em um processo de tombamento integram-se em um conjunto elementos significativos que visam dar sustentação a “discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais” (LOUREIRO,2008, p.3).

Nesse sentido, a “memória é uma evocação do passado. A memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2000, p.1). Por isso mesmo, a memória possui uma dimensão pessoal introspectiva em que o “objeto é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escrita” (CHAUÍ, 2000, p.1), e uma dimensão “coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da História de uma sociedade” (CHAUÍ, 2000, p.1).

A Pedra do Sal, como símbolo cultural, possui a “característica de ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas, como um legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p.526).

O principal referencial cultural apontado para que a Pedra do Sal fosse tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento foram suas escadas esculpidas por mãos escravizadas, por ser uma escultura com valor para a história, como preconiza a Recomendação de Paris de 1972. Mas o recorte histórico apontado no documento do processo de tombamento não se remetem ao período da escravidão, assim como os demais referenciais culturais, a memória valorizada na documentação de seu processo de tombamento foi relativa à “Pequena África” no período pós-escravidão, por se remeter a um momento da história mais valorativo da cultura afro-brasileira.

1.4 A “PEQUENA ÁFRICA”

A contribuição cultural da “Pequena África” está relacionada a uma população que desenvolveu expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de um momento pós-abolição, no qual a cidade do Rio de Janeiro era a esperança para muitos negros livres, como Santos (1984) coloca que:

> Dali, os moradores da Saúde saudavam os navios que chegavam da Bahia com familiares e amigos. A Pedra do Sal era, para migrantes, o que é hoje o Cristo Redentor para os recém-chegados ao Rio: o primeiro abraço e o primeiro sentimento da cidade (INEPAC,1984, p.5).

Nesse trecho do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal, Santos menciona a vinda dos baianos para o Rio de Janeiro, os negros livres que diante das péssimas condições de vida na Bahia viram no Rio de Janeiro a possibilidade de uma vida melhor.

A Bahia passava por uma depressão por volta dos anos 1872, com a crise do açúcar e o fim do tráfico de escravizados africanos. Muitos escravizados foram vendidos internamente para as plantações de café no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dos quinhentos mil escravizados que havia na Bahia no início do século XIX, em 1874 restaram cerca de 173.639 escravizados (MOURA, 1995, p. 23- 27).

No Rio de Janeiro, com a chegada de escravizados para o plantio do café, o número de escravos aumentou dos 119.141 em 1844, passou ater mais de trezentos mil no início da década de 1870.

Com a crise na Bahia, muitos escravizados foram vendidos para o sudeste, e muitos conseguiram alforria, aumentando a quantidade de negros livres em Salvador. Com a abertura das estradas de ferro, a migração do campo para a capital se intensificou com a chegada de trabalhadores rurais de outras províncias nordestinas fugindo da seca. Aumentou ainda mais a quantidade de pessoas na cidade, agravando a crise, pois não havia trabalho para todos, além das condições de moradia e de alimentação que eram precárias[11].

Os bairros populares de Salvador estavam lotados, os negros livres sem ter como pagar o aluguel de moradias se juntaram em casarões para terem condições de viver na capital. Foi um duro período de transição. A situação dos negros tornou-se muito pior durante a gestão do presidente da província da Bahia Francisco Gonçalves Martins, de 1849-1853, que ampliou as exclusões dos escravizados para as ocupações urbanas. Os negros foram proibidos de aprender determinados ofícios. Foram estabelecidos novos impostos aos artífices urbanos, e a ação repressiva da polícia, ocasionou o aumentou da insegurança e das prisões com negros libertos. Essa

[11]Se travava neste período uma luta surda entre trabalhadores livres e donos de escravos, provocando o aparecimento de uma série de disposições municipais, vedando a ocupação de funções públicas e de alguns ofícios aos escravos. Só aos livres nacionais é facultado trabalhar no transporte de saveiros da cidade a partir de 1850. Em 1861 é a vez dos estivadores protestarem junto ao presidente da província quanto ao “nocivo e contumaz ascendente que há formado o abuso da introdução de escravos nos serviços da profusão de atividades no porto desta cidade”. Também nas obras públicas, uma das possibilidades que se abrem a indivíduos sem especialização profissional, a partir de 1848, fica impedida a contratação de escravos. Não constituindo a indústria ainda uma fonte de absorção significativa de mão-de-obra, e os empregos no funcionalismo público se reservando a uma minoria mais instruída, restam como saída para o grande número de desempregados os pequenos ofícios e o comércio ambulante, expedientes que se tornam tradicionais para grande faixa da população, marginalizada das possibilidades regulares de trabalho até nossos dias (MOURA, 1995, p. 23- 50).

situação fez com que mais negros livres partissem para a África e para o Rio de Janeiro (MOURA,1 995, p.29).

A população negra do Rio de Janeiro aumentou já na segunda metade do século XIX com a decadência do café no Vale do Paraíba e com a chegada sistemática dos negros baianos. Para o negro baiano, a capital do Império era a possibilidade de uma vida melhor, como relata tia Carmem em uma entrevista que se encontra no documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Na época da entrevista ela tinha 105 anos e era moradora da Pedra do Sal:

> Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. (...), a gente veio com a nossa roupa de pobre, e cada um juntou sua trouxa: “vamos embora para o Rio porque lá no Rio a gente vai ganhar dinheiro, lá vai ser um lugar muito bom (INEPAC,1984, p.10).

A abolição aumentou a quantidade de baianos no Rio de Janeiro, “criando uma pequena diáspora baiana na capital do país” (INEPAC, 1984, p.11). Segundo Velloso (1990, p.2).

> “Essa rede de solidariedade grupal acabou criando fortes vínculos entre os conterrâneos, ao identificarem esse espaço com a sua própria identidade cultural, levando-os a desenvolverem expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade”.

Criaram uma colônia afro-brasileira no centro da capital brasileira, a qual Heitor dos Prazeres disse que se parecia com uma África em miniatura (ALENCAR, 1978, p.3-4). Mais tarde essa colônia ficou conhecida como a “Pequena África”.

Os habitantes dessa “Pequena África” fixaram-se próximo a Praça Onze, na Saúde e em outros bairros do centro da cidade onde os aluguéis eram mais baratos, e perto do cais do porto, onde os homens buscavam trabalho na estiva. Muitos moravam em habitações coletivas, conhecidas como casa de cômodos, para dividirem o custo da habitação. Essas pessoas desempenharam um papel muito importante na reorganização da parte popular da cidade, pois muitos já possuíam experiência em ofícios na Bahia como negros livres, tornaram-se uma liderança entre as camadas baixas. Diante da exclusão social, criaram seus próprios modos de sobrevivência, através de sua própria organização cultural que se manifestou através dos ranchos, do candomblé, das festas, das comidas e do samba (TINHORÃO, 1998, p. 32).

Em 1890, o Rio de Janeiro tinha 522.561 habitantes, 15 anos mais tarde tinha 811.443, e no início do século XX, no final da Primeira Guerra mundial, a cidade

chegava quase a um milhão de pessoas. Eram imigrantes europeus vindo para trabalhar nas indústrias, migrantes do nordeste fugindo da seca, soldados que lutaram em Canudos e a migração de negros libertos procurando trabalho.

O Rio de Janeiro era a capital, o centro econômico, político e cultural mais importante do país, a principal sede industrial, comercial e bancária, produtora e consumidora de cultura. A cidade era a síntese da transformação que passava a sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo não possuía estrutura para essas funções e constantemente haviam epidemias. Nesse contexto foram feitas as obras de remodelação da cidade comandadas pelo então prefeito Pereira Passos[12].

Uma das áreas mais atingidas pela famosa política do "bota abaixo" foi a zona portuária e imediações, local onde estavam situados boa parte dos habitantes da "Pequena África". Por isso a maioria desloca-se para a Cidade Nova. Velloso (1990, p. 1). afirma que:

> no Rio de Janeiro do início do século, essa questão da territorialidade manifesta-se de forma latente. Nesse período, conhecido como a Belle Époque, a cidade vai passar por modificações decisivas na sua estrutura urbana. Através da reforma de Pereira Passos (1904), é realizada uma série de medidas para estabelecer a sintonia da cidade com a modernidade. Mas esta sintonia é precária, lacunar e, sobretudo, artificial (VELLOSO, 1990, p.1).

Assim como Tinhorão, Moura e Velloso também evidenciam que no meio negro, os baianos, foram uma nova liderança social, pois com a brusca mudança devido à abolição, às bases organizacionais existentes para os negros se extinguiram. Por isso a experiência de muitos negros baianos como alforriados em Salvador com o aprendizado de ofícios urbanos e a de liderança de muitos de seus membros em candomblés, irmandades e nas juntas, foram fundamentais para a estruturação dos negros no Rio de Janeiro. Com os anos, "a partir deles apareceriam as novas sínteses dessa cultura negra no Rio de Janeiro, uma das principais referências civilizatórias da cultura nacional moderna (MOURA,1995, p.44)".

Esses negros baianos foram atuantes no contexto social da cidade, por isso no documento, Santos (INEPAC,1984, p.5) coloca que:

> Os pretos da Saúde e suas tias participaram dos principais eventos da cidade: Abolição (1888), Revolta da Armada (1891/93), as greves de 1903/05, a Revolta Contra a Chibata (1910) e outros. Participação amplamente documentada, embora subestimada pela historiografia conservadora (INEPAC,1984, p.5).

[12] Oswaldo Porto Rocha, em seu livro intitulado "A era das demolições", fala detalhadamente de uma série de medidas que foram realizadas para estabelecer a sintonia da cidade com a modernidade, as quais modificaram a cidade profundamente.

Como Santos coloca, os moradores negros da cidade do Rio de Janeiro foram protagonistas de vários movimentos urbanos como a Abolição, a Revolta da Armada (1831/93), as greves de 1903/05, a Revolta Contra a Chibata (1910), soma-se a essas, um dos mais importantes movimentos urbanos ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, que não foi mencionado diretamente pelo autor, a Revolta da Vacina. A população negra do centro da cidade do Rio de Janeiro não aceitava passivamente as imposições do governo, reagia quando se sentia desrespeitada, esse comportamento tinha influência da tradição revolucionária de muitos negros islâmicos que foram escravizados para Salvador como presos políticos das guerras religiosas, que aconteciam na África. Os que antes eram adversários políticos na África sob a nova condição de escravizados no Brasil se aliaram e lideraram em Salvador a revolta do Malês em 1809, que durou até 1835 e conseguiu unir oito nações contra o poder colonial. Lembrando ainda que os negros que lutaram na Guerra do Paraguai foram alforriados, mas não se conformavam com sua condição social e partiram para o Rio de Janeiro em busca de mudanças. Esses negros com ideais revolucionários também faziam parte dessa "Pequena África" na cidade e influenciaram no comportamento de seus moradores durante os movimentos populares que ocorreram na cidade. Outro fato a se considerar para entender a participação dos moradores da "Pequena África" nas revoltas, é a característica antirrepublicana de muitos movimentos populares no período da Primeira Republica.

Estes fatos históricos destacados por Santos evidenciam que "a sociabilidade entre os baianos adquiriu expressão própria, destoando dos padrões vigentes" (VELLOSO, 1990, p.4). Mostra ainda, que a população embora não fosse politicamente organizada, tinha uma participação menos formalizada, fora dos mecanismos legais de representação. Aceitavam o Estado, mas o limite era a violação de suas vidas privadas e de seus valores. Quando se sentiam prejudicados reagiam às medidas do governo, ainda que os movimentos não fossem propositivos.

Embora a população da "Pequena África" tenha participado de muitas revoltas urbanas, como Santos (1984) evidencia no texto do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal, suas principais manifestações se davam internamente. Segundo Velloso (VELLOSO, 1990, p.2), existia entre a população pobre e negra uma forte rede informal de lealdade unindo-a nos momentos decisivos, embora sua energia participativa geralmente era investida na criação de suas próprias organizações, como os ranchos, cordões, terreiros. Foi, portanto, fora da esfera do Estado que o grupo

negro construiu sua rede de relações, reunindo os elementos de uma cultura dispersa pela experiência da escravidão (VELLOSO, 1990, p.2).

Nesta parte do centro do Rio de Janeiro desenvolveu-se um estilo de vida singular se comparada a outra parte do centro da cidade baseada em moldes europeus, ali havia uma forte manifestação cultural de influência afro-brasileira, ali ficou depositada a memória de uma das histórias mais peculiares que a cidade do Rio de Janeiro tem para contar, e a Pedra do Sal tornou-se seu núcleo simbólico.

Dessa mistura que se deu no centro da cidade, resultou diversas manifestações culturais: as religiosas regidas principalmente pelas 'tias' baianas, o antigo rancho carnavalesco, o candomblé, o Afoxé Filhos de Gandhi e o surgimento do samba com figuras de expressão nacional como Donga , João da Baiana, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha. São inúmeras as manifestações culturais representativas da "Pequena África".

Velloso (1990) aponta, como já foi citado anteriormente, diz que essa população desenvolveu expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade. Para falar dessas manifestações culturais, utilizaremos os referenciais culturais que foram valorizados no documento do processo da Pedra do Sal, falaremos da liderança das 'tias' do candomblé e do samba centrando na figura de João da Baiana.

Entendemos a importância de ressaltar a organização social da "Pequena África" sob a liderança da tias, por elas terem tido um papel fundamental na ressignificação cultural dos negros que levou o surgimento de traços culturais distintos do restante da cidade do Rio de Janeiro, traços estes que foram apontados como referenciais culturais para o tombamento da Pedra do Sal, como a forma de morar, de festejar ,de se reunir que proporcionou o nascimento do samba.

1.4.1 AS "TIAS" E O CANDOMBLÉ

Tia ciata (foto do site www.chumbogordo.com.br).

Essa imagem é a da Tia Ciata, a tia mais conhecida até os dias de hoje. A estrutura do candomblé vivenciado e transmitido pela ‘tias’, que eram as principais líderes dessa religião no centro do Rio de Janeiro, foi fundamental para a estruturação social dos negros recém-libertos.

A forte presença feminina das ‘tias’ é um resquício da escravidão, pois a família africana dilacerada por este sistema, se forma geralmente em torno da mulher uma nova família. Uma das decorrências da escravidão foi a fragmentação da família africana, pois incorporação da mulher negra ao ciclo reprodutivo da família branca, foi um fato que inviabilizou para os escravizados a constituição do seu próprio espaço reprodutivo, uma vez que as relações entre os escravizados eram precárias. O que predominava eram os interesses dos senhores, que se preocupavam em assegurar a reprodução de sua mão de obra. A legislação escravista enfatizava sempre a unidade "mãe-filhos", preocupando-se mais com a separação dos filhos em relação à mãe do que do pai ou do que com a separação entre os próprios cônjuges. Assim, a mãe assumia sozinha a responsabilidade dos filhos, já que os parceiros estavam sempre de passagem (GIACOMINI,1988, p. 34). Segundo Velloso (VELLOSO, 1990, p. 5), mesmo depois da abolição essa situação não se modificou muito. Nesse contexto adverso, as mulheres negras, em relação aos homens, conseguiram ter maiores oportunidades de trabalho, assim como são principalmente elas que mantêm a prática religiosa.

Quando os baianos chegam ao Rio de Janeiro, esse modelo social continuou nas figuras das tias, que eram líderes religiosas e chefes de família. São essas negras “que ganham respeito por suas posições centrais no terreiro e por sua participação nas principais atividades do grupo, que garantiam a permanência das tradições africanas e

as possibilidades de sua revitalização na vida mais ampla da Cidade" (INEPAC,1984, p.10). As tias, herdeiras dessa tradição matrilinear, tinham respeito pela experiência que possuíam, também eram respeitadas pela situação financeira, adquirida por meio do trabalho no centro da cidade com a venda nos tabuleiros de acarajé, doces e outras comidas. Muitas vezes eram a base econômica da família, responsáveis pelo aluguel dos casarões onde viviam, o que lhes permitiam abrigar recém-chegados (TINHORÃO, 1998, p. 34).

As "tias" baianas do candomblé incorporaram grande parte do poder informal, construindo poderosas redes de sociabilidade. Ainda nos dias atuais podemos ver no Rio de Janeiro a atuação profissional das baianas que vendem acarajé, que tiveram o seu ofício registrado como patrimônio imaterial em 2005, pelo IPHAN.

À margem da sociedade, destituídas de cidadania e de identidade, as mulheres negras[13] criaram novos canais de comunicação sócio-políticos. Esses papéis sociais são fundamentais para compreendermos a dinâmica do nosso processo de urbanização, que foi muito diferente dos modelos urbanos europeus e norte-americanos dos séculos XVIII e XIX. Em nosso contexto de desenvolvimento estão inseridas as favelas no cenário urbano do Rio de Janeiro (DIAS, 1985, p.25), o próprio termo favela foi introduzido pelos baianos.

As mulheres baianas possuíam a tradição de se agruparem em torno de pequenas corporações de trabalho, como o comércio de doces e salgados, as costuras e aluguel de roupas carnavalescas. Essa organização era regida pelos laços de nação e de religião.

Nas camadas populares nem sempre predominavam os laços da família biológica, às vezes predominava a ideia de solidariedade e união, o parentesco passa a ser por laços de afetividade. Por isso eram comuns as figuras das tias sem sê-lo realmente. Fez-se presente a ideia da família como "valor territorial" que concentra no coletivo qualidades que raramente são atributos de um indivíduo (MAFESOLI, 1984, p. 33), devido a necessidade da sobrevivência da comunidade negra. A casa das tias era o lugar de socialização do grupo: "as baianas mais populares desse grupo eram as tias Perciliana, Ciata, Bebiana e Mônica. Davam festas de candomblé (...) nessas festas,

[13]No evento promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados como parte do programa Quintas Femininas, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) através da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), destacou, segundo o dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que mais de 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011 eram negras. Nesse evento, especialistas na questão destacaram o fato de as mulheres negras, além de terem de enfrentar situações cotidianas de opressão, ocupam os lugares mais desfavoráveis na estrutura social e econômica do país (SENADO).

de início havia a seção recreativa- o samba, e depois a parte religiosa – candomblé" (INEPAC,1984,p. 10).

A casa das 'tias' era o espaço de socialização. Essa "filiação étnica" é fundamental entre os africanos, baianos e seus descendentes (QUEIROZ, 1988, p.21). Os laços criados são fator de redefinição dos valores africanos. Os vínculos étnicos levaram os negros a se reorganizarem, e recriarem um pouco sua África, tendo a Pedra do Sal como o núcleo central dessa recriação. A origem étnica foi essencial para a redefinição da linhagem e das normas regentes das relações sociais (QUEIROZ, 1988, p.22). O agrupamento pela procedência étnica se dava na casa das tias por meio dos rituais de candomblé e com o samba. A "grande família" se realizava via candomblé, que era um dos herdeiros do sistema de filiação étnica. Seus membros pertencem à mesma família: a família de santo. Esta seria a substituta da linhagem africana para sempre desaparecida (QUEIROZ, 1988, p.22). No Rio, no início do século XX, os valores de origem étnica constituem a base da sociedade afro-brasileira.

As casas das "tias" aparecem como espaço de reunião, em um tempo e em uma cidade onde os negros viviam à margem, era através do candomblé e das festas que os negros criaram seu espaço social, por meio das comidas e do samba.

As moradias populares não são vistas como espaço de privacidade por serem coletivas, mas sim de reunião, de convívio social e de luta cotidiana. Segundo Velloso, as casas de cômodos eram organizadas espacialmente pela necessidade e não pela organização formal, como uma lógica própria, que funcionaria com a ideia de união e complementaridade, e não de segmentação. Existindo uma intercomunicação de espaços, uma intercomunicação de ideias, e por isso o tempo de trabalho pode se juntar com o de lazer. Nesse sentido, é comum que os terreiros sejam simultaneamente local de residência e de culto religioso. Como Santos coloca, na Pedra do Sal "se encontraram as célebres tias, cabeças de famílias extensas – Bibiana, Marcelina, Ciata, Baiana... Pretas forras", diz que "foi nas suas "pensões" que o batuque e o jongo se transformaram em partido alto e, logo, no amplo espaço da Praça Onze, no samba que conhecemos"(INEPAC,1984, p. 5).

Como pode ser observado nesse texto escrito por Santos, havia a intercomunicação dos espaços. Na casa da baiana tia Bibiana se realizava o concurso dos primeiros ranchos, ainda ligados a elementos religiosos. Quando os ranchos perderam essa conotação religiosa, as tias continuaram sendo reverenciadas, os frequentadores pediam sua proteção e bênção antes de sair para a folia. Na casa da tia Ciata, também agregava música, dança, culinária e religião, era frequentada por

alguns personagens conhecidos como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, Sinhô, Caninha, Heitor dos Prazeres, alguns jornalistas e intelectuais, como João do Rio, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e o cronista Francisco Guimarães (Vagalume). Segundo Velloso (VELLOSO, 1990, p. 6), a casa da tia Ciata denotava a questão da circularidade cultural, atraindo intelectuais e elementos da classe média carioca, pois através do samba, do Carnaval e da culinária a cultura negra foi ganhando espaço no conjunto da sociedade. Os códigos culturais começaram a se entrecruzar, mesmo que de forma precária. Geralmente, o centro irradiador dessa cultura era a casa das tias, que também era o terreiro, e a Pedra do Sal também era espaço de festa e religioso, pois “Na Pedra do Sal se faziam despachos e oferendas (a Obaluaiyê, Xangô, Ogum, Exu, Iansã e outros Orixás), se despejavam trabalhos. Era e é, local consagrado” (INEPAC,1984, p.6).

Santos (INEPAC,1984, f.6) ressalta que a Pedra do Sal era um local sagrado, além disso também era o local do trabalho, onde se festejava e comia, se traduzindo assim as casas das ‘tias’ como um espaço de intercomunicação, do sagrado e profano.

As “tias” Caiu Boneca, Maria Amélia, Rosa Olé, Gracinda Sadata, Ciata e Bibiana (MOURA, 1995, p.55), fizeram a história da "Pequena África", foram verdadeiras líderes religiosas do candomblé, chefes de família, constituíram um elemento primordial no processo de socialização, nessa emaranhada rede de influências que vai determinar formas específicas de se localizar na vida social.

O candomblé trazido para o Rio de Janeiro por essas tias, que se desenvolveu na Pedra do Sal, de onde surgiu o samba na cidade, em 2009 foi declarado patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro, por meio da lei número 5506 e registrado no INEPAC como uma religião de matriz afro-brasileira, com a intenção de proteção dos terreiros de candomblé e da valorização desta expressão cultural que, como vimos, influenciou a estrutura social do Rio de Janeiro.

1.4.2 JOÃO DA BAIANA E O SAMBA

Jota Efegê e João da Baiana nas escadarias da Pedra do Sal (rio.rj.gov.br).

Essa imagem mostra João da Baiana sendo entrevistado por Jota Efegê na Pedra do Sal, era um jornalista, cronista, pesquisador e músico, se interessava pelos modos, costumes e manifestações culturais da cidade do Rio de era uma figura influente no universo do samba, por isso é compreensível seu encontro com João da Baiana na Pedra do Sal.No documento do processo de tombamento da Pedra do Sal, para falar do samba como manifestação cultura da “Pequena África” faz-se citação ao sambista João da Baiana. Não foi por acaso escolhido, sua história se mescla com o simbolismo da Pedra, com o candomblé e o samba. João sintetiza a afro-brasilidade que se formou no centro do Rio de Janeiro. Era carioca, filho da Tia Perciliana, morador da Pedra do Sal. Sua origem é a mesma origem do samba, nasce em solo carioca, na cidade, no meio negro, no território da Pedra do Sal, na simbiose com o terreiro.

João da Baiana foi uma personalidade importante para música brasileira, assim como outros grandes sambistas que frequentavam a Pedra do Sal como Donga, Pixinguinha e Heitor dos Prazeres. Na documentação do processo de tombamento da Pedra do Sal tem uma parte específica falando dessa simbiose, entre João, a Pedra do Sal e o samba, intitulada “João da Baiana e a Pedra do Sal”.

Figura 3: Aquarela de João da Baiana retratando o dia-a-dia na Pedra do Sal **(** INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p. 12).

Essa imagem é de uma aquarela pintada por João da Baiana, em que mostra um sambista tocando e um grupo de pessoas sambando, retratando um pouco do seu contexto social na Pedra do Sal.

João era filho da baiana Perciliana Maria Constança, conhecida como Tia Perciliana, que foi neta de escravos beneficiados pela Lei do Ventre Livre, casada com Félix José Guedes, também baiano. Seus avós, Joana Ortiz e Fernandes de Castro, tinham uma quitanda de artigos afro-brasileiros à rua do Sabão, e a cultura afro-brasileira era muito latente em sua família, ele conta que

> Desde de garoto eu já fazia samba, minha mãe gosta, lá em casa todos eram baianos, menos eu . Era carioca(...)
> Eu nunca tive mestre, aprendi sozinho, mesmo porque samba e pandeiro eram proibidos. A polícia perseguia a gente (...)
> Esse negócio de dizer que o samba nasceu no morro, não é realidade, o samba nasceu na cidade. Nós fugíamos da polícia e íamos pro morro fazer samba(...) (INEPAC,1984, p.9).

João da Baiana aponta que a origem do samba é urbana, afirma que o samba nasceu na cidade e não no morro, entretanto, a historiografia brasileira diverge sobre a origem do samba. Em 1933, Francisco Guimarães, jornalista conhecido como Vagalume, publicou um livro intitulado “Na Roda de Samba”, onde afirmava que a origem do samba era no morro, diz que “surge como um território mítico, lugar da roda

onde se praticava o verdadeiro samba" (INEPAC,1984, p.9) .No mesmo ano, o cronista e compositor Orestes Barbosa declarava que o samba era carioca (WASSERMAM, 2000, p.1), dando uma amplitude para o samba além do seu lugar de origem. A conversa sobre a origem do samba se intensificou com o debate modernista, diante da necessidade de criar uma identidade genuinamente brasileira.

O surgimento do samba no Rio de Janeiro tem influência direta de Salvador, dos ranchos e do batuque baiano. Os ranchos carnavalescos surgiram por volta de 1872, possuíam tradição ibérica, mas adquiriram adaptações em Salvador que os diferenciava das grandes sociedades pela origem marcadamente popular. Chegou ao Rio de Janeiro pelos negros baianos, e se caracterizou por incorporar ao Carnaval elementos de procissões religiosas de tradição negra e de manifestações folclóricas típicas do Dia de Reis. Quem iniciou o rancho no Rio de Janeiro foi Hilário Jovino, que era uma personalidade influente na "Pequena África". O primeiro rancho na cidade se chamava Rei de Ouros, no início o festejo saía no período natalino, depois sua saída foi alterada para o carnaval, para acontecer no mesmo período dos festejos em Salvador, onde os reisados e pastoris tinham caráter carnavalizante, por isso Hilário resolveu transferir o seu rancho para o Carnaval (TINHORÃO, 1998, p. 45). Moura coloca que "os cucumbis baianos reapareceriam no Rio de Janeiro anos depois, em ranchos negros onde se cantava e dançava música africana em procissões que atravessavam os bairros populares, só interrompidas pelas luzes da manhã" (MOURA,1995, p.35). O rancho foi o embrião das escolas de samba carioca.

A influência do batuque baiano se deu com a chegada dos baianos na cidade, na Bahia ainda antes da abolição, era comum, apesar da forte resistência, as giras dos batuqueiros nos cantos das nações, de onde surgiu o samba baiano, o samba de roda, com um grupo de percussionistas com tamborins, cuícas, reco-recos e agogôs. Batuque era o nome genérico que o português dava às danças africanas, que na Bahia tomavam a forma de uma dança e luta que ocorria aos domingos e dias de festas, apesar da constante vigilância policial. O batuque é uma variação da capoeira, que é uma arte dos "angolas" redefinida pela briga brasileira. É uma roda com berimbau, chocalhos e pandeiros, em que os pares de lutadores se trocam com a música cantada. Das formas tradicionais surgiram suas recriações, formas culturais extremamente relacionadas e duradouras, que se vitalizaram com as possibilidades de trânsito e autonomia que o negro conquistou (MOURA, 1995, p.36-42). Em reconhecimento a essa origem, em 2005 o samba de roda do Recôncavo Baiano foi chancelado como patrimônio imaterial e como patrimônio da humanidade pela

UNESCO, por ser um ritmo musical criado pelos escravos africanos que chegaram à Bahia durante os séculos de colonização portuguesa e símbolo da tradição cultural brasileira.

Sobre essa influência do batuque baiano e dos ranchos nasceu o samba no Rio de Janeiro. Essa influência baiana no Rio de Janeiro se deu em um primeiro momento na segunda metade do século XVIII, com a vinda de escravizados da Bahia para trabalhar nas plantações de café e nas minas, com isso a cidade se tornou um grande posto negreiro. Depois com a migração de negros livres da Bahia para o Rio de Janeiro que “engrossa o fluxo de baianos para o Rio fundando-se praticamente uma pequena diáspora baiana na capital” (INEPAC,1984, p.11).

Os negros se fixaram no centro da cidade nos bairros da Gamboa e Saúde devido à proximidade com o porto onde os homens trabalhavam na estiva e as mulheres trabalhavam principalmente com a venda de comidas. Na Pedra do Sal, enquanto os homens faziam o descarregamento do sal as “tias” faziam comidas acompanhadas de batuques e jongos: “todos, baianos e africanos frequentavam o largo da Pedra do Sal, hoje o Largo João da Baiana. Era ali que as tias faziam as peixadas, os mocotós, as festas de São João” (INEPAC,1984, p.10) e possuíam um estilo de vida com um simbolismo próprio, diferenciado do restante da cidade.

Existem manifestações variadas do samba, como o samba de roda do Recôncavo Baiano, o samba rural paulista e o samba do Rio de Janeiro. O samba do Rio de Janeiro foi o que se tornou símbolo nacional. Surgiu no final do século XIX, é uma manifestação complexa que envolve mudanças políticas, reestruturação do negro, relações sociais, envolve ainda, dança, festividades específicas como a roda de samba, o desfile das escolas de samba, o carnaval (TINHORÃO, 1998, p. 47).

As manifestações de herança afro-brasileiras foram duramente reprimidas no início do século XIX. O samba, a capoeira e o candomblé foram perseguidos pelas forças policiais do Estado. Para que pudessem acontecer era necessária a retirada de licenças, para que seus participantes não fossem presos (TINHORÃO, 1998, p. 49).

Na casa das “tias” aconteciam festas onde se reuniam músicos e interessados, baianos e cariocas. Na casa da Tia Ciata, a mais conhecida das tias, foi composto por Donga e Mauro de Almeida o samba “Pelo Telefone”, o qual foi gravado em 1917. Esse samba marcou a entrada do samba no mercado musical (TINHORÃO, 1998, p. 50- 52).

Havia o intercâmbio entre músicos das classes populares e intelectuais abastados, essa mistura facilitou a circulação do samba entre estes dois universos, o

samba foi um mediador cultural, entre pessoas de diferentes esferas sociais. Alguns intelectuais frequentavam a casa das “tias” e alguns compositores de samba frequentavam os salões intelectuais: “o samba é criado pelos negros pobres, rapidamente ele se dissemina por outros meios, e é justamente por isso que mais tarde ele pode ser aceito pela nação em geral enquanto um dos símbolos da identidade brasileira” (ALMEIDA, 2013, p. 30).

A gravação do samba “Pelo Telefone”, em 1917, foi um marco importante da história do samba, pois determinou a demarcação do ano de nascimento do gênero, foi depois da gravação que o termo samba foi utilizado pela primeira vez para descrever um gênero musical, por isso a data foi consagrada como o ano de nascimento do ritmo, depois de ter entrado para a indústria cultural (ALMEIDA, 2013, p. 25).

Existiam os sambas da primeira geração muito próximos do maxixe, os principais compositores foram Donga (1890-1974), João da Baiana (1887-1974), Pixinguinha (1897-1973) e Sinhô (1888-1930); também havia o samba que se desenvolveu no bairro do Estácio, mais batucado e marchado, que tinha como seus compositores mais conhecidos Ismael Silva (1905-1978), Nilton Bastos (1899-1931), Bidê (1902-1975) e Brancura (1908-1935) (SANDRONI, 2001, p. 134). É no bairro do Estácio que é criado em 1927 o bloco carnavalesco “Deixa Falar” (TINHORÃO, 1998, p. 59), considerada a primeira escola de samba do Rio de Janeiro.

1.4.3 O SAMBA COMO SÍMBOLO NACIONAL

Com o governo de Getúlio Vargas, o poder público passou a apoiar a expressão cultural do samba. O governo estava criando uma identidade nacional e com o apoio dos modernistas buscava elementos para construir essa identidade.

Neste período foram criados decretos e leis que abriram espaços e valorizavam o samba. Como o Decreto n° 21.111 de 1° de Março de 1932 que permitiu às rádios transmitirem propagandas. Almeida (2013, p. 26) aponta que esse decreto modificou o caráter das rádios, que veiculavam apenas música erudita, mais devido a chegada das propagandas, o rádio se popularizou com o objetivo de atrair mais ouvintes e, consequentemente, mais anúncios, motivo pelo qual passou a veicular música popular. Ao mesmo tempo, o interesse do Governo na promoção do samba estava relacionado à conquista da simpatia das massas que já estavam familiarizadas com este gênero musical. Essa popularização da rádio acarretou o aumento de vendas de discos de ritmos mais populares como o samba.

Quando ainda era deputado, Getúlio Vargas, em 1926, cria o Decreto n° 5.492 de 16 de julho de 1926, que determina o pagamento de direitos autorais às empresas que lidassem com música. Em 1934, determina aumento desses direitos a serem pagos pelas transmissões radiofônicas. Com essas ações, Getúlio Vargas conquistou a simpatia de muitos sambistas (ALMEIDA, 2013, p. 29).

O governo Vargas em 1940 criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)[14] que tinha a função de fazer a censura, mas também de promover e organizar festas populares com caráter patriótico, educativo ou de propaganda turística. O DIP organizou concursos e festividades que projetaram muitos sambistas, mas eles foram submetidos à censura (ALMEIDA, 2013, p. 29).Como aconteceu com os sambas que se remetiam à malandragem. Matos coloca que embora no senso comum a figura do malandro é do indivíduo que não trabalha e vive de forma ilícita, ao analisar as letras das músicas, constatou que de acordo com as letras o malandro é aquele que não aceita o ideário capitalista, por isso não trabalha, pois entende que o negro pobre não tem as mesmas possibilidades de ascender como o pequeno burguês. Nesses sambas há uma crítica da relação trabalhista, a vida de operário é tida como uma continuidade da escravidão, por isso o negro deixa de ser escravo/operário para se tornar malandro (MATOS, 1982, p. 34).

Com a censura do governo do Estado interferiu na criação artística dos sambistas, a figura do malandro teve que ser regenerada, os sambistas foram incentivados a criar sambas que falassem do trabalho e de suas recompensas (MATOS, 1982, p. 34).

O governo municipal também atuou frente ao samba. Em 1935 a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro passa a organizar os desfiles das escolas de samba, estipulou suas regras e criou a Federação Brasileira das Escolas de Samba. No regulamento de 1947 estipulou que apenas as escolas vinculadas à Federação poderiam fazer parte do desfile oficial, com a intenção de excluir escolas de samba que apoiavam o Partido Comunista (CABRAL, 2011, p. 15).

De 1935 aos dias atuais, o desfile das escolas de samba sempre esteve vinculado à prefeitura no setor que trata do turismo. Isso mostra que a prefeitura sempre valorizou o samba por seu potenciai turístico.

Em 1984, no governo de Leonel Brizola, foi construído o Sambódromo em 1984 e foi criada a Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), que reunia os

[14] O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime (CPEDOC).

presidentes das maiores escolas de samba. A LIESA possibilitou maior autonomia para os representantes das escolas de samba e durante o mandato do Prefeito César Maia a organização dos desfiles foi entregue às escolas de samba (CABRAL, 2011, p.15).

O samba passou a ser um símbolo nacional, devido às condições necessárias que havia no Rio de Janeiro para que essa manifestação obtivesse tamanha projeção na história brasileira. Havia o interesse popular, o político e dos intelectuais modernistas, e já existia a indústria cultural para produção dos artistas populares brasileiros.

Em 2007 as matrizes do samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo tornaram-se patrimônio imaterial na categoria Formas de Expressão pelo IPHAN, alcançando uma projeção nacional dentro da política de preservação.

O samba foi um dos referenciais culturais apontados para o tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural estadual e superou seu valor dentro da política de preservação.

O samba surgiu na “Pequena África” em meio aos rituais de candomblé na casa das “tias”, na Pedra do Sal; foi marginal, mas ultrapassou os limites de sua origem social, ganhou dimensão nacional se tornando um símbolo da identidade brasileira.

Os principais valores apontados para que a Pedra do Sal fosse tombada se remetiam a sua representação cultural da “Pequena África”, aos seus aspectos imateriais como o samba, os ranchos e o candomblé. Seu tombamento foi inovador para o ano de 1984 e foi necessária a adaptação para o instrumento de patrimonialização possível para a época, o tombo, por isso foi tombada como patrimônio cultural material na categoria de monumento, por possuir uma escada esculpida por escravos.

1.5 TOMBO

Para análise da representação da Pedra do Sal como patrimônio cultural utilizaremos o documento do seu processo de tombamento. Nesse sentido é importante entender o conceito do tombamento como um dos instrumentos de patrimonialização.

A Pedra do Sal foi tombada em 1984 como patrimônio cultural na categoria de monumento, o tombamento foi a forma legal de preservação desse bem.

O tombamento é uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza material, significa a proteção integral desse bem. A

palavra tombamento vem do verbo tombar, que em Portugal na área jurídica significa registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. Tem esse nome porque o inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo foi apropriado pela área jurídica brasileira (IPHAN, 2015).

Os variados tipos de bens culturais implicam no uso de diferentes instrumentos jurídicos de preservação, como o tombamento, o inventário, o registro e outros. A aplicação diferenciada desses instrumentos jurídicos também acarretará em formas e efeitos diferenciados de preservação. O tombamento é um dos instrumentos jurídicos para a preservação de determinados tipos de bens, é a forma pela qual o poder público seleciona bens materiais móveis ou imóveis, com valor cultural para preservação: “o valor cultural que o bem porta é a causa, o motivo do tombamento, e a sua conservação é a consequência que se quer alcançar com a tutela” (RABELLO, 1993, p. 2). O tombamento “serve para preservar o direito coletivo público ao patrimônio cultural nacional, estadual ou municipal, do qual as coisas, públicas ou privadas, podem ser portadoras” (RABELLO, 1993, p. 2).

A Pedra do Sal foi escolhida para ser tombada porque foi reconhecido ser portadora de valor cultural, por simbolizar referências culturais da “Pequena África”, pois “a Saúde debruçada sobre o Porto, era uma pequena Bahia (como a Bahia, por sua vez, era uma pequena África)” (INEPAC,1984. p. 5).

Portanto, no trâmite do procedimento de tombamento, a razão, ou seja, a relação da Pedra com a memória estava demonstrada como motivo do tombamento, bem como especificadas, de forma compreensível, quais características da Pedra do Sal que retratavam dessa relação, histórica, artística, ou qualquer outra que possa ser compreendida no conceito de cultural, conforme parametrizado no art. 216 da Constituição Federal de 1988.

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Quando ao patrimônio é atribuído o valor cultural, a tutela desse valor é imposta pelo poder público no patrimônio, por meio do instrumento jurídico do tombamento. Como Borges e Campos colocam ao definir o patrimônio como valor-coisa, afirmam que em uma sociedade tudo tem valor simbólico, mas nem tudo possui o mesmo valor, nessa diferença de valor que o patrimônio cultural surge (BORGES, CAMPOS, 2012, p. 112).

Segundo o Decreto Lei nº 25 de novembro de 1937, os bens são considerados parte do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos em um dos quatro Livros do Tombo, são eles: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no qual são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, bens de valor etnográfico e os monumentos naturais constituídos por formações geológicas, fisiográficas e biológicas; o Livro do Tombo Histórico, no qual são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico, reúne os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis e móveis; o Livro do Tombo das Belas Artes, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico particular; e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas no qual são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico aplicado, se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias (BRASIL, 1937).

O tombamento da Pedra do Sal não foi registrado em um livro de Tombo. Ele foi publicado por Edital em um Diário Oficial, por ser um tombamento estadual, realizado por meio do INEPAC.

O tombamento pode ser efetuado de três maneiras, por meio do ofício, do tombamento voluntário ou compulsório. O tombamento por meio do ofício é destinado aos bens públicos da união, os estados e dos municípios. Os tombamentos voluntários e compulsórios incidem sobre os bens e propriedades de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, o voluntário é feito a pedido do proprietário e o compulsório pela imposição pública por meio de notificação ao proprietário (RABELLO, 1993, p. 10).

O tombamento da Pedra do Sal foi compulsório, pois foi uma iniciativa de Joel Rufino dos Santos[15], que no período era diretor do Museu da Cidade. Foi feito pela imposição pública, pois como diretor do museu representava uma instituição, ainda

[15] [15] Joel Rufino dos Santos:historiador, doutor e professor pela UFRJ e escritor, trabalhou na ONG Instituto da Religião (ISER); no Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, na Fundação Palmares (MINC); no Conselho Estadual de Cultura como Subsecretário de Defesa e Promoção das Populações Negras; Superintendente de Cultura; Subsecretário de Justiça e Direitos Humanos; Diretor de Comunicação Social do Tribunal de Justiça; Representou o Brasil no Comitê Científico Internacional para o programa Rota do Escravo, da UNESCO, e foi Consultor brasileiro do programa Escolas Associadas, da UNESCO.

que suas motivações possam ter sido por identificação como bem, pois segundo a jornalista Marina Cohen, ele foi “um grande defensor dos direitos humanos e digno representante da cultura afro-brasileira, Rufino foi um símbolo na defesa dessa cultura no Brasil, sempre atuante em sua proteção e divulgação” (O GLOBO, 2015). Ivanir dos Santos, membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, também afirma que Joel Rufino dos Santos foi fundamental para a luta contra o racismo e por uma maior representatividade da cultura negra no Brasil (O GLOBO, 2015). Assim como Marina Cohen e Ivanir dos Santos, Marcelo Paixão, o coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), fez a mesma afirmação ao dizer que a trajetória de Santos foi uma inspiração para todos que lutam contra o racismo e à desigualdade racial (O GLOBO, 2015).

Diante de tais afirmações, fica evidente que a proposta de tombamento da Pedra do Sal encaminhada por Joel Rufino dos Santos ao INEPAC foi mais uma medida em prol da valorização da cultura negra, através da valoração desse bem pela chancela do governo. Pois, como o mesmo afirma no texto do processo que “os templos católicos foram tombados, e preservados. Nenhum afro-brasileiro o foi” (INEPAC,1984, p. 6), por conseguinte, “ficou como raro testemunho da cidade negra, a Pedra do Sal”(INEPAC,1984, p. 6).

Os fundamentos técnicos que registram as características do bem tombado e sua relação com o valor cultural são baseados nas referências culturais do bem[16]. O tombamento é uma forma de intervenção administrativa para a preservação, para dar os limites a eventuais intervenções no bem tombado no que concerne à sua conservação e usos (RABELLO, 1993, p. 12).

O tombamento é regulamentado pelo Decreto- lei 25 de novembro nº 25 de 1937. Essa Lei nacional foi inserida na Constituição Federal de 1988 que normatizou seu objeto jurídico, sua forma de uso e os efeitos legais do tombo como instrumento jurídico a ser usado para a preservação de determinados bens culturais. A Constituição estabeleceu que cabe à união, aos estados, e aos municípios, proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural, o patrimônio que for atribuído de significado cultural. Estabeleceu que o reconhecimento pela atribuição de valor cultural a um bem material

[16]Ao ser criado, em 1º de julho de 1975, o CNRC definiu como seu objetivo. o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira(SPHAN).A noção de referência cultural pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, que visa à construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico (FONSECA, 2000, p. 11).

será feito mediante ato administrativo precedido de um processo (RABELLO, 1993, p. 15). Nesse processo estará fundamentada a decisão da administração pública, determinando o bem que se atribuiu valor cultural, justificando o motivo dessa atribuição e ressaltando as características que justificam essa escolha em função do interesse público na sua preservação e dos parâmetros simbólicos estabelecidos na lei.

O tombamento é um ato administrativo, um ato da administração pública, mas ocorre nas esferas estadual e municipal por ato legislativo, embora não seja a forma legal do seu procedimento previsto na lei nacional (RABELLO, 1993, p. 17).

Existem alguns critérios formais em decorrência do paradigma estabelecido na lei nacional, no Decreto-lei 25 de novembro nº 25/37, e nos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, como diretrizes para a Administração Pública, embora a união, estados e municípios possam estabelecer seus procedimentos para a realização do tombamento. Os critérios definem que o ato do tombamento deve identificar o bem cultural sobre o qual incidirá o interesse público, dizendo o que motiva a preservação daquele bem, por meio de uma análise com conteúdo e descrição técnica coerente com a política de preservação do patrimônio cultural do ente político e com os princípios nacionais e constitucionais da preservação; que a instrução do procedimento de tombamento será encaminhada a um Conselho, formado no âmbito da administração, que deliberará sobre o objeto, sobre suficiência da motivação, sua pertinência com a política geral, enfim, decidindo sobre o tombamento e por fim define que o procedimento do tombamento é de interesse público, portanto, ele deve tramitar independentemente da aquiescência de interessados diretos ou indiretos. Contudo, é essencial que se garanta àqueles sobre os quais irá incidir a responsabilidade de conservação do bem, em geral os proprietários dos bens móveis ou imóveis, o direito de se manifestar quanto ao tombamento, exercendo o contraditório, se for o caso (RABELLO, 1993, p. 18)

O tombamento de um bem imóvel pode gerar proteção do seu entorno, para garantir que sua apreciação como patrimônio cultural pela comunidade não seja prejudicada, para que o bem fique inserido em seu contexto. A área do entorno fica sob a tutela da administração pública, com formas diferenciadas de proteção em relação ao tombamento. Essa tutela do entorno do bem tombado encontra-se no artigo18 do Decreto Lei 25, não se trata de uma tutela direta dos imóveis, ela busca resguardar esse bem.

O tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural gerou proteção do seu entorno a pedido do Conselheiro Marcelo de Ipanema em 1987, a área tutelada foram os números 33 e 35 do Largo João da Baiana; o Largo João da Baiana, propriamente dito; o número 51 da rua Francisco da Prainha, esquina com a rua Argemiro Bulcão; números 27,29,43 e 45 da Travessa do Sereno; números 37 a 53 da Travessa Argemiro Bulcão; número 97 da rua Sacadura Cabral esquina com a rua Argemiro Bulcão (INEPAC,1984,p. 30).

A Pedra do Sal foi tombada por ter sido o tombo o único instrumento de patrimonialização possível em 1984. No documento do seu processo de tombamento as referências culturais apontadas para que se tornasse patrimônio cultural se remetiam para seus aspectos imateriais, as manifestações culturais oriundas da “Pequena África”, por esse motivo Italo Campofiorito, então diretor do INEPAC na época, iniciou o documento do processo de tombamento com um ofício escrito para o diretor do Departamento de Cultura, sr.Leonel Kaz, dizendo que tinha “a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico”. E continuou dizendo que tratava de “preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira”(INEPAC,1984,p. 2).

No ofício, o diretor do INEPAC diz se tratar de um conteúdo inovador em termos de patrimônio histórico e artístico no Brasil, porque o que se tentou preservar por meio do simbolismo de uma pedra foram as práticas, as representações, as expressões, os saberes e os fazeres da “Pequena África”, que foram transmitidas de geração em geração, e foram constantemente ressignificadas pela comunidade em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza, de sua história e do movimento da sociedade, gerando um sentimento de identidade e continuidade. O instrumento legal para a preservação dos aspectos imateriais do patrimônio cultural só viria a existir dezesseis anos mais tarde, o registro.

A Pedra do Sal foi tombada por se tratar de um lugar fortemente simbolizado, por ser o local onde as manifestações culturais afro-brasileiras tiveram seu adensamento de sentidos, seu tombamento privilegiou aspectos de um bem que só com o Decreto 3.551 do ano 2000 teria instrumentos legais para ser preservado, baseado na definição de patrimônio cultural brasileiro da Constituição Federal de 1988, no artigo 216 em que define como patrimônio cultural “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à

identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”(BRASIL, 1998).

Segundo Gonçalves (GONÇALVES, 2009, p. 27), essa qualificação do “patrimônio imaterial” ou “intangível" opõe-se ao chamado “patrimônio de pedr*a e cal”* por visar aspectos da vida social e cultural dificilmente inseridas pela concepção material. Nessa categoria estão inseridos os lugares, as festas, as religiões, as formas de medicina popular, a música, a dança, a culinária, a técnica etc., a ênfase está nos aspectos valorativos das formas de vida de grupos da sociedade. Diferente da concepção material que se propõe do tombamento, a cultura imaterial apoia-se no registro dessas práticas e representações para sua preservação por meio da patrimonialização com o intuito de sua permanência considerando suas transformações. O registro tem a finalidade de contribuir para a salvaguarda de bens de caráter processual e dinâmico que sejam considerados “de relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (BRASIL, 2000). O registro viabiliza o cumprimento da Constituição Federal de 1988, que adotou uma concepção de patrimônio cultural bem mais ampla que as expressas nas constituições anteriores, voltadas para os bens móveis e imóveis, “notáveis”, passíveis, de serem protegidos pelo instrumento do tombamento (IPHAN, 2015). Durante muito tempo o tombamento foi o principal instrumento legal para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, e boa parte das expressões culturais de outros “grupos formadores da sociedade brasileira”, principalmente os indígenas, os afro-brasileiros, as comunidades de manifestações culturais de caráter tradicional e de transmissão oral. Ficavam fora do reconhecimento das agências do governo, somente com a Constituição Federal de 1988 esses tipos de bens que traduzem “formas de expressão” e “modos de criar, fazer e viver”, tiveram base legal para serem visto como patrimônio cultural brasileiro.

A Pedra do Sal, em 1984, mesmo sem as bases legais para a preservação de seus aspectos imateriais, foi definida como patrimônio cultural, pois o que se tentou preservar por meio do tombamento foi o valor simbólico da Pedra, como o testemunho cultural da africanidade brasileira. Como o instrumento de patrimonialização foi o tombo, a preservação das práticas culturais não ficam inseridas. O registro passa por um processo administrativo, por um processo social de mobilização, culminando com a inscrição do bem em um dos livros do Patrimônio Imaterial (Celebrações, Lugares, Saberes, Formas de Expressão). O que distingue o registro do tombamento é que não se propõe a “conservar” os bens registrados ou a assegurar a sua “autenticidade”, uma vez que a transformação das práticas e expressões fazem parte da sociedade. Por

isso o registro constitui um processo administrativo e social, espera-se o investimento institucional em torno da salvaguarda do bem cultural (das comunidades ou grupos), e a cada dez anos, é realizada uma reavaliação do registro obtido pelo bem cultural imaterial. Cabe ao Ministério da Cultura “assegurar ao bem registrado” sua “ampla divulgação e promoção” (BRASIL, 2000). O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), implementado pelo Ministério da Cultura, onde se viabiliza projetos de “identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse patrimônio” (IPHAN, 2014),nas diretrizes do PNPI:

> estão previstas a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial, e medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio. A promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais deve ocorrer por meio do apoio às condições materiais que propiciam a existência desses bens e pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação, e com a criação de mecanismos de proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco.(IPHAN, 2014).

O fato da Pedra do Sal ter sido preservada por meio do instrumento do tombo, que se refere ao patrimônio material, faz com que perca acesso às medidas das diretrizes do PNPI para promoção da inclusão social e para a melhoria das condições de vida dos produtores e detentores da imaterialidade do simbolismo pelo qual a pedra foi preservada.

1.6 O CONTEXTO DO TOMBAMENTO DA PEDRA DO SAL NA TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

As práticas brasileiras de preservação do patrimônio cultural foram baseadas no modelo francês (FONSECA, 2005, p. 37), por isso compreender a configuração do patrimônio francês é importante para compreensão do patrimônio brasileiro, para melhor compreender em que contexto se deu o tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural.

No Brasil a noção de patrimônio seguiu os moldes franceses, que foi produzido com a ideia de nação no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa onde o histórico e o artístico passaram a ser utilizados na construção da representação da nação (FONSECA, 2005, p. 37).

A história do patrimônio cultural brasileiro, assim como o francês, surge com a criação da identidade nacional, no Brasil começa com a criação da Inspetoria de

Monumentos Nacionais em 1934[17], que era vinculada ao Museu Histórico Nacional inaugurando a institucionalização da preservação do patrimônio nacional" (RANGEL, 2012, p. 107).

Os bens históricos e artísticos foram usados pelos Estados Nacionais para a construção da identidade nacional, "os monumentos e os objetos móveis, ambos como semióforos, tornaram-se também ícones da ideia de cultura" (CHUVA, 2009, p.182), ícones representativos da memória cultural que se pretendiam propagar. Tanto no Museu Histórico Nacional quanto na Inspetoria a história nacional aponta para "a perspectiva do "patrimônio tradicional" onde o "Culto da Saudade" instrumentalizou a conservação de vários monumentos da cidade" (RANGEL, 2012, p. 109), era representativo da cultura hegemônica.

Em 1937 a Inspetoria acaba e é substituída pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[18], baseado no anteprojeto de Mário de Andrade[19].

O anteprojeto de Mário de Andrade[20] sofreu alterações significativas quando foi utilizado para a criação do SPHAN, pois o projeto de Andrade contemplava a cultura brasileira como uma totalidade coesa, mas constituída por uma ampla diversidade de práticas, uma unidade cultural amalgamada pela diferença (ANDRADE, 1981, p. 20), enquanto as ações do SPHAN contemplaram a cultura de origem ibérica. Assim, as práticas das culturas não hegemônicas, as tradições populares, representadas no "folclore"[21], foram por ele valorizadas como parte constitutiva da nacionalidade, a identidade nacional seria uma síntese das diferentes formas de expressão e costumes,

[17]A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi instituída pelo Decreto número 24.735, de 14 de julho de 1934. Tinha como finalidade impedir os objetos antigos referentes à história nacional fossem retirados do país (Rangel, 2012).

[18]Rodrigo Melo Franco de Andrade, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, elabora a lei federal que irá organizar a proteção do patrimônio no Brasil, o SPHAN,em janeiro de 1937, por meio da Lei número 378.

[19]Feito a pedido de Gustavo Capanema em, Ministro da Cultura naquele momento. No anteprojeto de Mário de Andrade criado em 1936, haveriam quatro livros de tombo: Arqueológico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial, estando cada um deles relacionados a um grande museu nacional. O histórico não estava fora, estava incluído em seu conceito de arte. A arte para Mário de Andrade tinha um conceito amplo: "A arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos"(1980, p.97).Segundo Mário Chagas, o conceito de arte de Mário de Andrade se assemelha muito com o conceito de cultura de Waldisa Russio: "Cultura é essencialmente fazer e viver, é o resultado do trabalho do homem seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho refletido materialmente na construção concreta" (Russio, 1984, p.61).

[20]Já na década de 30, Mário já atuava no poder público pela cultura brasileira, com suas viagens ao Nordeste para estudar a cultura popular e com suas ações no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

[21]Marilena Chauí problematiza a obra de Mário de Andrade pela segmentação dos bens culturais, uma diferenciação que é própria da classe dominante coloca as produções dos "povos primitivos" nos Museus de História Natural, as dos "populares civilizados" nos museus do folclore e as dos "nacionais com nível internacional" nos Museus de Belas Artes (CHAUÍ, 1983, p. 98).

já o patrimônio cultural seria contemplado em sua ambiguidade, ou seja, em sua materialidade e imaterialidade.

No SPHAN na arte popular não foi incorporada às práticas de proteção nem no rol de bens culturais passíveis de se tornarem patrimônio (CHUVA, 2012,p. 154). O campo do patrimônio no Brasil valorizou principalmente os monumentos arquitetônicos, a maioria dos seus profissionais eram engenheiros ou das belas artes. Segundo Márcia Chuva (CHUVA, 2012,p. 154) devido à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco no SPHAN, baseada na tese dos três grupos formadores da sociedade brasileira, onde se percebia no branco português maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio menores influências. Houve o predomínio da proteção dos bens matérias, principalmente arquitetônicos, relativos ao período colonial.

Em 1947 um grupo de intelectuais que desejavam o reconhecimento do folclore como saber científico, cria a Comissão Nacional do Folclore, no Ministério das Relações Exteriores (MRE), Evidenciando o distanciamento na administração pública entre as vertentes do patrimônio e do folclore. Em 1958, esse mesmo grupo cria a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) e o SPHAN passa a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) ambos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)[22]. Os profissionais das duas esferas do MEC eram distantes.

Assim como ao DPHAN, a CDFB também estava voltada para a questão da formação da nação, baseados nos trabalhos de sociologia e estudo de comunidades, também se basearam na tese dos três grupos formadores, o branco português, o negro e o índio, buscavam algo que sintetizasse os três grupos, que seria a cultura mestiça como original.

Devido às mudanças estruturais que ocorreram no mundo, como a perda das identidades nacionais e regionais diante da dependência neocolonial e da crescente padronização mundial da paisagem urbana “predominavam no mundo da arquitetura e do urbanismo, a questão do patrimônio histórico e artístico” e a preocupação com a “degradação das cidades” (CAMPOFIORITO, 1984, p. 2). Houve uma mudança substancial no campo do patrimônio cultural, em 1964, o Conselho de Cooperação Cultural da Europa propôs uma uniformização de critérios para o inventário do

[22]O MEC foi criado em 1953, por Getúlio Vargas.

patrimônio cultural, que foi aprovada em Barcelona, em 1965 (CAMPOFIORITO, 1984, p. 2). No mesmo ano no II Congresso dos Arquitetos e Técnicos foi elaborada a Carta de Veneza em que o conceito de monumento histórico foi ampliado para “compreender a criação arquitetônica isolada como o sítio urbano (...) que dá testemunho de uma civilização particular, (...) de um acontecimento histórico”, contemplando “não só as grandes criações mais também as obras modestas, que tivessem adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (IPHAN, 1964).

Depois da Carta de Veneza sucederam outros documentos internacionais voltados para a preservação de lugares com valor histórico, como as Normas de Quito de 1967, organizada pela Organização dos Estados Americanos, sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, esta afirma a necessidade de “adoção de medidas de emergência” diante do “estado de abandono e a falta de defesa” que se encontra “a riqueza monumental e artística”, por meio de práticas de “revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social” (IPHAN, 1967). Houve a Declaração de Amsterdã, criada no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu em 1975, que também mostra um alargamento no conceito de patrimônio cultural, o qual “compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros, cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural”, motivo pelo qual fala sobre a importância da reabilitação de bairros antigos (IPHAN, 1975). E ainda em 1976 a Recomendação de Nairóbi, uma reunião da UNESCO relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, na qual foi tratada a importância dos conjuntos históricos como testemunhos tangíveis “da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade” e da importância de sua “salvaguarda e integração na vida contemporânea”, como “elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial” (IPHAN, 1976).

Essas influências ditadas pela Carta de Veneza, as Normas de Quito, a Declaração de Amsterdã e a Recomendação de Nairóbi repercutiram no Brasil, e se traduziram na preocupação em preservar o patrimônio arquitetônico. Na cidade do Rio de Janeiro com a valorização dos conjuntos urbanos simples, significativos, ainda que sem valor excepcional, foram identificadas e preservadas obras modestas com significação cultural, como preconizavam as influências citadas, houve a “prioridade urbanística para a reabilitação de centros tradicionais e bairros antigos, como

estruturas urbanas vivas, em constante e desejável mutação física e social" (CAMPOFIORITO, 1984, p. 5).

Segundo Campofiorito (CAMPOFIORITO,1984, p. 6),o estado da Guanabara[23] realizava uma atividade pioneira de proteção local, com ênfase no valor histórico, segundo ele já produziam em 1969 a melhor legislação de preservação vigente no Brasil até o ano de 1984. Ele se referia a sua própria gestão, pois nesse período atuava como assessor técnico e gerente do projeto Implantação do Corredor Cultural, na Fundação Rio, permaneceu nessa função até1980, e depois, a partir de 1979, trabalhou como diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do INEPAC, e ainda era o diretor no período do processo de tombamento da Pedra do Sal. Campofiorito (CAMPOFIORITO,1984, p. 5) segue falando sobre a atuação do INEPAC no Rio de Janeiro e diz que este estava:

> contribuindo à sua maneira para sacudir a poeira do Patrimônio. Ignorando as categorias hierarquizadas dos livros de arrolamento, tombou exemplarmente, entre quase uma centena de bens, a Casa da Flor criação lírica de um artista negro esquecido na lagoa de Araruama; a velha Rua da Carioca com todas as escoriações culturais que lhe foram infligidas pelo crescimento urbano; as Pedras do Índio, da Itapuca, dos Namorados e da Moreninha, com as lendas e símbolos com que o povo, há muito, as erigiu em monumentos; a Pedra do Sal, lapa de chão que viu nascerem os ranchos, espaço ritual sagrado da religiosidade afro-brasileira; os bondes do bairro de Santa Teresa, até por seus óbvios traços culturais de beleza carioca(CAMPOFIORITO, 1984, p. 5).

A direção do INEPAC estava seguindo as tendências em sua política de preservação do patrimônio cultural, tendências essas que ampliaram o conceito de monumento, e buscaram por meio da patrimonialização a valorização da totalidade da cultura brasileira, preservando bens representativos da cultura afro-brasileira e índia. Nesse período ganham força no INEPAC tombamentos justificados por argumentos antropológicos. Devido a essa postura da direção do INEPAC, a Pedra do Sal foi tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento, pois depois da ampliação do conceito de monumento histórico na Carta de Veneza, também foram considerados monumentos históricos os lugares que remetiam a um acontecimento histórico, as obras modestas, que tivessem adquirido com o tempo uma significação cultural, como o exemplo uma simples pedra com grande valor simbólico.

A ampliação da política de ação de valorização do patrimônio cultural do INEPAC encontrou um momento de abertura política com o governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro tendo Darcy Ribeiro como vice-governador, que também

[23]A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975.

era um antropólogo, que atuou com projetos inovadores, criou na área da cultura o Museu do Índio, o Centro Cultural Laura Alvin e criou área da educação projeto de Diretrizes e Bases da Educação e criou os Centros Integrados de Ensino Público (CIEP).

Além do momento de inovação política, para atuar, o INEPAC encontrou um momento propiciou dentro da política nacional de preservação. Em 1979 Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN, e ampliou o foco de ação do Instituto, pois antes ele trabalhava com a noção de bem cultural e de cultura popular quando era responsável pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), para valorização da cultura, que era ligado ao Ministério da Indústria e Comércio. Sua atuação na presidência do IPHAN inseriu no "âmbito das políticas públicas de cultura o reconhecimento dos bens materiais não mais por valores estéticos ou características eruditas, mas pelo valor que a sociedade atribuía aos mesmos" (IPHAN, 2014). O IPHAN nessa nova fase também estava atuando de acordo com as normas internacionais ditadas pela Carta de Veneza, as Normas de Quito, a Declaração de Amsterdã e a Recomendação de Nairóbi, nesse momento as políticas públicas de cultura do IPHAN passam a dar espaço para as manifestações de grupos e comunidades. Nessa fase, a atuação do IPHAN se aproxima mais do anteprojeto de Mário de Andrade[24], pois ele contemplava a cultura brasileira como uma totalidade, constituída por uma ampla diversidade de práticas. Nesse período também foram introduzidas no Brasil ideias relacionadas à diversidade e pluralidade cultural da sociedade brasileira, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)[25].

A abertura no campo do patrimônio cultural no mundo, o momento político propício no estado do Rio de Janeiro, o novo foco de atuação do IPHAN e a direção de Campofiorito no INEPAC favoreceram a valorização da diversidade e pluralidade, nesse contexto a Pedra do Sal foi tombada como monumento. Destacando a articulação de Joel Rufino dos Santos que encaminhou a proposta do tombamento. Nesse período, Santos era membro do Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e diretor do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, e atuava a favor da visibilidade da cultura popular afro-brasileira, nos diferentes cargos públicos que atuou em prol desse objetivo. Santos escreveu o texto principal do documento do processo

[24] Já na década de 30, Mário já atuava no poder público pela cultura brasileira, com suas viagens ao Nordeste, para estudar a cultura popular e com suas ações no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

[25] Os PNDs foram formulados na ditadura, a partir do governo do general Ernesto Geisel.

de tombamento da Pedra do Sal, que expõe as referências culturais da Pedra do Sal para ser candidata a patrimônio cultural.

A Pedra do Sal se tornou patrimônio cultural em 1984, porque nesse período ganharam forças no Brasil os tombamentos justificados por argumentos antropológicos, esse fato foi um dos movimentos impulsionadores “das ações para preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro” (INEPAC, 2014, p.18), e também “se insere no processo de ampliação do campo de atuação das instituições de proteção do patrimônio cultural, que lança novos olhares sobre os bens intangíveis, retomando a proposta original de Mário de Andrade para o patrimônio” (INEPAC, 2014, p. 18).

1.7 O TOMBAMENTO DA PEDRA DO SAL

A Pedra do Sal foi definida como patrimônio cultural, instituinte e instituído, pelo valor que possui para a história como “testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira” (INEPAC,1984, p. 5), como Santos (INEPAC,1984, p. 5) afirma no texto do processo de tombamento, por evocar a memória da “Pequena África” e de acordo com mensuração da matriz analítica de Borges e Campos, por possuir um alto grau de ressonância e aderência, como Santos afirma no texto do processo do tombamento ao dizer que “a Pedra do Sal era, para o migrantes da Bahia, (...) o primeiro abraço e o primeiro sentimento da cidade” (INEPAC,1984, p. 5), que aderia e ressoava por despertar laços de afetividade e por também por ser sagrada, Santos afirma que “a Pedra do Sal é um monumento religioso do povo carioca” (INEPAC,1984, p. 6), pois “na Pedra do Sal se faziam despachos e oferendas (...), se despejavam trabalhos. Era, e é, local consagrado” (INEPAC,1984, p. 6). Campofiorito (INEPAC,1984, p. 2), ao falar sobre o valor cultural da Pedra do Sal, diz que “quem fixou primeiro foi o pintor João da Baiana, filho da tia Perciliana, o mesmo que aprendeu música em cima da Pedra, brincando com Donga” (INEPAC,1984, p. 2), João da Bahia é um exemplo de ressonância e aderência da Pedra do Sal, como Campofiorito relata, João morava na Pedra, era filho de uma tia baiana e aprendeu na Pedra o samba, sua vida é impregnada do simbolismo da identidade cultural da “Pequena África” que a Pedra do Sal representa.

A Pedra do Sal foi tombada como monumento histórico devido ao seu valor simbólico, as referências culturais citadas no documento do processo de tombamento remetiam ao testemunho da “Pequena África”, valor que a Pedra possui nessa representação cultural, como cita Campofiorito no ofício escrito ao diretor do Departamento Geral de Cultura,Leonel Kaz. Segundo Campofiorito o tombamento da

Pedra do Sal era a tentativa “de preservar, de conhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira” (INEPAC,1984,p.2).

O tombamento remetia aos aspectos culturais da “Pequena África”. Entendemos que a cultura se processa na relação do homem com seu meio, na forma como ele compreende sua realidade e na forma como exerce ação sobre essa realidade, trata-se da realização humana em termos de consciência crítica e histórica, ao realizar-se criticamente e historicamente o homem constrói sua história e faz sua cultua. A existência humana está relacionada com seu meio físico (composto pela natureza e outros seres), com o meio transformado e com outros homens, essa existência baseia-se no seu pensamento e em sua ação, enquanto questiona conhece e constrói, se realizando como ser construindo uma complexa teia de relações, atos e fatos que constituem sua história (GUARNIERI,1983-1985, p.150-152). Nessa constituição age modificando a natureza, criando utilidades, criando beleza e desenvolvendo relações, fazendo cultura. A cultura é a substância da história, e o histórico se relaciona com o cultural, por isso a cultura do homem compreende suas ideias, valores, seu imaginário, sua criação material ou intelectual, proporcionando elementos objetivos e elementos concretos para sua sobrevivência e para sua mudança de qualidade em suas relações sociais. Cultura é o fazer e viver cotidiano, é o trabalho do homem em todas as suas manifestações e aspectos, é a vida vivida (GUARNIERI,1983-1985, p.150-152). O tombamento da Pedra do Sal privilegiou as ideias, valores, o imaginário, a criação, o fazer e o viver da “Pequena África” e seus aspectos culturais.

O tombamento da Pedra do Sal foi inovador para a época como cita Campofiorito no início do documento do processo (INEPAC,1984,p.2), ao dizer que tinha “a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico” (INEPAC,1984,p.2) por tratar de “preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra” (INEPAC,1984,p.2), e o relator do processo de tombamento Marcelo Moreira de Ipanema (INEPAC,1984,p. 20), do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, também afirma que esse tombamento foi inovador, diz que “a proposta, como sua exaltada defesa” (INEPAC,1984,p. 20) o tocou “no plano cultural como no sentimental” (INEPAC,1984,p. 20),pois sabia do “pioneirismo da proposta de preservação de bem natural no INEPAC” (INEPAC,1984,p. 20), ainda afirma que essa inovação era responsabilidade de Italo Campofiorito, que “tombou vários bens naturais de formação granítica várias elevações da Baixada de Jacarepaguá e a Pedra de Itapoan, no Recreio dos Bandeirantes” (INEPAC,1984,p.

20), que eram bens “parecido[s] com a Pedra do Sal tanto na formação como na função do cordão litorâneo e até mesmo nas manifestações religiosas afro-brasileiras” (INEPAC,1984,p. 20).

Como colocam Campofiorito e Moreira, para o INEPAC era uma experiência inovadora o tombamento de um bem natural, e também era inovador o tombamento de um bem que representasse a cultura afro-brasileia. Moreira afirma que já era uma prática do arquiteto Italo Campofiorito a patrimonialização de bens naturais, pois quando trabalhou na Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara realizou o tombamento de outras rochas, de outros bens naturais como monumento, ao ir trabalhar no INEPAC continuou com suas práticas de preservação inovadoras para o período.

Para o INEPAC, em 1984 era inovador o tombamento de bens naturais, embora tenham tombado a Pedra do Sal, um bem natural, esta foi tombada como monumento histórico, apesar da Recomendação de Paris aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972 já trazer as definições do patrimônio cultural e do patrimônio natural, onde define:

> **Artigo 1° -** Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:
> os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais,elementosouestruturasdenaturezaarqueológica,inscrições ,cavernasegruposdeelementosquetenhamumvaloruniversalexcepcional dopontodevistadahistória,daarteoudaciência;
> os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
> **Artigo 2°-** Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio natural:
> osmonumentosnaturaisconstituídosporformaçõesfísicasebiológicasoupo rgruposdetaisformações,quetenhamvaloruniversalexcepcionaldopontod evistaestético ou científico (UNESCO, 1972);

De acordo com a definição de patrimônio cultural e natural da Recomendação de Paris, a Pedra do Sal como patrimônio cultural poderia se enquadrar em mais de uma categoria. Poderia ser tombada como um conjunto, uma vez que seu tombamento fez com que seu entorno fosse tutelado em 1987, para a preservação do seu contexto e apreciação da comunidade, seu território se tornou uma área de preservação ambiental e arquitetônica, essa área integrou uma proposta de preservação ambiental e arquitetônica, desenvolvida na SPHAN/Pró-memória. No texto do documento do

processo de tombamento diz que esse estudo pretendia, através da regulamentação do uso do solo, modificar o processo de crescimento “demolidor” e “desfigurador” que ocorria em um dos trechos mais tradicionais da cidade do Rio (INEPAC,1984, p.8). A preservação do entorno da Pedra do Sal tinha o objetivo de assegurar a sua proteção imediata para possibilitar a implantação de um projeto de revalorização da área.

Em 1984 iniciou o processo de preservação dos conjuntos urbanos representativos das diversas fases de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, em 1988 os conjuntos dos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, bairro onde se localiza a Pedra do Sal, representativos para a história da cidade, foram inseridos na relação da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), do município do Rio de Janeiro, os conjuntos arquitetônicos do centro da cidade, dos bairros de Santo Cristo, Saúde e Gamboa denominados SAGA (RIO DE JANEIRO, 1992).

A Pedra do Sal também poderia ser um patrimônio cultural na categoria de lugares notáveis por compor um cenário de obras conjugadas com obras do homem, representada pelo conjunto arquitetônico e da natureza demonstrada pela pedra com importância histórica, etnológica e estética.

Ainda poderia ser tombada como um patrimônio natural, pois o próprio relator do processo de tombamento Marcello Moreira de Ipanema a define como um bem natural e a mesma cabe na definição escrita no 2º artigo da Recomendação de Paris de patrimônio natural na categoria de monumento natural, por se a Pedra do Sal constituída naturalmente em sua formação física e ecológica e por ter valor do ponto de vista estético.

A Pedra do Sal foi tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento por ser também uma escultura - pois os degraus de suas escadas foram esculpidos por mãos escravizadas, representando o período da escravidão no Brasil, embora os valores apontados no documento do processo do tombamento para que fosse tombada se remetessem a suas referências culturais pós-escravidão.

Como foi colocado anteriormente, o tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural foi inovador por se tratar do tombamento de um bem natural, como um patrimônio representativo da cultura afro-brasileira, o relator do processo Marcello Moreira de Ipanema (INEPAC,1984,p.22) escreveu sobre a importância do INEPAC ampliar seu raio de ação de preservação para monumentos representativos da cultura negra, em seu parecer e voto no item intitulado “Incorporação de espaços culturais de outras etnias ao patrimônio cultural”.Moreira afirma que não se deve “nem pode

marginalizar da proteção cultural do Estado as etnias negras (...)”(INEPAC,1984,p.22), e no item intitulado “Preservação de espaços culturais de etnias negras” o relator diz:

> para um país como o Brasil, de muitas etnias, o poder público está no dever de preservar também os locais de manifestação religiosa das culturas de origem negra.
> Não devemos nós, membros do Conselho, e também a excelente equipe de integrantes do INEPAC, como os participantes da comunidade fluminense, ficarmos apenas em pousos que serviram ou servem a usos religiosos (...).
> Ampliando o leque, devem ser contemplados os espaços de realização de festas típicas de tais etnias.
> Ignorar a presença delas entre nós, é procedimento indefensável, particularmente no domínio da preservação (INEPAC,1984, p.21).

Segundo a fala do relator, não era comum o tombamento de bens que representassem a memória afro-brasileira, isso fica claro em sua defesa pelo tombamento da Pedra do Sal. Mesmo nos dias atuais são poucos os registros que foram deixados da afro- brasilidade que existia na cidade. Fonseca (FONSECA, 2009, p.60) aponta que as políticas de patrimônio conduzidas no Brasil por mais de sessenta anos não refletem a diversidade, ela coloca que:

> o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultual brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação. Isso foi agravado pela falta de documentação sobre essa vertente da história do Brasil (FONSECA, 2009,p.60).

A autora aponta que somente com a publicação do Decreto 3.551/2000 insere-se uma nova trajetória do patrimônio cultural, por ampliar a abrangência das políticas de preservação, pois até esse momento houve a limitação dos instrumentos legais de acautelamento, como consequência disso houve uma compreensão limitada do termo preservação, que costuma ser entendido como tombamento.

Concordando com Fonseca, Campofiorito, Ipanema e Santos sobre a existência de poucos bens que representam a memória afro-brasileira. O tombamento da Pedra do Sal como patrimônio representativo da cultura afro-brasileira foi inovador para a época, pois Fonseca aponta que até há poucos anos a política de preservação era limitada nos seus instrumentos de patrimonialização e pouco favoreceu a representação da diversidade cultural.

Diante disso, podemos perceber que o tombamento da Pedra do Sal como patrimônio cultural, além de ser inovador para o INEPAC por ser um bem natural, e também por ser um bem representativo da memória afro-brasileira. Também foi inovador porque, mesmo diante das limitações do instrumento legal para o registro da

imaterialidade do patrimônio, a Pedra do Sal foi tombada por se tratar de um lugar com valor especial, por ser o local de manifestação da cultura afro-brasileira, seu tombamento privilegiou aspectos de um bem que somente com o Decreto 3.551 no ano 2000 teriam instrumentos legais para serem preservados, como afirma Compofiorito (INEPAC,1984,f.2), a Pedra do Sal “é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira. Espaço ritual consagrado, o mais antigo monumento que se pode vincular a história do samba carioca” (INEPAC,1984,f.2), e como ratifica Santos (INEPAC,1984,f.6), dizendo que “a Pedra do Sal é, em suma, mais que um bem cultural negro-brasileiro. É um monumento histórico e religioso da cidade do Rio de Janeiro” (INEPAC,1984,f.6).

CAPÍTULO 2

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA PEDRA DO SAL NO SÉCULO XXI

2- O PATRIMÔNIO CULTURAL DA PEDRA DO SAL NO SÉCULO XXI

A Pedra do Sal como patrimônio cultural remete à ideia de valor, o que nos permite lembrar que o “seu caráter de signo, é uma poderosa construção, constituída e instituída a partir das percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertencimento” (SCHEINER,2006, p. 115), por meio da memória da “Pequena África” se expressando na forma com que esse grupo se relacionou socialmente, produzindo um diferencial cultural. O simbolismo cultural construído através das relações sociais da “Pequena África”, se perpertuaram através da memória, e foram propagados e ressignificadas pelo decorrer do tempo pelas percepções identitária, pelo sentimento de pertencimento.

Diante da possibilidade de ressignificação do seu simbolismo, o patrimônio cultural Pedra do Sal ainda evoca a identidade afro-brasileira? Com toda a valoração que foi atribuída à Pedra do Sal e reconhecida pelos órgãos do governo, qual será sua representação para os moradores do seu território e para os frequentadores dos eventos que acontecem em seu território? Será que ainda possui ressonância e aderência?

Para respondermos essas perguntas, recorreremos a uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas.

A definição de critérios para seleção dos sujeitos que vão compor o universo de investigação foi baseada na relação deste com o território da Pedra do Sal, todos os entrevistados foram selecionados no momento em que se relacionavam neste território. Tal preocupação tem como fundamento garantir a qualidade das informações a partir das quais construiremos uma análise capaz de subsidiar à compreensão das questões delineadas.

A pesquisa realizada apontou a necessidade de compreender o referencial simbólico, os valores atribuídos por diferentes grupos sociais às práticas culturais no território da Pedra do Sal, de forma a mensurar o grau de ressonância e aderência deste patrimônio, material e imaterial, nos grupos que se relacionam com este território.

As entrevistas foram realizadas em eventos culturais no território da Pedra do Sal. Os entrevistados são moradores e frequentadores dos eventos culturais que acontecem no território do patrimônio cultural da Pedra do Sal. Eles variam em idade e em nível de formação. Dos dez entrevistados cinco são mulheres (ENTREVISTADOS,1, 3, 7, 8 e 10, 2015) e cinco homens (ENTREVISTADOS, 2,4,5, 6,e 9, 2015).

De acordo com a ordem das entrevistas apresentadas no quadros em anexo, a profissão e a idade dos entrevistados são: economista (33 anos), , analista de licitação (37 anos), historiadora (31 anos), cozinheira (65 anos), demostradora (40 anos), ator (25 anos), ababalorixá (57 anos), funcionário de um hostel (43 anos), funcionário da Comlurb e professor de boxe (34 anos) e pesquisadora (34 anos).

Todos os entrevistados frequentam as rodas de samba, mais variam em relação aos outros eventos. Os entrevistados (3,5 e 10, 2015), frequentam todos os eventos. Os entrevistados (2,4 e9, 2015) além das rodas de samba também frequentam o Baile Black do Bom. Os entrevistados (6, 7,e 8, 2015), frequentam apenas os eventos realizados pelo Quilombo da Pedra do Sal.

Os entrevistados (2 e 6, 2015), são membros do candomblé, inclusive o entrevistado (6, 2015) vive da função de ababalorixá do candomblé.

Em relação ao número de entrevistados, Duarte (2002) aponta a relação entre a quantidade e a qualidade das informações:

> Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas.

De fato, o levantamento e a organização das informações apontam a necessidade ou não de realizar mais entrevistas de forma a garantir a identificação de práticas e padrões simbólicos capaz de subsidiar uma análise do nosso objeto de estudo.

Esta definição teve respaldo no trabalho de campo realizado ao longo de três anos, em que conheci a história e a geografia do território do patrimônio cultural da Pedra do Sal, frequentei os eventos, conversei com os entrevistados e também observei os grupos e as praticas culturais durante os eventos realizados no local.

Os dados coletados, a partir das entrevistas foram organizados em tabelas, seguindo a metodologia da análise de conteúdo, que foi melhor explicada na

introdução, os quadros com os dados coletados encontram-se disponíveis no apêndice. Este é o modelo do quadro:

Quadro – **P:** Pesquisador **E:** Entrevistado (a) **Entrevistada:** **Data:**

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:**
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:**
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E**
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:**
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:**
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:**
Identidade	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a

cultural		identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:**
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:**.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:**
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:**

A metodologia da pesquisa é qualitativa, será descrita posteriormente. Para a tabulação dos dados foi utilizado o sistema de análise de conteúdo e a unidade de análise escolhida, para a interpretação dos dados foi o tema. Os temas foram : 1- Pedra do Sal como espaço de referencia; 2- Vínculo como espaço de moradia; 3- Pedra do Sal como espaço cultural;4- Vínculo como espaço de socialização; 5- Conhecimento do tombamento; 6-Identificação; 7- Permanência; 8-Percepção; 9- Importância do patrimônio cultural e 10-Ação para preservação. Os temas foram desenvolvidos com os entrevistados através das perguntas .

Após a definição dos temas os mesmos foram agrupados em categorias, que são classes com títulos genéricos que agrupam temas semelhantes, os quais foram: 1- Vínculo com a Pedra do Sal; 2- Percepção da ação de preservação ; 3-Identidade cultural e 4- Percepção de perda do patrimônio.

As interpretações realizadas foram feitas por meio da análise das entrevistas. Neste capítulo, as hipóteses levantadas serão comprovadas ou negadas através da análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas que serão pautados segundo a base teórica e metodológica que orientam a pesquisa.

2.1 A IDENTIDADE CULTURAL DA “PEQUENA ÁFRICA”

Os referenciais culturais apontados no documento do processo do INEPAC para o tombamento da Pedra do Sal remetiam às expressões culturais herdadas da “Pequena África”, como foi colocado na seção 1.4 do capítulo 1. No momento do pós-abolição desenvolveu-se na cidade do Rio de Janeiro uma diáspora negra regida por baianos com expressões culturais próprias, uma colônia afro-brasileira, com uma rica manifestação cultural representada pelo candomblé, pelos ranchos carnavalescos, pelo samba, pelo grupo Afoxé Filhos de Gandhi, entre outros.

Como vimos anteriormente, apesar da Pedra do Sal ter sido tombada como patrimônio cultural na categoria de monumento, por suas escadas terem sido esculpidas por escravos, as referencias selecionadas para sua valoração remetem ao momento pós-escravidão, como afirma Bellaigue, “todo espaço é portador dos traços da história ou do aniquilamento desses traços”(BELLAIGUE,1993, p. 88). Por isso, ao tratarmos dos valores que fizeram com que a Pedra do Sal se torna patrimônio cultural, nos remetemos aos aspectos imateriais desse patrimônio, como vimos na seção 1.5 do capítulo, da ação de seus detentores.

As entrevistas possibilitaram analisar como os moradores e frequentadores do território da Pedra do sal, percebem, apropriam, relacionam e interagem nesse espaço.

A maioria dos entrevistados (1,2,3,4,6,7,8 e 9,2015) tem conhecimento que a Pedra do Sal é um patrimônio cultural, e entendem o processo valorativo de chancela pelo governo e valorizam mais a Pedra do Sal por isso, embora valorizem muito mais por seu valor cultural.

No que se refere à Pedra do Sal simbolizar a “Pequena África”, a identidade afro-brasileira, na fala dos entrevistados (ENTREVISTADOS 1,2,3,4,5,6,7,8,9e 10,2015) surgem referências a ideias de simbolismo, pertencimento, legitimidade e resistência ao se referirem a essa identidade.

A ideia de pertencimento, resistência e visibilidade são colocadas pelo entrevistado 2 (2015), apesar deste dizer não saber se a Pedra do Sal simboliza ou não a “Pequena África”. O entrevistado acaba afirmando que, no que se refere às manifestações ele reconhece essa identidade, afirma que se manifesta pelas pessoas, que são parte do patrimônio. Ele percebe que a visibilidade do território remete à noção de pertencimento, que já se encontrava presente no local, como ato de resistência.

Como vimos na seção 2.4 do capítulo 1, os negros no período pós-abolição criaram uma diáspora baiana no centro do Rio de Janeiro como forma de resistência à

exclusão social que sofreram. Criaram ainda seus próprios modos de sobrevivência, através de uma organização cultural própria (TINHORÃO, 1998, p. 32). Esta organização própria talvez seja capaz de evocar nas práticas e expressões culturais tanto o sentimento de pertencimento quanto de resistência.

O tema resistência relacionado à identidade da “Pequena África” também é levantado pela entrevistada 3 (2015), que acredita na importância dessa identidade para trazer ao presente a memória e a história do passado, pois percebe a Pedra do Sal como um reduto do passado da escravidão e da história da resistência cultural dos escravizados. Afirma a importância da “Pequena África” ser evocada constantemente para que não se perca o referencial da matriz africana, pois acredita que qualquer coisa do passado que não é evocada, permanecerá no passado sem significado algum.

A Pedra do Sal, como um símbolo da memória afro-brasileira, teria a função de evocação do passado, pois, a “memória é uma atualização do passado ou a presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2000, p.1). E como um monumento, essa memória possui uma dimensão coletiva por relatar a história de uma sociedade, atribuindo à Pedra do Sal a característica de ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntariamente, da sociedade, como um legado à memória coletiva.

A legitimidade cultural da identidade da “Pequena África” no século XXI é defendida pelo entrevistado 4 (2015).Ele acredita que em determinados eventos a identidade da “Pequena África” se manifesta com mais intensidade como no baile black. Ele identifica traços dessa identidade no uso do turbante, no uso do cabelo black, no uso da trança e a define como a “Pequena África moderna”, e os frequentadores do baile black como seus descentes da “raiz”. Percebe que a dinâmica cultural se dá de acordo com o processo da sociedade.

Porém, há casos em que os entrevistados não reconhecem a identidade afro-brasileira, ou só a reconhecem através da história do território (ENTREVISTADO9,2015); ou ainda, nas manifestações culturais que atraem mais participantes negros (ENTREVISTADO 7, 2015);não reconhece a identidade afro-brasileira por entender que a maioria dos frequentadores do território não participam da religião afro-brasileira (ENTREVISTADO 8, 2015); ou ainda percebe o simbolismo da identidade afro-brasileira apenas nos eventos realizados pelo quilombo (ENTREVISTADO 5, 2015).

A maioria dos entrevistados (ENTREVISTADOS1,2,3,4,6,7 e 9, 2015) identifica que a Pedra do Sal ainda simboliza a “Pequena África”, e a identidade afro-brasileira. Diante dessas colocações podemos afirmar que a Pedra do Sal ainda rememora a identidade cultura da “Pequena África”, as manifestações culturais atuais como as rodas de samba, o baile black, o jazz e a lavagem da pedra, feita pelas baianas do candomblé e os filhos de Gandhi, traduzem a “ressignificação de seus aspectos simbólicos, assumindo novos contornos de acordo com o processo da sociedade” (PAVÃO,2004, p. 12).

Figura 4: *Roda de samba* de sexta-feira na Pedra do Sal (foto do Facebook Samba de Lei, em 6/03/2015).

Figura 5: *Roda de samba* de sexta-feira na Pedra do (foto do Facebook Samba de Lei, em 6/03/2015).

Figura 6: *Baile Black do Bom* na Pedra do Sal (foto tirada por Marcos Lobo, em 13/09/2014).

Figura 7: *Baile Black do Bom* na Pedra do Sal (foto tirada por Marcos Lobo, em 13/09/2014).

Figura 8:*Jazz na Pedra do Sal* (foto do Facebook Jazz na Pedra do Sal, em 19/10/2013).

Figura 9: *Jazz na Pedra do Sal* (foto do Facebook Jazz na Pedra do Sal, em 19/10/2013).

Figura 11: Lavagem da Pedra do Sal, pelas baianas do candomblé (foto do g1.globo.com, em 02/12/2013).

Figura 12: *Baianas e Filhos de Gandhi* na Pedra do Sal (foto do catacralivre.com.br. em 02/12/2013).

A Pedra do Sal enquanto patrimônio está em constante mudança, mas ainda simboliza a identidade afro-brasileira, pois está em processo atuando sobre as evidências da realidade em sua materialidade e imaterialidade. No século XXI, a manifestação cultural da “Pequena África” tomou novos contornos, refletindo, em seu território, o processo de transformação da realidade social nas diferentes manifestações culturais.

Todos os entrevistados participaram das manifestações culturais que aconteceram na Pedra do Sal. Todos os entrevistados frequentaram as rodas de samba, enquanto os entrevistados (1,3 e 5 ,2015) conheceram a Pedra do Sal por

intermédio do samba. Para o entrevistado 2 (2015), que é morador do território e frequenta o samba desde criança, afirma que “o samba é uma religião”.

Na análise das entrevistas foi possível perceber, que a Pedra do Sal adquiriu uma expressão ampla, visibilidade e projeção devido ao samba. Isto porque o samba produto da Pedra do Sal, tornou-se um símbolo nacional com expressão internacional, o que refletiu na projeção da Pedra do Sal tanto por seu aspecto histórico quanto por ser um território vivo desta manifestação cultural. As rodas de samba são a manifestação cultural mais conhecida e mais frequentada na Pedra do Sal.

A visibilidade e projeção da Pedra do Sal também está no fato de ser um local de referência histórica para a cidade, onde se iniciou a ocupação do Rio de Janeiro nos pés do Morro da Conceição e também por seu território ter se tornado um importante ponto turístico da cidade, por estar perto do porto onde os navios que fazem cruzeiros atracam e também por ser uma área que está sendo reurbanizada pelo consórcio Porto Maravilha, o que vem atraindo muitos turistas.

As rodas de samba acontecem semanalmente às sextas e segundas-feiras, em eventos mensais e em feriados como Dia do Samba, Dia da Consciência Negra e Dia de São Jorge, eventos que atraem muitas pessoas, como pode ser visto nas fotos.

O Baile *Black do Bom* acontece mensalmente, diferente dos outros eventos, neste evento há o predomínio de frequentadores afro-brasileiros. Barracas vendem artigos característicos, como turbantes, garfos (para pentear o black), brincos e colares étnicos.

O jazz acontece com menos frequência, entre seus frequentadores há poucos afro-brasileiros.

Os eventos com a participação dos membros do candomblé e com o bloco Afoxé Filhos de Gandhi, acontecem em feriados precisos como o dia de São Jorge, dia da Consciência Negra e no dia do Samba, e atraem um público específico, em sua maioria pessoas afro-brasileiras ligadas ao movimento negro ou a religiões afro-brasileiras ainda há um percentual de pessoas que apenas se identificam com as comemorações. Diferente das outras manifestações culturais, a lavagem da Pedra do Sal tem um sentido religioso, é o momento em que se evidencia o sentido religioso da Pedra do Sal como demonstra a entrevistada 8 (2015) ao citar a necessidade do culto nesse território.

Todas essas manifestações derivam de uma matriz, da cultura negra, nesse sentido a identidade que a Pedra do Sal simboliza continua sendo a da “Pequena África”. O território do patrimônio cultural da Pedra do Sal está em constante mudança,

pois se encontra na dinâmica do processo social, Scheiner (SCHEINER, 2010, p. 18) coloca que esse “processo faz do humano, humano, recriando constantemente, de formas variadas a identidade, a imagem em movimento, que é um processo inacabado, um encontro perpétuo de consciência e percepção” (SCHEINER, 2010, p. 18).

Percebemos nestas entrevistas que a identidade da “Pequena África” foi recriada através da consciência, trazendo novas formas de percepção dessa identidade. Na pergunta sobre o seu reconhecimento como parte da identidade cultural da “Pequena, os entrevistados atribuíram novas dimensões para essa identidade cultural.

A “Pequena África” é vista como um símbolo da matriz negra pala maioria dos entrevistados (2,3,4,5 e 6, 2015).

A “Pequena África” foi identificada pelo laço étnico, o entrevistado 2 (2,2015) se reconhece como parte dessa identidade por ter nascido em Salvador, em uma cidade que também teve muitos escravos, e por isso possui um grande número de negros, e atribui essa identificação a sua ancestralidade. Reconhece-se pelos laços étnicos e culturais, atribuindo esse reconhecimento à necessidade de resistência.

O entrevistado 5 (2015), apesar de não ser negro, se reconhece como pertencente à identidade negra por ser brasileiro.

A identidade negra foi também percebida a partir do laço religioso, o entrevistado (4, 2015) tem a mãe negra e o pai branco, é um membro do candomblé e se reconhece como parte da “Pequena África” por seu laços com uma religião afro-brasileira.

Apesar da grande diversidade existente entre os moradores e frequentadores do território da Pedra do Sal que foram entrevistados, todos os entrevistados (1,2,3,4,5,6,7,8 e 9,2015) se reconhecem como parte da identidade afro-brasileira por serem negros ou por serem brasileiros e reconhecerem que a identidade negra também faz parte da identidade do país. A identidade da “Pequena África” afro-brasileira foi apropriada pelos os entrevistados como parte de sua identidade por serem brasileiros, pela identidade-afro brasileira também fazer parte das identidades culturais que formaram o Brasil. Dessa forma, a identidade da “pequena África” passa a simbolizar o sentimento de pertencimento da diversidade cultural de um país plural.

2.2 RESSONÂNCIA E ADERÊNCIA

Diante da análise do documento do processo de tombamento, percebemos que a Pedra do Sal possuía valor por ser um lugar religioso, onde se realizavam rituais como oferendas e despachos; por ser um local de comemoração, onde as “tias” faziam comidas típicas como mocotó e organizavam festas; por ser o berço do samba; por ser o local onde surgiu o rancho carnavalesco, enfim, por simbolizar a reestruturação dos negros diante da exclusão social, por meio da ressignificação cultural.

A Pedra do Sal, antes de se tornar patrimônio cultural, já era uma referência cultural[26] que simbolizava para os moradores da “Pequena África” um lugar de pertencimento, pois recriaram de forma simbólica sua “África brasileira” no centro do Rio de Janeiro. Neste sentido, já possuía ressonância por evocar essas forças culturais, ultrapassando os limites de uma simples pedra e também a aderência por ser considerada sagrada e despertar laços de pertencimento nos moradores, como vimos na seção 1.5 do capítulo 1.

Já era instituída pela comunidade e, ao ser tombada como patrimônio cultural recebeu o valor instituinte do governo. Assim, a Pedra do Sal possuía todas as características apontadas por Borges e Campos para ser um patrimônio cultural, foi instituinte e instituída simultaneamente, possuindo um alto grau de ressonância e um alto grau de aderência (BORGES; CAMPOS,2012, p. 116).

Passaram-se trinta e dois anos do seu tombamento, e torna-se pertinente a pergunta de qual será a representação atual da Pedra do Sal para os moradores do seu território e para os frequentadores dos eventos? Será que ainda possui ressonância e aderência?

Para obter resposta a esta questão, recorremos às entrevistas. Analisamos o vínculo dos entrevistados com a Pedra do Sal, como estes percebem esse patrimônio, a relação destes com o espaço e a percepção que possuem da importância da preservação do patrimônio em sua totalidade (material e imaterial, monumento e entorno, saberes e práticas).

O vínculo dos entrevistados com o patrimônio cultural da Pedra do Sal se deu por ser o local de moradia ou por frequentarem os eventos que acontecem em seu território. Os vínculos se deram de maneiras diferentes.

[26]Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de “raiz” de uma cultura (IPHAN, 2000, p.29).

Existe o vínculo desde a infância, como coloca o entrevistado 4 (2015), um morador do território da Pedra do Sal. Ele estudava em uma escola ao lado da pedra, nela ele conversava com os amigos, brincava de escorregar. Mais tarde entendeu sua importância histórica e aumentou sua identificação com a Pedra, seu lugar de pertencimento, um símbolo da cultura afro-brasileira.

O vínculo que se deu pela família, como declaram os entrevistados 2, 7, 8 e 9 (2015). Conheceram a Pedrado Sal através de seus familiares. O entrevistado 2 (2015) conheceu a pedra quando sua mãe saiu de Salvador e foi morar no Morro da Conceição. Ele especifica que, como “baiana de acarajé”, continuou à trabalhar com acarajé na Pedra do Sal. Ela se identificou com o espaço, gostou do samba, e ele também. Sua história se mescla com a história da formação cultural do lugar. O entrevistado e sua mãe se sentem pertencentes a esse espaço por se identificarem com o simbolismo cultural da “Pequena África”. Ele afirma que a Pedra do Sal o remete a toda uma questão ancestral, uma vez que os ancestrais os levaram para morar naquele lugar.

Há o vínculo que se deu pela religião. O entrevistado 6 (2015) é morador do território da Pedra do Sal. É ababalorixá (pai de santo do candomblé) e membro do grupo afoxé filhos de Gandhi. Sua relação com o patrimônio se deu por sua religião. Ele diz que devido a sua ancestralidade e sua relação com o orixá ele é como um zelador da Pedra, por ela simbolizar para ele um lugar sagrado.

Existe também o vínculo que se deu através do samba. Os entrevistados 1, 3 e 5 (2015) conheceram a Pedra do Sal pelo samba. A entrevistada 3 (2015) é uma frequentadora dos eventos que acontecem na Pedra do Sal. Sua relação com a Pedra do Sal começou quando tomou conhecimento das rodas de samba, antes disso não conhecia o lugar. Para ela “é um lugar que exala em sua essência, a ancestralidade africana” e que a faz lembrar da “história da escravidão no Brasil” (ENTREVISTADO 3, 2015) .

O entrevistado 5 (2015) é um frequentador dos eventos da Pedra do Sal, e também conheceu a Pedra do Sal por intermédio do samba. Começou a frequentar o samba na região portuária no final dos anos noventa, em particular as rodas de samba mensais do bloco "O Fabuloso Grupo Eu Canto Samba", que também é responsável pelo bloco de carnaval Escravos da Mauá. Com a aproximação dos moradores e organizadores de eventos, foi convidado para uma feijoada na Pedra do Sal, seu primeiro contato, e percebeu “o amor dos frequentadores ao lugar, a comemoração da data, o orgulho a negritude e a ideia de manter uma tradição, era uma festa em que

estavam presentes os Filhos de Gandhi, as Baianas, uma Roda de Samba". Percebeu ainda que as pessoas estavam entregues aquela manifestação, para ele "ali era um lugar encantado onde elas viviam uma liberdade única. Este é o significado que dou aquele lugar" (ENTREVISTADO 5, 2015).

Percebemos por meio das entrevistas que os entrevistados se identificam com o espaço, possuem vínculos que podem ser pela infância, pela religião, pelo samba ou por identificar o simbolismo cultural afro-brasileiro no Rio de Janeiro.

O vínculo dos entrevistados 2,4,6 e 9 (2015), se deu por pertencimento ao local. A Pedra do Sal está ligada à identidade, à memória desses moradores, vinculada a esse sentimento de pertencimento.

O vínculo dos entrevistados 1,3 e 5 (2015) se deu por intermédio do samba. Identificaram-se com a Pedra do Sal, devido ao seu simbolismo da cultura afro-brasileira.

A relação dos moradores entrevistados com a Pedra do Sal é de pertencimento. Os entrevistados 2, 4, 6 e 9 (2015) percebem a valorização do território a partir do reconhecimento de sua importância histórica. O entrevistado 9 (2015) menciona a importância histórica, percebe essa valorização devido ao turismo. O entrevistado 2 (2015) menciona o sentimento de pertencimento dos moradores. Lembra que os moradores tinham vergonha de morar no local, devido à degradação e a memória negativa da escravidão. Relata não saber se os moradores "tinham essa noção de pertencimento do local". Relata ainda que "enterraram uma cidade em cima de outra cidade ninguém sabia o que acontecia". Ele fala que o resgate e a valorização da história do lugar se deu em um primeiro momento com o samba, e depois com as obras de revitalização e com a valorização da história do local. Os moradores se sentiram valorizados com orgulho de pertencer a esse território (ENTREVISTADO 2, 2015).

Os entrevistados 4 e 6 (2015) falam sobre seu sentimento de perda devido a valorização que o lugar sofreu, acarretando mudanças, como a chegada de novos moradores (ENTREVISTADO 6, 2015) e o conflito do uso do espaço, por ser um local onde acontece muitos eventos e por ser também um local sagrado (ENTREVISTADO 4, 2015).

Diante das entrevistas, compreendemos que os entrevistados percebem que o tipo de relação que a maioria dos frequentadores dos eventos do território da Pedra do Sal tem com esse bem é, em primeiro lugar, a sua valorização como um espaço de

entretenimento (ENTREVISTADOS 1, 3, 5, 2015) e, em ultimo lugar, a sua importância histórica e cultural.

A Pedra do Sal é definida pelos entrevistados como um lugar de resistência (ENTREVISTADO 6, 2015), como um lugar de memória (ENTREVISTADO 6, 2015), como um lugar religioso (ENTREVISTADOS 2 e 6, 2015), como um espaço cultural de socialização (ENTREVISTADO 6, 2015), como um espaço cosmopolita (ENTREVISTADO 2, 2015) e como um lugar de afeto (ENTREVISTADO 6, 2015). Também é definido como um espaço de luta política pelo entrevistado 4 (2015), porque há disputa pelo uso do espaço por diferentes grupos.

Tanto para as pessoas que se vincularam com a Pedra do Sal por morarem em seu território quanto para as pessoas que a conheceram por intermédio do samba ou da família, a Pedra do Sal as afetou com sua potencialidade, provocando efeitos de rememoração relativo a “Pequena África”, a identidade afro-brasileira. Isso é ressonância (GREENBLATT, 1991, p. 8), pois provocou sobre essas pessoas o efeito de evocação, onde a Pedra do Sal trouxe a presença algo que só por meio da memória se manifesta.

Apesar da Pedra do Sal evocar ressonância nos entrevistados sua aderência é diferente em cada um deles. Percebemos essa diferença principalmente entre as pessoas que moram no território e as pessoas que apenas frequentam os eventos.

Percebemos nas entrevistas que para os moradores o vínculo é maior. Vimos na fala do entrevistado 2 (2015), que sua relação com a Pedra do Sal se deu desde a infância como seu lugar de recreação e depois por identificação cultural, por se considerar afro-brasileiro e por ser membro do candomblé. O entrevistado 6 (2015), também se identifica com o patrimônio por seu simbolismo religioso e para o entrevistado 2 (2015) por identificar o simbolismo cultural afro-brasileiro de Salvador na pedra do Sal. Para esses entrevistados, a Pedra do Sal remete sentimentos de pertencimento, por ser um símbolo sagrado ou por ser símbolo afro-brasileiro, mesclando com a história de suas vidas e na formação de suas identidades.

A Pedra do Sal possui ressonância em todos os entrevistados, os abrange por meio da evocação, mas, em relação a intensidade de sua força evocada (aderência), percebemos que se dá de forma diferenciada entre os entrevistados que são moradores e os que não são.

Para o morador que faz parte desse espaço por gerações, a Pedra do Sal evoca memórias de familiaridade e valores afetivos perpetuados pela tradição cultural. A força representativa da Pedra do Sal para a pessoa que é moradora em função das

manifestações culturais vivas evoca uma memória, uma cultura que define o modo de vida.

No caso do frequentador evoca a identificação pelo simbolismo histórico e cultural. Diante da fala dos entrevistados, a Pedra do Sal enquanto patrimônio cultural, ainda possui ressonância e aderência. De acordo com a matriz analítica proposta por Borges e Campos (2012, p. 116), para o patrimônio ser considerado como cultural ele precisa ser instituinte e instituído simultaneamente, por possuir um alto grau de ressonância e um alto grau de aderência.

Nesse sentido, a Pedra do Sal insere-se no alto grau de ressonância. Primeiro, por ser tida como uma casa para negros que chegavam no Rio de Janeiro (MOURA, 1995, p. 42), por ser o local que identificaram como o seu território, onde se sentiram acolhidos, onde se reestruturaram após o fim da escravidão desenvolvendo traços culturais diferenciados do restante da cidade do Rio de Janeiro e com o passar do tempo a ressignificação do simbolismo da “Pequena África” na Pedra do Sal, propiciou a ampliação do seu valor histórico e cultural, e do seu caráter simbólico, representando a identidade negra como uma das identidades formadoras do país, representando a diversidade brasileira, tanto manifestações culturais que acontecem em seu território, com as rodas de samba, o baile black, o jazz, a lavagem da pedra feita pelas baianas, grupo afoxé Filhos de Gandhi quanto na diversidade de pessoas que as frequentam, despertando sentimento de afetividade, de rememoração, de pertencimento e de identidade.

2.3 PRESERVAÇÃO DA PEDRA DO SAL

A Pedra do Sal foi tombada como patrimônio cultural no intuito de ser preservada, por possuir valor histórico, cultural e arquitetônico para a sociedade, no intuito de ser preservada através do ato administrativo do INEPAC. Todos os entrevistados percebem o valor desse patrimônio cultural, e entenderam a importância da preservação não apenas do monumento-pedra, mas do seu território simbólico e suas práticas culturais.

A maioria dos entrevistados (1,2,3,4,6,7,8 e 9, 2015) tem conhecimento que a Pedra do Sal é um patrimônio cultural e acham isso importante. Os entrevistados 2 e 8 (ENTREVISTADOS 2 e 8, 2015), valorizam o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural, e falam da importância de transmitir esse valor para família. Os entrevistados 3 e 4 (ENTREVISTADOS 3 e 4, 2015) sabem que seu tombamento foi realizado pelo INEPAC.

Todos os entrevistados (2015), percebem a importância do tombamento, mas nas falas dos entrevistados 2,3,5,8 e 9 fica claro que apenas o fato da Pedra do Sal ter sido tombada não é suficiente para preservação de suas manifestações culturais e do seu entorno. O entrevistado 3 (2015), menciona o impacto da valorização financeira e da grande demanda de turismo no território como possíveis problemas para a cultura local. O entrevistado 5 (2015) percebe a necessidade dos eventos que acontecem no território dialogarem mais com a “memória e história do local”(ENTREVISTADO 5, 2015). O entrevistado 8 (2015) fala da necessidade direta do governo para o desenvolvimento cultural da Pedra do Sal.

O entrevistado 4 (2015) menciona a garantia da chancelada patrimônio cultural Pedra do Sal para o desenvolvimento cultural do território. Ele fala que esse ato administrativo garante a cultura imaterial do território e suas manifestações culturais.

Lembrando, como vimos no capítulo 1 na seção 1.5, o instrumento de patrimonialização da Pedra do Sal foi o tombo, que é destinado ao patrimônio material, por ter sido o instrumento possível em 1984. Este instrumento não assegura a preservação das práticas culturais, como acontece no registro que é o instrumento de patrimonialização do patrimônio imaterial. O tombamento é um processo administrativo e o registro é administrativo e social, pois, ao bem registrado espera-se o investimento do Ministério da Cultura, que é um órgão federal, em torno da salvaguarda do bem cultural e da comunidade, cabendo a este assegurar a ampla divulgação, promoção e proteção desse bem. Contudo, ‘’como a Pedra do Sal foi tombada, não lhe é assegurada a promoção social e cultural da comunidade.

Outras medidas para a preservação da Pedra do Sal foram apontadas pelos entrevistados 1,2,3,5,6,7,8 e 9, (2015) como necessárias. O entrevistado 2 (2015) falou da importância de reter a especulação imobiliária, pois como morador percebeu o encarecimento do custo de vida. Aponta ainda a necessidade do uso do espaço público, e a delimitação deste em relação ao espaço privado. O entrevistado 3 (2015), relata a importância do controle do número de pessoas que frequentaram os eventos do território e mencionou a importância e da promoção do desenvolvimento da economia local, sob a direção dos moradores para a preservação do patrimônio cultural. O entrevistado 5 (2015) apontou como medida de preservação a educação patrimonial da população local através de cursos sobre a história do território e o desenvolvimento do comércio de alimentos e bebidas típicas. O entrevistado 8 (2015) sugere, como uma outra medida de preservação, o tombamento de todo entorno da

Pedra do Sal, como solução para a permanência dos moradores e conservação dos imóveis do entorno.

O entrevistado 4 (2015) menciona as medidas que a prefeitura do Rio de Janeiro juntamente com o consórcio Porto Novo estão realizando através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para que os moradores conseguissem permanecer na região. Ele citou as capacitações, os cursos, as oficinas e as palestras que estão sendo realizadas para que os moradores possam ser empreendedores, e desenvolverem atividades em diversas áreas como na gastronomia, no artesanato e nas atividades culturais.

De acordo com as entrevistas, as medidas tomadas no território da Pedra do Sal não estão sendo suficiente para garantir sua preservação. A iniciativa da CEDURP e do SEBRAE para a permanência dos moradores é fundamental para a preservação da Pedra do Sal, mas não estão sendo suficientes para as necessidades das pessoas e do local. Lembrando mais uma vez que as referências culturais que foram valorizadas para que a Pedra se tornasse um patrimônio cultural remetiam aos seus aspectos imateriais, remetia às manifestações culturais realizadas pelos moradores do local que foram passadas de geração em geração, portanto, a permanência dos moradores representa a preservação desse patrimônio.

CAPÍTULO 3

A PEDRA DO SAL
E A RETÓRICA DA PERDA

3- A PEDRA DO SAL E A RETÓRICA DA PERDA

Neste terceiro capítulo analisaremos as medidas de preservação do território do patrimônio cultural da Pedra do Sal e o impacto do desenvolvimento urbano sobre o patrimônio. Isto porque os questionamentos e a preocupação dos entrevistados com as medidas de preservação da Pedra do Sal, tanto sob o aspecto material quanto imaterial, assim como com as comunidades que com ela se identificam e que alimentam a sua dinâmica cultural, nos remete a necessidade de compreender o potencial e os limites dos instrumentos legais de patrimônio, bem como os processos de musealização capazes de dar respostas às inquietações apresentadas pelos entrevistados.

Definiremos o conceito de museologia e museu pertinente a esta pesquisa. Acreditamos que estes conceitos possibilitará compreender o processo de musealização como um instrumento de desenvolvimento local para o território do patrimônio cultural Pedra do Sal.

Analisaremos as medidas de proteção que ocorrem neste território, pois ao ser instituída como patrimônio cultural a Pedra do Sal e seu entorno foram preservados. Seu território é fortemente simbolizado, por isso valorizado. Devido a essa valorização seu entorno foi tutelamento devido ao tombamento em 1987, foi definido como Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) em 1988, foi regularizado como Quilombo da

Pedra do Sal em 2005 e estabelecido como Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) em 2014.

O tutelamento

O tombamento da Pedra do Sal gerou a proteção do seu entorno para garantir que sua apreciação como patrimônio cultural pela comunidade não fosse prejudicada, e que a pedra estivesse inserida em seu contexto, buscando resguardá-la. Os imóveis da área do seu território ficaram sob a tutela da administração pública. Como foi citado anteriormente, a área tutelada compreende os imóveis de números 33 e 35 do Largo João da Baiana; o Largo João da Baiana, propriamente dito; o número 51 da rua Francisco da Prainha, esquina com a rua Argemiro Bulcão; números 27,29,43 e 45 da Travessa do Sereno; números 37 a 53 da Travessa Argemiro Bulcão; número 97 da rua Sacadura Cabral esquina com a rua Argemiro Bulcão (INEPAC,1984, p. 30). Está prevista no artigo18 do Decreto-Lei 25, em que define:

> Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (DECRETO,1937).

A tutela é diferente do tombamento, pois essa ação não exerce controle direto nos imóveis. Como está definido no artigo 18, essa ação trata do controle do ambiente onde está inserido o patrimônio cultural.

Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC

Além do território da Pedra do Sal ter sido tutelado, em 1988 os conjuntos arquitetônicos do bairro da Saúde (onde se encontra a Pedra do Sal) junto com os bairros da Gamboa e Santo Cristo, denominados de SAGA, tornaram-se uma Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) criada pela prefeitura do Rio de Janeiro no intuito de preservação do corredor cultural do centro da cidade.

Essa ação prioriza o valor do conjunto, é uma medida de proteção de uma área onde se leva em consideração a evolução urbana do lugar, com o mapeamento de sua forma de ocupação e das relações que os imóveis, logradouros e atividades ali desenvolvidas estabelecem entre si. Esses “elementos de composição são inventariados, cadastrados e classificados como tombados, preservados ou tutelados”

(RIO DE JANEIRO, 1992). Os bens de valor excepcional são tombados; os que são caracterizadores do conjunto são preservados; e os demais são tutelados.

Os bens de valor excepcional são tombados; os que são caracterizadores do conjunto são preservados; e os demais são tutelados (RIO DE JANEIRO, 1992). A APAC protege conjuntos arquitetônicos que, por suas características, conferem qualidades urbanas à região, sem, contudo, impedir o seu desenvolvimento. O bem é indicado para preservação por pertencer a um conjunto arquitetônico que possua características que representem a identidade cultural de um bairro, localidade ou entorno de um bem tombado. A fachada dos imóveis são preservadas, é mantido fachada, telhado e volumetria dos imóveis, as modificações internas são permitidas. O objetivo é preservar a ambiência urbana. A APAC pode tratar da preservação de um conjunto de imóveis situados em uma única rua, ou compreender um ou mais bairros[27], como a SAGA que compreende Saúde, Santo Cristo e Gamboa (RIO DE JANEIRO, 1992).

A APAC SAGA garante por lei a preservação dos imóveis do corredor cultural onde está inserido o Patrimônio cultural Pedra do Sal. Esses imóveis estão inseridos na área que foi tutelada devido ao tombamento da Pedra. O fato de esses imóveis estarem inseridos na APAC garante, em nível de lei, a preservação da ambiência do contexto material do patrimônio cultural da Pedra do Sal, com a restrição da mudança das fachadas dos imóveis.

Essa medida não garante aos proprietários suporte para a preservação dos imóveis, pois os imóveis da SAGA que se localizam no território da Pedra do Sal estão degradados. São dezessete imóveis do início do século XIX com o estilo de arquitetura portuguesa e são utilizados como residência e comércio.

A maior parte dos imóveis da APAC do território da Pedra está degradado. Este fato leva à suposição de que os moradores desses imóveis tenham dificuldade em mantê-los preservados.

[27]A Subsecretaria de Patrimônio da prefeitura do Rio de Janeiro detém a tutela de 36 áreas urbanas protegidas, entre APACs e áreas de proteção de entorno de bens tombados, localizadas nas Zonas Norte, Sul, Oeste e Central da Cidade e que incluem cerca de 30 mil imóveis, entre bens tombados, preservados e tutelados.

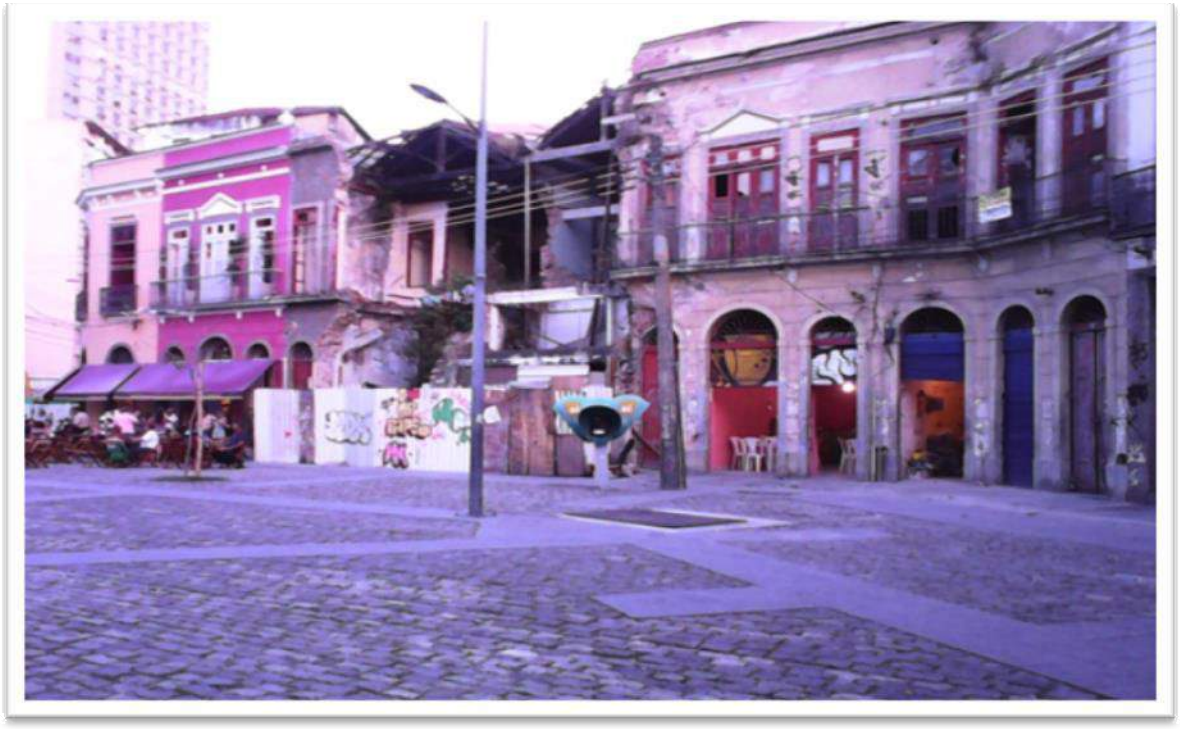


Figura 13: Imóvel situado no Quilombo Pedra do Sal (foto tirada por Vania Oliveira Ventura, em 10/09/2014).

Figura 14: Imóvel situado no Quilombo Pedra do Sal (foto tirada por Vania Oliveira Ventura, em 10/09/2014).

Como pode ser visto nas imagens, dois imóveis desabaram (fig.13) e um imóvel encontra-se escorado (fig.14). É a perda de documentos que serviriam de suporte para a memória que compromete a ambiência do contexto do patrimônio cultural da Pedra

do Sal. O estado de conservação da maioria dos casarões é crítico, a preservação está comprometida por degradação, ou por modificações indevidas na fachada. A imagem acima é um exemplo da preservação comprometida por falta de conservação que levou à degradação dos imóveis. Além dos imóveis que desabaram, a fachada de dois casarões a direita encontram-se degradadas.

Na imagem abaixo encontram-se o exemplo da preservação prejudicada por intervenções que não respeitaram o padrão arquitetônico do prédio.

.

Figura 15: Imóvel situado no Quilombo da Pedra do Sal (foto tirada por Vania Oliveira Ventura, em 10/09/2014).

Figura 16: Imóvel situado no Quilombo da Pedra do Sal (foto tirada por Vania Oliveira Ventura, em 10/09/2014).

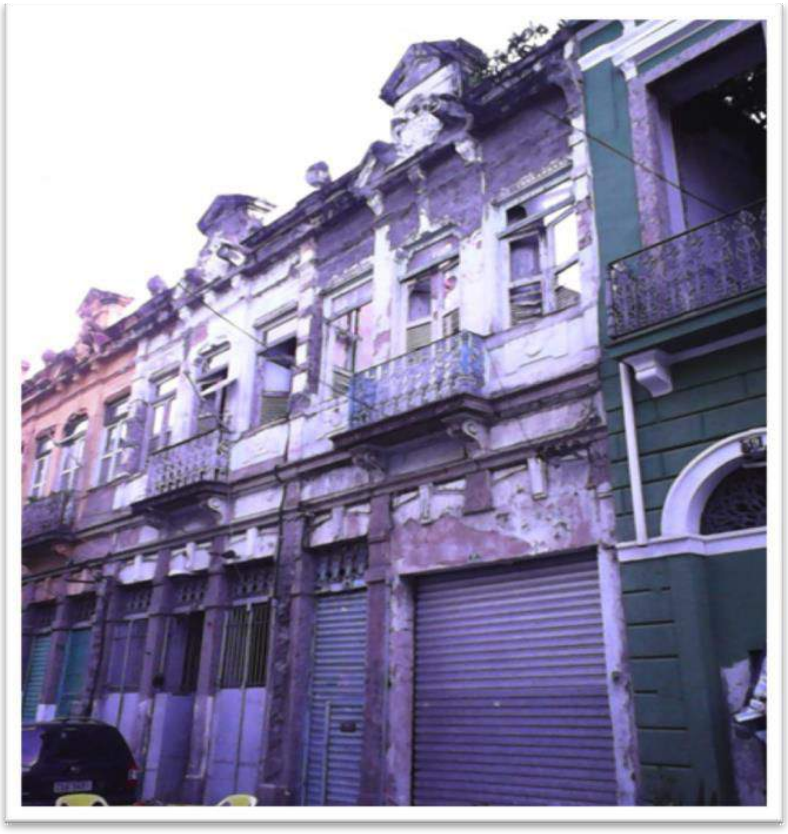


Figura 17: Imóvel situado no Quilombo da Pedra do Sal (foto tirada por Vania Oliveira Ventura, em 10/09/2014).

Estas imagens mostram que intervenções foram feitas para adaptar estes imóveis a necessidade de uso dos seus moradores, contrariando as definições da APAC sobre a preservação das fachadas, e possivelmente sem nenhuma orientação

de um profissional que conhecesse as formas, os estilos, a estrutura e os procedimentos de construção admitidos na época de construção dos imóveis para uma restauração adequada (VIOLLET, 2001, p.49). Como pode ser visto no casarão da fig. 3, em que os portões originais foram trocados por portões de aço; no casarão da fig.4, foi acrescentado um andar e no casarão da fig.6 foi realizada uma tentativa de reboco.

Entendemos, assim como preconizava Viollet-le-Duc (2001, p.56), que a forma de conservação de um edifício com importância para a história e cultura social é encontrar uma função, mas entendemos também que não basta estar em uso, é fundamental que haja por parte dos usuários dos imóveis condições financeiras para manter o imóvel e ter conhecimento da importância do mesmo como um testemunho da história. Lembrando que a responsabilidade de conservação é também do governo e da sociedade, como afirmou Boito (BOITO, 2014, p.37).

Área Especial de Interesse Cultural – AEIC

A última ação de valorização do território da Pedra do Sal foi em 2014 com a criação da Área Especial de Interesse cultural (AEIC), pela prefeitura do Rio de Janeiro, atribuindo a esse território mais um status específico dentro da legislação de preservação. O território da AEIC inclui os largos João da Baiana e São Francisco da Prainha, o trecho da rua Argemiro Bulcão (que sobe a Pedra do Sal) e rua São Francisco da Prainha. Também foram incluídos os imóveis do lado ímpar da São Francisco da Prainha e nove construções das ruas Argemiro Bulcão, Sacadura Cabral e Camerino, além da Travessa do Sereno.

A AEIC foi criada com a Lei nº1091/2011, com o objetivo de delimitar o perímetro da área de interesse cultural de forma a demonstrar o reconhecimento público do valor do lugar, de reconhecer a comunidade que vive ali e deu continuidade à história e à cultura daquele lugar e de evitar eventuais conflitos na esfera da legislação urbanística, na medida em que demarca a área e mostra o que tem de ser preservado (O GLOBO, 2014).

As ações da AEIC são de nível jurídico, assim como as ações da APAC, e não atuam diretamente com os moradores do território.

Quilombo da Pedra do Sal

No território da Pedra do Sal, somando-se a tutela que ocorreu devido ao tombamento e a APAC, em 2005 foi tomada outra medida que fortaleceu a sua preservação, a regularização do Quilombo da Pedra do Sal[28].O Quilombo foi criado diante do risco da perda, da desapropriação de alguns moradores de seus imóveis.

Em 2001, um grupo de moradores do entorno da Pedra do Sal instituíram o Quilombo da Pedra do Sal, através da mobilização em torno da ideia de patrimônio cultural com base na memória, identidade e na descendência da "Pequena África". Apresentaram-se como os representantes legais para a salvaguarda da Pedra do Sal (GUIMARÃES, 2013, p. 55), uma vez que esta foi tombada como um monumento afro-brasileiro, histórico e religioso representativo da "Pequena África".

Esse fato ocorreu devido ao projeto de revitalização do Morro da Conceição, onde se localiza a Pedra do Sal. Durante a gestão do governo César Maia (1993-1997), o plano para a "revitalização" urbana da Zona Portuária, visava a exploração econômica e ordenamento de seus espaços. O projeto se fazia necessário devido ao abandono e a decadência estrutural da área portuária do Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 2013, p. 45). Esse projeto de urbanização foi feito pelo Instituto Pereira Passos e rememorava o modelo de "desenvolvimento e civilidade" das obras de revitalização do centro da cidade do prefeito Pereira Passos, onde estava presente o desejo de moldar os espaços e os habitantes, por parte dos planejadores. Tal ação provocou desestabilizações locais (GUIMARÃES, 2013, p. 50).

O plano de revitalização seguiu um modelo valorativo específico, em que os planejadores construíram suas noções de autenticidade, apresentando os espaços do morro como "cristalizados" e de "passado português". Nessa narrativa havia espaços e habitantes portadores de uma ligação verdadeira e genuína com o Morro e outros espaços e moradores que não faziam parte. Diante disso, um grupo de moradores que não se encaixavam na narrativa do plano de desenvolvimento da prefeitura, diante do risco de serem desapropriados pela Ordem Terceira de São Francisco (VOT)[29], que é a proprietária de um grande números de imóveis no centro da cidade, organizaram-se em torno da noção de patrimônio cultural, da autoconsciência, da memória, da tradição

[28]O Quilombo Pedra do Sal é um quilombo urbano. As comunidades quilombolas são definidas como grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que no Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA).

[29]Dom João 6º doou a área e imóveis à VOT em 1821, esta é proprietária de vários imóveis na cidade do Rio de Janeiro. Com o plano de revitalização da área, a VOT reajustou os alugueis de muitos imóveis, muitos moradores foram despejados (GUIMARÃES, 2013, P.49).

e da identidade em busca de reconhecimento social para sua permanência (GUIMARÃES, 2013, p. 49).

Esses moradores agarraram-se à questão da identidade, porque se fez necessário. Segundo Bauman (2012, p.44), não se pensa em identidade quando o pertencimento vem naturalmente, quando é algo pelo qual não se precisa lutar, ganhar, reivindicar e defender; quando se pertence seguindo apenas os movimentos que parecem óbvios simplesmente.

Por meio da consciência crítica do seu contexto histórico-cultural, esse grupo acionou o artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios da Constituição Federal e solicitaram à Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do governo federal, o reconhecimento de dezessete imóveis (que estão inseridos na área tutelada no tombamento da Pedra do Sal e fazem parte da APAC), como território étnico do Quilombo da Pedra do Sal. Em sua aplicabilidade, esse artigo qualifica como comunidade quilombola passível de receber o título de um território de uso coletivo pelo Estado dos grupos que se identificam como étnico-raciais, que possuem trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e uma ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Em 2005 a FCP reconheceu oficialmente o Quilombo da Pedra do Sal, cuja área tem aproximadamente 200 metros quadrados, vai do largo da Pedra do Sal (final da rua Argemiro Bulcão) até o fim da rua São Francisco da Prainha, que termina no largo São Francisco da Prainha.

Os moradores apresentaram como argumento do pedido de titulação do território, a necessidade de salvaguarda da Pedra do Sal por seus legítimos herdeiros, em referência ao seu tombamento como monumento histórico e religioso afro-brasileiro. Os laços identitários referentes à “Pequena África” junto com o tombamento da Pedra do Sal, foram elementos simbólicos centrais para a formação do Quilombo. O patrimônio cultural Pedra do Sal se constitui um poderoso corpo de signos, organizado em torno da ideia de pertencimento que, em um momento cultural específico, elaborou-se a partir destes signos diferentes formas de discurso, de modo tal que o tema patrimônio foi continuamente ‘reinventado’, o que permitiu que estivesse sempre a serviço de uma certa matriz de organização social (SCHEINER, 2004, p.130), como símbolo de reafirmação sociocultural.

O plano de revitalização da área portuária do centro do Rio de Janeiro iniciou em 2001, e as obras de revitalização estão sendo executadas desde 2013 pela concessionária Porto Novo, e a operação urbana consorciada é chamada Porto

Maravilha[30], e o território do patrimônio cultural Pedra do Sal está inserido na região portuária. Essas obras de revitalização têm por objetivo integrar essa região ao processo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, promovendo a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região. O consórcio afirma que essas mudanças visam à melhoria da qualidade de vida dos moradores atuais e futuros e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. A gestora da prefeitura, das empresas privadas e do consórcio nessa operação urbana é a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP)[31]. Seu papel é atuar como fomentadora do dinamismo econômico e social da região portuária (PORTO MARAVILHA, 2013).

Neste processo de revitalização também existe uma narrativa para a valorização da área, diferente da narrativa do projeto de revitalização do Morro da Conceição pautada na origem portuguesa. Esta valoriza a cultura brasileira de uma forma mais ampla, principalmente a cultura afro-brasileira, devido e devido à história do território, como um antigo porto de escravos e mais tarde como lugar do desenvolvimento social e cultural da "Pequena África", a prefeitura está valorizando principalmente a cultura afro-brasileira. Para a divulgação da região portuária, a prefeitura do Rio de Janeiro criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, com um roteiro que destaca os marcos históricos da memória afro-brasileira na cidade. Neste circuito estão inseridos o Cais do Valongo (Cais da Imperatriz)[32], o Centro Cultural José Bonifácio[33], o Jardim do Valongo[34], o Largo do Depósito[35], o Instituto Pretos Novos[36] e a Pedra do Sal.

---

[30]A Operação Urbana Porto Maravilha está preparando a Região Portuária, para integrar este processo de desenvolvimento. A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. O projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho (PORTO MARAVILHA, 2013).

[31] A CDURP foi instituída pela Lei complementar nº 102, enquanto gestora da operação Porto Maravilha presta contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participa da aprovação de empreendimentos imobiliários em grupo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Também é o órgão que tem a responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos em sua área para o mercado (PORTO MARAVILHA, 2013).

[32]Cais do Valongo (Cais da Imperatriz). Entre sua construção, em 1811, e a proibição do tráfico no Brasil, 20 anos depois, o local recebeu entre 500 mil e um milhão de negros escravizados, trazidos, principalmente, do Congo e de Angola. É a memória da violência contra a humanidade, representada pela escravidão. É também o reconhecimento da inestimada contribuição dos africanos na formação dos povos do continente americano. Em 4 de setembro de 1843, desembarcou no Rio de Janeiro a princesa da casa reinante de Nápoles, Thereza Cristina de Bourbon, para se casar com Dom Pedro II. Para a chegada da futura imperatriz, o imperador ordenou as obras de embelezamento e melhoramento do Cais do Valongo, que ganhou um pavilhão de luxo e passou a se chamar de Cais da Imperatriz. Para marcar a chegada de Thereza Cristina, a Câmara Municipal encarregou a Academia de Belas Artes de

Essa narrativa da prefeitura ajuda na divulgação cultural da região portuária, interfere principalmente no turismo, aumentando-o, pouco contribui para o desenvolvimento econômico dos moradores. A CEDURP e o SEBRAE oferecem cursos de capacitação de empreendedorismo para os moradores, mas aumenta o risco dos moradores não conseguirem se manter na região devido o aumento de custo de vida.

Lembramos que o Quilombo Pedra do Sal foi criado devido ao risco de desapropriação dos moradores dos imóveis da VOT com a crescente valorização do preço dos imóveis diante do plano de revitalização do Morro da Conceição. Entretanto, até o presente momento, os moradores do quilombo ainda não possuem a titulação definitiva dos imóveis, e agora enfrentam a especulação imobiliária devido as obras de reurbanização do Porto Maravilha e a, consequente, valorização do preço dos imóveis.

Damião Braga, presidente do Conselho Diretor da ARQPEDRA (Associação das Comunidades Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal), diz que no Quilombo da Pedra do Sal os moradores que não estão conseguindo pagar seus alugueis estão sendo despejados, apesar da comunidade ser reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares e certificada pelo estado e pelo município (FOLHA DA RUA LARGA, 2015). Braga coloca que o territorio do quilombo ainda não teve sua regularização fundiária (QUILOMBO, 2015), por isso os moradores ainda correm risco de serem desapropriados.

Ele expõe também que a comunidade do quilombo não é contemplada pelas ações de atendimento e recursos que são distribuídos aos agentes culturais e que

---

erguer um monumento-chafariz em cantaria na então Praça Municipal, hoje conhecida como Praça Jornal do Comércio.

[33] Centro Cultural José Bonifácio. Palacete histórico da Gamboa que foi inaugurado em 1877 por Dom Pedro II em homenagem ao patriarca da Independência como o primeiro colégio público da América do Sul. Hoje, também conhecido como Centro de Memória e Documentação Brasileira, é sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, único no gênero na América Latina.

[34]Jardim do Valongo - A construção do Jardim Suspenso do Valongo foi parte do plano de remodelação e embelezamento da cidade pelo prefeito Pereira Passos, projetado pelo arquiteto Luis Rey, inaugurado em 1906. Ali foram acolhidas quatro estátuas de mármore carrara- Marte, Ceres, Vênus e Juno- retiradas do Cais da Imperatriz. Hoje, elas estão no Palácio da Cidade.

[35]Largo do Depósito - Por volta de 1770, o Marques de Lavradio transferiu o mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo. O Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, era onde se concentravam os armazéns dos “negociantes de grosso trato” que controlavam o mercado negreiro. Em 1831, foi extinto o depósito de escravos na rua do Valongo.

[36]Instituto Pretos Novos - A transferência do mercado de escravos da Praça XV para o Valongo implicou a mudança do Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita para o Caminho da Gamboa- hoje, a Rua Pedro Ernesto, 36, onde funciona o Instituto Pretos Novos. O sítio arqueológico foi descoberto em 1996, quando moradores faziam sondagem de solo para obras. Arqueólogos da prefeitura coletaram vários tipos de vestígios e milhares de fragmentos de ossos humanos misturados.

atuam na região (QUILOMBO, 2015). A responsabilidade do desenvolvimento social e cultutural da área é da CDURP. Braga coloca que

> somos os único contingente humano e de atuação social e cultural há duas décadas na Região Portuária, antecedendo a todos que são patrocinados pelos recursos do Porto Maravilha, que para nossa comunidade ainda não chegou a esse status “Maravilha” (QUILOMBO, 2015).

Os moradores do quilombo estão requerendo da prefeitura do Rio de Janeiro a implementação de políticas públicas em seu território para o desenvolvimento ambiental, econômico e cultural. Com isso, o Quilombo, apesar do reconhecimento do governo, está sofrendo consequências das mudanças acarretadas pela reurbanização da área portuária.

Apesar do patrimônio cultural da Pedra do Sal possuir todas essas medidas de proteção em seu território, o tutelamento, a APAC, e a AEIC, tudo isso não está sendo o suficiente para garantir sua preservação, pois essas ações em nível jurídico não são acompanhadas de outras ações que garantam a prática de seus regulamentos. Da mesma forma que as ações citadas, o quilombo também não possui estrutura para manter seus moradores e garantir a preservação desse território, mas os moradores do quilombo não são os únicos do território do patrimônio cultural da Pedra do Sal, existem moradores nesse território que não fazem parte do quilombo, uma vez que sua comunidade é heterogênea e não é unificada.

Existem muitas ações instituídas voltadas para a preservação do território do patrimônio cultural Pedra do Sal, mas o que falta é a integração das ações de preservação com a comunidade.

Lembrando que as referências culturais apontadas para o tombamento da Pedra do Sal remetiam a sua imaterialidade, seu valor estava associado as suas manifestações culturais, e neste sentido, o que se tentou preservar por meio do seu tombamento foram ás práticas, as representações, as expressões, os saberes e os fazeres frutos da “Pequena África”. O tombamento foi utilizado por ser o instrumento de patrimonialização possível em 1984. Contudo, o fato da Pedra do Sal ter sido tombada como patrimônio material e não registrada como patrimônio imaterial, fez com que se perdesse o acesso as medidas das diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) voltadas a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida dos produtores e detentores de sua imaterialidade, fator que atribuiu o valor de patrimônio cultural a Pedra do Sal.

Os moradores do território do patrimônio cultural Pedra do Sal precisam estar inseridos no desenvolvimento da região para que possam se manter em seu local de moradia. Eles são os agentes que configuram o sentido ao patrimônio cultural que através de suas práticas culturais e ressignificam o simbolismo desse território. O patrimônio cultural Pedra do Sal é um dos caminhos para o desenvolvimento dessa comunidade, Varine aponta que patrimônio é “um recurso para o desenvolvimento local” (VARINE, 2013. p.19) aponta que patrimônio é “um recurso para o desenvolvimento local”.

> O patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presente no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória, e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens de serviço adaptados às demandas e às necessidades das pessoas (VARINE, 2013, p.18).

O Patrimônio Cultural Pedra do Sal pode ser um recurso para o desenvolvimento local por meio da musealização do seu território. Para melhor entendimento da função de um museu e do processo de musealização se faz necessário enteder o papel do museu diante da realidade social, econômica e política.

3.1- O MUSEU INTEGRAL

A vinculação do museu e a realidade político social foi defendida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e ICOM (Conselho Internacional de Museus)[37]. Em 1962, na 7ª Assembleia Geral do ICOM realizada em Amsterdã, Holanda, a UNESCO já demonstrava preocupação com o aspecto social dos museus e do patrimônio natural e cultural, por meio de decisões e recomendações sobre questões como a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado; a preservação e a proteção de monumentos históricos; a prevenção

[37]O ICOM (Conselho Internacional de Museus) foi criado em 1946, é a única organização internacional que representa os museus e seus profissionais à escala mundial. É uma organização internacional não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO. No seio das Nações Unidas, o ICOM tem um estatuto consultivo no Conselho Económico e Social (ICOM, 1946).
A UNESCO foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.
À UNESCO cabem as questões que devem ser discutidas em âmbito paraestatal, mas homologadas e atuadas dentro dos limites nacionais dos Estados-membros, ao ICOM e organismos similares compete elaborar as diretrizes teórico-metodológicas e as recomendações de caráter ético, em nível internacional, ligadas ao campo específico de atuação a que se refere cada órgão (SCHEINER, 2012, p.19).
A UNESCO atua verticalmente, o ICOM e similares desenvolvem uma atuação transversal, que lhes permite desenvolver as mais interessantes interfaces (SCHEINER, 2009, p. 44)

ao tráfico ilícito; a importação e venda de propriedade cultural; a proteção a paisagens e sítios naturais; e a acessibilidade aos museus (ICOM, 1962).

Na Assembléia Geral do ICOM, na 8ª Conferência Geral de Museus realizada em Munique, Alemanha em 1968, se abria caminho para o museu com uma finalidade social. Nessa conferência foi definida a responsabilidade do ICOM frente aos museus e às comunidades regionais, afirmando que cada país deveria dar mais prioridade ao desenvolvimento de museus com vocação regional, provendo-os com estrutura administrativa, equipamentos e recursos técnicos, financeiros e de pessoal adaptados ao papel que tais museus devem desempenhar e ampliando o número de programas culturais para jovens, para uma atmosfera de maior participação (ICOM, 1968).

A 9ª. Conferência Geral do ICOM realizada em Grenoble, França em 1971, reforçava-se o papel social do museu, afirmando que “os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda a humanidade” e “a principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e do conhecimento, por todos os meios disponíveis” (ICOM, 1971). Recomendou ainda que os museus aceitassem o fato de que a sociedade está em constante mudança, e que se questionasse o conceito tradicional de museu, que “perpetua os valores vinculados à preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade, não como manifestação de tudo o que é significante no desenvolvimento humano, mas meramente como posse de objetos” (ICOM, 1971). Esta conferência definiu ainda que cada museu deveria aceitar seu dever junto à sociedade, pois seu papel envolve ações especificamente desenvolvidas para servir o ambiente social especifico dentro do qual opera (ICOM, 1971).

Em 1968 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano que aconteceu em 1972, em Estocolmo, Suécia, que teve como objetivo debater sobre a degradação dos recursos naturais e genéticos do planeta, alertando sobre os riscos que o uso abusivo desses recursos traria para a sobrevivência da humanidade (UNESCO, 1972). Essa conferência provocou, em âmbito mundial, uma tomada de consciência sobre os graves problemas que assolavam os países em desenvolvimento e difundiu uma percepção comum sobre o meio ambiente. Apontou uma diretriz de ação global em prol do meio ambiente e do desenvolvimento humano, que incluiu a participação de todas as sociedades, a partir do âmbito local (o comunitário) (SCHEINER, 2012, p.20).

Também em 1972 a UNESCO realizou a Convenção do Patrimônio Mundial, para a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural, que teve por objetivo identificar e

valorizar as referências patrimoniais de interesse comum para a humanidade, a nível mundial.

Ainda em 1972, o campo da Educação definiu novas diretrizes mundiais para as relações entre ensino e aprendizagem, onde a sociedade não poderia exercer uma ação ampla e eficiente sobre todos seus componentes através de uma única instituição, desta forma a escola não seria mais a única instituição responsável pelo ensino-aprendizagem,a responsabilidade pelo desenvolvimento educacional se ampliou para todos os setores da sociedade (UNESCO, 1972).

Diante da definição dessas novas diretrizes mundiais, as instituições tiveram que se adaptar para atender às necessidades educacionais para o desenvolvimento humano. Todos os grupos, associações, uniões, comunidades locais e organizações intermediárias tiveram que assumir sua quota de responsabilidade educacional (SCHEINER, 2012, p.21). Scheiner (2012, p.21) aponta que esse processo seria o início para o que se chamou de sociedade do aprendizado ou sociedade do conhecimento, baseada

> na existência de uma tessitura comum, relacionando a educação à vida social, política e econômica, num processo de responsabilização coletiva sobre o aprendizado e a troca de experiências" (...) "uma totalidade coordenada, integrando todos os setores da sociedade, de modo universal e continuado, se realizando de forma integral e criativa, direcionada para a realização pessoal de cada indivíduo, com relação a si mesmo e no coletivo (SCHEINER, 2012, p.22).

Em 1972 a Mesa redonda de Santiago, organizada pela UNESCO e o ICOM, adaptou essa diretrizes ao âmbito da museologia, criando o conceito de Museu Integral, recomendando uma percepção integrada entre os museus e a realidade social econômica e política dos museus latino-americanos.

A Mesa redonda de Santiago contribuiu para o campo da museologia, com a criação do termo Museu Integral, que sintetizou as visões e diretrizes do campo e evidenciou sua relação com as demais áreas do conhecimento. A ideia do Museu Integral, presente na definição de Riviére de ecomuseu em 1937, "ganha forma e identidade estendendo-se a todas as modalidades de museus" (SCHEINER, 2012, p.23).

A Carta de Santiago constituiu-se em uma das matrizes da teoria museológica na medida em que sintetizou as propostas e de ações, possibilitando uma tomada de consciência sobre a importância do meio ambiente para a museologia e definindo o papel social do museu. A declaração coloca que "os museus da América Latina não

estavam o adaptados aos problemas decorrentes de seu desenvolvimento", por isso "deveriam cumprir sua missão social, que é de fazer o homem se identificar a seu meio natural e humano, considerado em todos os seus aspectos" (UNESCO, 1973).

Scheiner (2012, p.24), aponta que a Declaração de Santiago é matriz teórica, ideológica e ética para o campo da Museologia, e criou o conceito de Museu Integral, integrando o museu a realidade social econômica e política.

A Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, e sua repercussão internacional, nacional e local reforçaram essa integração do patrimônio natural e cultural nos planos de desenvolvimento sustentável (VARINE, 2013, p. 31).

É importante a esta pesquisa o conceito criado pela museologia, do Museu Integral, o museu sendo parte e fazendo parte da realidade social econômica e política do seu local. Isto possibilitou que a noção de desenvolvimento social fosse introduzida nos estatutos do ICOM[38] e criado espaços mais sólidos para novas formas de museologias, levando ao reconhecimento a amplitude do patrimônio. Varine (2013, p.30) aponta que o patrimônio é em primeiro lugar a riqueza da comunidade local, por isso se torna indispensável à autonomia cultural e o equilíbrio da comunidade que é sua detentora moralmente e historicamente.

3.2 O MUSEU E A MUSEOLOGIA

Segundo a definição do Conselho Internacional de Museus- ICOM[39] o museu foi definido na Assembleia Geral de Viena, em 2007 como

> uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.64).

Bernard Deloche em "Definition of Museum" (2011) aponta que a utilização do termo "sem fins lucrativos", se remete a uma antiga ideologia do ocidental em que a cultura é tida como sagrada e, por isso não deveria ser cobrada. Em contraponto a essa visão, podemos pensar nos museus e patrimônios de acordo com a definição de Varine (2013, p.17) como capital, como um recurso que possa auxiliar no desenvolvimento da comunidade.

---

[38] As ideias foram introduzidas nos estatutos em 1971 (VARINE, 2013, p.30).

[39] Em 1946 foi criado o Conselho Internacional de Museus – ICOM – que mantém relações formais com a UNESCO. É uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos. Foi criado no período do pós-guerra, se constitui um organismo importante para a troca de informações entre os profissionais do campo e se dedica à elaboração de políticas para os museus. Ele está organizado através de comitês temáticos e comitês de países membros (ICOM).

Pensar o museu como um recurso para o desenvolvimento humano esta de acordo com as proposta do Museu Integral, incorporando-o a realidade social, econômica e política. Além da Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, foram criados a partir desse momento importantes documentos voltados para a necessidade dos museus da América Latina como; a Declaração de Quebec de 1984 (IPHAN, 1984) e a Declaração de Caracas de 1992 (IPHAN, 1992). Esses documentos direcionaram os museus para um perfil mais social, apontando novos caminhos para o museu e suas práticas.

Varine (1995, p. 23) aponta que as ideias inovadoras contida na Carta de Santiago, foram a do museu integral, onde o museu é uma instituição a serviço da sociedade, é tido como um instrumento para a mudança social, que pode contribuir na formação de uma sociedade autorreflexiva e ativa, acarretando uma mudança da realidade social (IBRAM, 1972).

A contribuição da Declaração de Quebec de 1984, é por ter dado continuidade as ideias colocadas na Mesa- Redonda de Santiago em 1972, de um museu Integral, tratando da Nova Museologia que vinha se desenvolvendo para contribuir na ação do museu no desenvolvimento social, com o desenvolvimento da museologia comunitária.

Varine (2007, p.90) aponta os princípios da Nova Museologia da seguinte forma: 1.“o objeto está ao serviço do homem e não o inverso”; 2. “o tempo e o espaço não se fecham entre muros e paredes”; 3. “a arte não é a única expressão cultural do homem”; 4. “o profissional de museu é um ser social, um ator da mudança, um servidor da comunidade”; 5. “o visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro”; 6. “a pesquisa, a conservação, a apresentação, a animação são funções, grupos de técnicas, mas em caso algum missões do museu”; 7. “por que o museu, para nós, é ou deve ser um dos instrumentos mais perfeitos que a sociedade se deu para preparar e acompanhar sua própria transformação (VARINE *apud* GONÇALVES, 2007, p. 90).

E a contribuição da Declaração de Caracas, em 1992, foi uma avaliação da a situação dos museus da América Latina depois das propostas lançadas pela Mesa Redonda de Santiago, sobre os avanços ou não avanços, ressalta as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas.

De acordo com a Declaração de Caracas, “museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objetos como forma essencial de comunicação (DECLARAÇÃO DE CARACAS *apud* ARAUJO; BRUNO, 1995, p. 41).

Essas ideias estão presentes na definição que O Departamento de Museus, Instituto de Patrimônio Histórico Nacional e o Ministério da Cultura, fazem do museu no Brasil, que o define como:

> uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:
>
> I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;
>
> II - a presença de acervos e exposições colocada a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;
>
> III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
>
> IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
>
> V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
>
> VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (IPHAN, 2005, grifo nosso).

Essas definições do museu apresentadas, ambas do século XX, encontram um denominador comum no fato do museu encontrar-se a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Este alinhamento traz em si novas ênfases em questões que, ainda que presentes, não se encontravam claramente manifestas, como as múltiplas possibilidades de construção identitária; a inclusão social; a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações, neste caso materiais e imateriais; a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana; e ainda constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural.

Essa ampliação do conceito museu se deu devido ás reflexões desenvolvidas pelos teóricos da Museologia, que fizeram com que esta se constituísse como um campo disciplinar específico e no debate em torno do museu, que é “o termo a partir do qual todo o *constructor* do campo se desenvolve” (SCHEINER, 2000, p.1).

A articulação da museologia com o museu e o patrimônio já estava presente na Carta de Atenas (1931). A carta demonstra que o assunto patrimônio já estava sendo trabalhado pela Museologia, pois o encontro internacional contou com a "participação de profissionais de Museus" e "foi apoiado pelo Escritório Internacional dos Museus"[40] e "pela Sociedade das Nações" (LIMA, 2010, p.7). Contudo, é a partir dos anos 50 que a museologia passa a atuar como um campo de forma sistemática, o que resulta na construção de novo conceitos e definições. Na década de 70, Teóricos da Museologia desenvolvem a ideia de um museu plural, o Museu Integral com um papel social preponderante. Zbynek Stránský define o museu como um fenômeno e Anna Gregorová, Stransky e André Desvallées definem a Museologia como a "ciência que estuda a relação especifica entre o homem e a realidade", tendo como objeto de estudo a musealidade.

A partir do desenvolvimento da museologia, o museu pode ser visto de muitas formas, pois é um conceito plural e polissêmico. "Ele pode ser um laboratório, uma experiência, um instrumento das comunidades: e pode constituir-se como processo, em contínuo devir" (SCHEINER, 2007, p.5).

Meneses (2002, p.22), define o museu como espaço de questionamento e indagações, o lugar voltado especialmente para representação, que proporciona a reflexão para a geração de conhecimento, onde o espírito crítico deve ser exercido integrando o cognitivo ao afetivo.

Varine (2011, p. 3) define "o museu como o espelho onde o homem se reconhece no meio da natureza que ele formou e transformou, no seio da comunidade social". Afirma que nenhum museu é total, por isso "o homem deve procurar encontrar-se em todos, reconstituir pacientemente sua própria natureza e sua própria cultura" a partir "de objetos, de espécimes, de obra de arte de todas as origens, a fim de prosseguir com continuidade e tenacidade sua obra criadora" (2011, p. 3).

Percebemos que o museu pode ser muitas coisas, pois é polissêmico, é multidimensional, é plural. Diante dessas definições de museu, entendemos que para esta pesquisa ele pode existir em qualquer espaço e tempo, sob os mais diferentes formatos, representando expressões da realidade, representa variadas manifestações de diferentes coletividades. Está em processo contínuo e existe onde o homem estiver manifestando sua memória e criação. É essa definição de museu que é pertinente a

[40] Embrião do Conselho Internacional de Museus – ICOM (LIMA, 2010, p.7).

esta pesquisa, pois é a partir da relação do museu com a sociedade que este servirá como um instrumento para o desenvolvimento social.

No final da década de 70, Guarnieri (1979,p.78), conceituou a Museologia como a ciência do museu e de sua relação com a sociedade, como a ciência que estuda a relação entre o homem e o objeto, ou artefato, sendo o museu o espaço em que se dá essa relação. A autora (1979, p.78), coloca que com o passar do tempo a Museologia evolui da observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico "desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto", passando pela "relação Homem-Objeto e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento Museu-Homem-Sociedade" (GUARNIERI, 1979, p.78). Segundo Guarnieri (1979), o fato museológico é o objeto de estudo da museologia, ele é a relação do homem (que é definido por ela como sujeito conhecedor) com o objeto, que é parte da realidade que o homem atua e pode exercer ação. Nessa relação há vários níveis de consciência e o homem apreende o objeto por seus sentidos.

A autora coloca que "essa relação profunda entre o homem e o objeto, na qual primeiro se estabelece somente com os objetos materiais, ampliou-se às criações abstratas, na medida em que se pode relacioná-las materialmente" (GUARNIERI, [1981] 2010, p. 124). É como acontece no território do patrimônio cultural da Pedra do Sal, as manifestações culturais que atribuem valor a este espaço são imateriais mais se estabelecem com objetos materiais, como os instrumentos musicais e as roupas que representam o simbolismo de determinadas manifestações culturais como as roupas da baianas que fazem a lavagem da pedra e dos filhos de Gandhi.

Pois dentro do museu que é um espaço político, social e cultural compreende "templo, laboratório, casa de objetos, centro de convívio, até o ecomuseu" onde o objetivo principal está na "relação homem-realidade ou homem-objeto, dentro de parâmetros de fidelidade, documentalidade e testemunhalidade" (GUARNIERI, [1983/1985] 2010, p.150).

Essa relação apontada por Guarnieri, encontramos no patrimônio cultural da Pedra do Sal em relação ao território em que se encontra no bairro da Saúde, a representação histórico, social e cultural da pedra demostra sua fidelidade como documento e testemunho. Como documento atesta, ensina e serve como prova e como testemunho narra a realidade, testificando para alguém, conduzindo a verdade. Desta forma o Patrimônio cultural da Pedra do Sal pode ser visto como fato social e museal total, por possuir o papel de documento e testemunho da história da escravidão

negra no Rio de janeiro e do momento pós abolição de ressimbolização cultural da “Pequena África”.

Pensar o patrimônio cultural da Pedra do Sal como fato social e museal total é importante considerar segundo Guarnieri ([1981] 2010, p. 124), a relação em si, o homem que a conhece, o objeto a ser conhecido e o museu.

A relação em si é a percepção, que passar pela emoção e pela razão. É o envolvimento que se da pela imagem, pela ideia. A memória seria o meio para a sistematização das ideias e das imagens.

O Homem que conhece essa relação encontra-se em sua totalidade, que se refere a sua dimensão psicológica, sociológica, politica, histórica. Esse homem é um ser inacabado, dotado de sensibilidade, razão, memória e imaginação que o permite agir e criar.

A compreensão do objeto é possível na articulação de diferentes disciplinas científicas, para que seja classificado dentro de um sistema, para que seja conservado. Pois é um documento e um testemunho de uma realidade que pode ser percebida e transformada.

O museu (sob qualquer forma) é o local da relação do homem com o objeto “depende não somente da comunicação das evidencias do objeto, mas também o recinto do museu como *agente de troca* museológica” esse processo comporta vários níveis: a consciência, a internalização, a concentração, a alimentação do repertório da memória, ponto de partida do senso crítico que elabora as comparações. Essa relação profunda entre homem e objeto, amplia-se para às criações abstratas, na relação da materialidade com imaterialidade.

Esse processo entre homem-objeto e homem-realidade, é um processo contínuo, “toma a forma possível em cada sociedade de acordo com seus valores e suas representações” (SCHEINER, 2005, p.95). Segundo Mario chagas (2007, p.220) a “*imaginação museal”*, seria a inventatividade e liberdade do museu assumir qualquer representação da memória corporificada, como espaços, situações e experiências, que constituem a relação do homem com a realidade, tudo poderia ter uma intepretação museológica.

Nesse sentido o território do patrimônio cultural da Pedra do Sal pode se tornar um museu, pois representa a memória corporificada no espaço, nas experiências que traduzem a relação do homem com a realidade.

Para se adequar as necessidades sociais, o museu se reinventou na sua teoria e em sua prática, passou a tratar da relação do humano com o território como base para tratar da questão social (SCHEINER;BRULON,2009, p.6). Dessa forma que é pensado o território do Patrimônio Cultural como um museu, para tratar das questões sociais da comunidade, um museu integral.

Por isso é importante para essa pesquisa o conceito de ecomuseu, que é um museu que tem como função preservar o território dentro dos padrões de equilíbrio e de sustentação da região, respeitando a forma de ocupação e a relação das pessoas com esse território, que são por sua vez o elemento central do museu, cabendo a este promover sua vitalidade e a capacidade de auto-sustentação.

3.3 ECOMUSEU

O conceito ecomuseu foi criado por Varine, que foi o primeiro secretário geral do lCOM (*International Council of Museums* – Conselho Internacional de Museus). O surgimento do ecomuseu está ligado às mudanças mundiais, que interferiram na museologia acarretando na mudança do papel do museu diante da sociedade.

O ecomuseu surgiu na França na década de 70, como resultado das transformações que a sociedade francesa passou nos anos 60. O governo francês realizou uma política de ordenamento do território, para resolver o problema do êxodo rural, do baixo nível de vida e da grande concentração nas proximidades das indústrias, com a finalidade de impulsionar o turismo e aumentar a receita. Esta política de ordenamento beneficiou principalmente as zonas rurais situadas em áreas protegidas devido a criação dos parques naturais regionais em 1967 (TEIXEIRA, 2005, p.250). Facilitou também a criação de museus nesses espaços, por já contarem com a valorização desses territórios devido aos parques naturais. Scheiner e Brulon (2009, p.5) colocam que “o termo ‘ecomuseu’ nasce da reflexão acerca dos parques naturais, que tentavam unir, numa só corrente de pensamento, a museologia às questões ambientais”.

Os debates sobre o termo ecomuseu foram publicados nos ISS-ICOFOM STUDY SERIES n. 2, que aconteceu em Londres em 1983, e o tema do simpósio foi Museu, território, sociedade - novas tendências/ novas práticas. Na discussão apresentada pelos teóricos de diversas áreas, percebe-se que o termo “ecomuseu” estava se disseminando, sem que este apresentasse algo realmente inovador para o tipo de museografia que já vinha sendo realizada. Contudo, como colocam Brulon e Scheiner (2009, p.7) o surgimento do termo ecomuseu, abriu espaço para a ideologização de um conjunto de práticas que já vinham acontecendo no decorrer do século XX, devido a ampliação da prática museológica que deu origem a Nova Museologia. Eles, porém, ressaltam que foi na a Mesa Redonda de Santiago do Chile, onde foi pensado em um primeiro momento em um museu que se ocupasse de forma total com o ser humano, no modelo de um museu integral.

O primeiro ecomuseu foi o da comunidade urbana do Creusot Montceau-les-Mines criado por Marcel Evrard, juntamente com Mathilde Bellaigue em 1971. É um museu concebido pela população, onde começou o desenvolvimento da museologia comunitária, na qual “a comunidade constituía um museu vivo onde não existem visitantes, mas sim habitantes” (BRULON, SCHEINER, 2009, p.5). O foco deste ecomuseu não estava na exposição, mas no indivíduo. Bellaigue (1984, p.35) coloca que os trabalhadores e artesãos, que fazem parte da comunidade do Creusot, são autores e espectadores de sua obra, e os objetos produzidos por eles não são objetos do ecomuseu, eles sim o são.

Rivière (1989, p. 34) afirma que o conceito não pode ser definido de forma consolidada, pois é evolutivo, é uma instituição dinâmica porque acompanha a evolução da sociedade e, por isso, não há como prever o que vai se tornar. Assim, não há um modelo de ecomuseu, eles diferenciam-se porque consideram os aspectos de seus territórios. Riviére (1989, p. 36) diz que o ecomuseu pretende ser

> um espelho onde a população se contempla, para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com a das populações que a precederam, da descontinuidade ou continuidade das gerações. Um espelho que a população mostra aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade.

A ideia do ecomuseu surge a partir do conceito de Museu Integral criado pela museologia. O ecomuseu combina o tempo, o espaço e o contexto social. Seu território é um espaço aberto, povoado, que representa a identidade de sua população e deve

contribuir para o ordenamento do território com a função de criar estratégias para o seu desenvolvimento e buscar a preservação o patrimônio cultural em sua totalidade.

Assim como coloca Bellaigue (1984,p.35) ao falar da comunidade do Creusot, Riviére (1989, p.36.) também deixa claro que o ecomuseu é apenas o meio de afirmar a história de um território definido onde a comunidade ou comunidades que delem fazem parte são os protagonistas. Seu acervo é a comunidade, é direcionada para que esta se reconheça, se valorize no reconhecimento de sua identidade, perpetuando assim seu patrimônio.

O Ecomuseu tem uma estrutura territorial descentralizada, sua função é

> “investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população”, com objetivo de “contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável” (SEIXAL, 2015).

Um ecomuseu é um museu local, sua possível gestão local permite-o ter a imagem da identidade cultural e social local, o tornando semelhante a comunidade e facilitando seu diálogo com esta, para que cumpra sua função de salvaguardar, valorizar e promover os recursos locais, atribuindo ao território um novo uso da totalidade de seu patrimônio. Ele revela o dinamismo da vida humana ligada ao território, e tem como um dos principais objetivos o desenvolvimento local. Deve resultar do valor que o território tem para a comunidade, da consciência que esta tem da sua história nesse território e da preocupação que a comunidade tem em preserva esse território.

Varine coloca que apesar de ter criado o termo ecomuseu, prefere usar os termos de museu comunitário, museu de território, museu de sítio e centro de interpretação (VARINE, 2013, p.182). Seguindo a preferência do criador dos termos, interessa a essa pesquisa os conceitos de museu comunitário e de museu do território definidos pelo autor.

O museu de território é um instrumento do desenvolvimento por retratar a expressão do território, e por ter como objetivo a sua valorização. O tamanho do território pode variar, pois sua delimitação dependerá de critérios naturais, econômicos, históricos e sociológicos. É um museu que se organiza para servir e dar cobertura ao conjunto do território de sua região, para refletir sua diversidade, é um olhar sobre o interior do território e uma janela aberta sobre o exterior, inicialmente, sobre os

territórios vizinhos, e em seguida para tudo que se encontra fora e pode enriquecer o território e contribuir para o seu desenvolvimento (VARINE, 2013, p.186).

Varine (2013, p. 186,187) explica que, o museu do território normalmente não é criado pela população, mas este não pode desempenhar seu papel no desenvolvimento se não levar em conta a comunidade ou comunidades presentes, o museu deve integrá-las em todas as etapas do processo, pois é composto por elementos vivos e por isso está constantemente sendo modificado pelas pessoas que moram em seu território, pelas pessoas que o visitam e pelas pessoas que nele investem e administram.

Uma das dificuldades do museu de território, que pode comprometer papel do museu como agente do desenvolvimento, reside no fato deste ser dirigido por especialistas de linguagem especializada e por administradores públicos com abordagem político administrativa. Este tipo de gestão torna difícil a apropriação da comunidade ou comunidades dessa instituição como algo que lhes pertence, que necessite deles mais do que outros agentes do processo de musealização como os pesquisadores e turistas (VARINE, 2013, p.187).

Se a gestação de um museu de território compreender as comunidades de seu território como agentes do desenvolvimento, eles se perceberão no processo e isso os levará a pensar em medidas para mudar o que não está bem e para utilizar melhor o que está indo bem. Essa é uma das funções mais importantes do museu de território para a iniciativa do desenvolvimento local, onde o patrimônio torna-se um deflagrador da reflexão do presente e futuro e do pensar coletivo, devido ao laço que o patrimônio constitui. Em todas as etapas do processo de criação do museu e de seu desenvolvimento, essa abordagem participativa deve ser adotada (VARINE, 2013, p.187).

Varine (2013, p.188) aponta que a museologia do território é uma museologia do desenvolvimento, pensada estrategicamente e não somente nos momentos de crise econômica ou social. Uma dessas aplicações estratégicas do museu do território é o centro de interpretação[41] voltado para a valorização e apresentação de um patrimônio de proximidade. No nosso caso, por exemplo, do território do patrimônio cultural da Pedra do Sal voltado para o patrimônio histórico, material e imaterial, que caracteriza o estilo de vida de diferentes comunidades. Essa aplicação utiliza como método todos os meios modernos de explicação, ilustração e demonstração, para preparar o visitante, o

[41] O centro de interpretação foi criado na América do Norte, nos parques naturais (VARINE, 2013, p.187).

aluno, o pesquisador para a atividade no território percorrido, que se torna uma descoberta pessoal. O centro trabalharia a interpretação deste território, proporcionando para quem visita uma observação mais qualificada e um olhar mais apurado do patrimônio.

Um outro caminho possível para a musealização do território seria a criação de um museu comunitário. O museu comunitário "é a expressão de uma comunidade humana, a qual se caracteriza pelo compartilhamento de um território, de uma cultura viva, de modos de vida e de atividades comuns" (VARINE, 2013, p.189). Essa comunidade pode ser constituída por outras comunidades, endógena e exógena, e deve ser aberta para que o museu possa atuar como agente do desenvolvimento local. O museu é de propriedade da comunidade, ela o cria e o faz viver, é um instrumento dinâmico de desenvolvimento, e o seu material principal é o patrimônio em sua amplitude e, depois as ideias, projetos e as produções incorporadas ao patrimônio serão meios de expressão do museu (VARINE, 2013, p.189).

O museu comunitário[42] não parte da instituição como o museu de território, não pode depender de uma autoridade por mais democrática que seja. Ele surge de um grupo humano que pode ou não ter território próprio ou ser um território virtual. É pouco objetivo, descreve o território e faz viver visualmente suas evoluções, e muito subjetivo, exprime críticas ou proposições e faz escolhas a partir do perfil da comunidade. O museu comunitário é uma mentalidade, uma forma de resolver os problemas locais através da cultura, faz o patrimônio servir coletivamente aos cidadãos.

É um ato de independência da comunidade, de autoconsciência, de auto avaliação para análise de suas oportunidades, de seus problemas e de suas escolhas. Por isso o museu comunitário evolui por etapas sucessivas, de acordo com as crises que obriga a população a se mobilizar. Possui uma estrutura precária e não tem programas ambiciosos (VARINE, 2013, p.192).

Na visão de Varine (2013, p.192), o museu comunitário "não contém o patrimônio, ele é o patrimônio", "é um fórum de debates e contestação". Este tipo de museu, que se elabora numa "museologia da libertação", nasce baseado na liberação da confiança em si, da capacidade de iniciativa, da criatividade e da libertação das dependências culturais. E também da libertação do patrimônio, pois não lhe dá um único sentido, mais tenta exprimir deste todas as suas significações.

[42]O museu comunitário foi criado no México (VARINE, 2013, p.189).

O patrimônio do museu comunitário não é a coleção e, quando existem, não possuem um papel central. Todo elemento patrimonial em um museu comunitário tem seu proprietário legitimo, que pode o não estar de acordo com o uso do seu bem pela comunidade. É importante um processo pedagógico no interior da comunidade que trate constantemente da importância do seu patrimônio para identidade da comunidade e para seu desenvolvimento, mostrando a relevância do compartilhamento da propriedade e dos limites. Esse processo pedagógico faz parte do processo museológico do museu comunitário. O processo do museu comunitário é a construção da própria comunidade como um corpo vivo, que não é unificado e heterogêneo. Por isso, o museu deve fazer coexistir as diferenças existentes em seu interior fazendo-as cooperarem. Nessa mediação o museu comunitário tem a chance de ser mais eficaz por sua linguagem ser a linguagem local e por seu processo de realização. O sucesso dessa mediação será medida no desenvolvimento da comunidade e na satisfação de seus membros (VARINE, 2013, p.192-194).

Segundo Varine (2013, p.195), o museu comunitário se justifica pela como instrumento para o autoconhecimento, para mediar às relações de seus diferentes membros, para a mobilização da comunidade como agentes de um projeto para o seu desenvolvimento, para revelar à comunidade sua identidade por meio do seu patrimônio fazendo-a ser reconhecida exteriormente. Quando o museu comunitário vai atingindo seus objetivos o museu vai perdendo sua utilidade para a comunidade, o que faz ter que escolher entre seu fim ou sua transformação. O autor (2013, p.195) aponta três opções para essa transformação:

> -Mudar o museu em outra forma de ação comunitária, cuja a necessidade terá sido revelada no decorrer do processo e cujo o método terá sido elaborado ao mesmo tempo. Por exemplo a exploração sistemática e endógena de uma parte do patrimônio no interesse comum, ou a pesquisa de uma abertura cultural para o exterior para um enriquecimento da atividade local.
> -Institucionalizar o museu, para fazer dele uma estrutura clássica, cujas as coleções serão representativas do patrimônio local e contribuirão da mesma forma, classicamente, para a educação das jovens gerações e para a atração turística do território.
> -Transformar o museu comunitário em museu de território, como um instrumento do desenvolvimento local, nas mãos dos agentes e dos promotores deste desenvolvimento.

O museu de território ou o museu comunitário seriam opções para o desenvolvimento do território do patrimônio cultural da Pedra do Sal, diante da

dificuldade que alguns moradores vêm enfrentando para continuar vivendo nesse território diante do aumento de custo de vida.

Vimos que para a preservação da Pedra do Sal é necessária a permanência dos moradores, uma vez que são eles que lhe atribuem valor ao local. No capítulo 2 seção 2.3 ficou claro mediante a fala dos moradores e frequentadores da Pedra do Sal que as medidas tomadas para a preservação do território não estão sendo suficientes. Uma possível conclusão seria que no território da Pedra do Sal a criação de um museu do território seria o mais apropriado, pelo fato de sua musealização representar a complexidade de um conjunto de comunidades que coexistem em um território (VARINE, 2013, p.182), mas também pela atuação patrimonial já existente de alguns órgãos e por ser este território objeto de crescentes disputas de empreendimentos e planos de reurbanização. O museu do território seria fundamental para contribuir na articulação e mediação com órgãos públicos e privados, assegurar a preservação da cultura local inserindo a população local no dinamismo do desenvolvimento de seu território.

3.4- PEDRA DO SAL - PATRIMÔNIO/ MUSEU DO TERRITÓRIO

O território da Pedra do Sal está inserido na região portuária que esta passando pela operação urbana realizada pelo consórcio Porto Maravilha, o que esta acarretando mudanças radicais no local, e uma forte valorização imobiliária.

Como foi relatado pelos moradores na entrevista, que consta no capítulo 2, o custo de vida aumentou e alguns moradores estão tendo dificuldade de permanecer nesse território. Embora exista um trabalho da CEDURP juntamente com a SEBRAE para a capacitação dos moradores como micro empresários, não esta sendo o suficiente para garantir a permanência dos moradores. De acordo com os representantes do quilombo, seus moradores não são contemplados com as ações de atendimento e recursos que são distribuídos aos agentes culturais que atuam na região portuária (QUILOMBO, 2015), embora o consórcio afirme que essas mudanças visam à melhoria da qualidade de vida dos moradores atuais e futuros assim como a sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área (PORTO MARAVILHA, 2013). Percebemos que nem todos os moradores se encontram inseridos no desenvolvimento deste território.

Diante disso, a criação de um museu do território no território da Pedra do Sal pode ser a forma de inserir a população no desenvolvimento local através do seu

patrimônio cultural. Varine (2013. p.18) coloca que o patrimônio cultural pode ser um dos caminhos para o desenvolvimento da comunidade, é um recurso para o desenvolvimento local, por estar inserido no território. O patrimônio fornece força para o desenvolvimento por simbolizar a memória e os modos de vida dos habitantes, mas deve ser adaptado às necessidades dos moradores O patrimônio possui valor para os moradores do seu território e que deve ser também objeto de valorização no desenvolvimento da região portuária do Rio de Janeiro.

Vimos que o papel do museu de território é contribuir para o desenvolvimento sustentável do local e da população. Varine[43] (2013, p.18) aponta que o desenvolvimento local em sua dimensão econômica é determinado por atores locais, “um desenvolvimento urbano que ignore os patrimônios materiais ou imateriais dos habitantes não tem muito futuro”, pois “os verdadeiros atores são os criadores do patrimônio muito antes de serem usuários ou exploradores de um patrimônio mais ou menos sacralizado”.

Neste sentido, caberia ao museu de território exercer a coordenação política do patrimônio cultural do território, articulando e conciliando o patrimônio cultural com os interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de apoio a cultura e a educação. Tendo desta forma um papel importante para o desenvolvimento do território e dos moradores. Pois, o desenvolvimento urbano que ignore o patrimônio não é um desenvolvimento pleno, porque “a natureza e a cultura são vivas, enquanto pertence a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população” (VARINE, 2013. p.19), pois a gestão do patrimônio deve se dar próxima dos criadores e detentores desse patrimônio, para que este não seja separado da vida (VARINE, 2013. p.19).

O envolvimento da comunidade entorno desse projeto é o fator fundamental, pois como vimos na seção 3.2, Riviére coloca que o ecomuseu, aqui usando o termo de Varine, o museu do território, pretende ser um espelho onde a população se reconheça, por isso ele tem que se identificar com a comunidade e com o território. Para mediar a participação e mobilização da comunidade que é uma condição

[43]Varine foi diretor do ICOM por doze anos. Em 1970-1971 criou uma organização não governamental de vocação internacional, para promover novas formas de desenvolvimento onde trabalhou com Paulo Freire, que influenciou suas ideias de trabalho comunitário. Estas ideias se manifestaram na sua participação na Mesa redonda de Santiago em 1972, quando se propôs o Museu Integral a serviço do homem e do seu desenvolvimento e agora se manifestam em sua prática como consultor de desenvolvimento local (VARINE, 2013, pp.11-13).

fundamental para preservação do patrimônio que fazem parte e para seu desenvolvimento. Pois, o museu local pertence a comunidade que vive em seu território e sua responsabilidade deve ter a participação da comunidade, baseada no principio de subsidiariedade.

O patrimônio cultural da Pedra do Sal seria “um quadro, uma moldura para o desenvolvimento” (VARINE, 2013. p.19), esse quadro abrange a paisagem, à vida da população e suas atividades sociais, econômicas, sua linguagem, suas crenças, seu cotidiano, sua relação com os territórios vizinhos e com as entidades.

O fato de o território ser um produto de uma história humana e natural, e as condições para o desenvolvimento deveriam partir dessa história, por isso o território que for definido sem respeitar seu patrimônio não possuirá um desenvolvimento local equilibrado e sustentável.

Todo planejamento para um desenvolvimento de um território deve levar em conta o patrimônio em sua totalidade, a possibilidade do seu uso e dos efeitos que seus componentes podem exercer no processo do desenvolvimento e, sobretudo as comunidades. Visto que, os diferentes elementos do patrimônio são interdependentes, toda ação sobre uma deles provoca efeitos sobre os outros. (VARINE, 2013. p.19).

O desenvolvimento de um território “não é sustentável, e, portanto real, se não se faz em harmonia com o patrimônio e se não contribui para a vida e para o crescimento deste último” (VARINE, 2013, p.21). Ele não se dá sem “a participação efetiva, ativa, e consciente, da comunidade que detém esse patrimônio” (VARINE, 2013, p.20).

O desenvolvimento sustentável citado por Varine é o desenvolvimento capaz de continuar além de seus promotores iniciais ou das circunstâncias de seu lançamento, se remete ao caráter sustentável de uma estratégia, de um programa de uma ação de desenvolvimento, está baseado em inicialmente na capacidade das populações envolvidas de se identificarem com o projeto, de se mobilizarem por ele, de participarem voluntariamente e coletivamente dele e nele investirem. Para isso é necessário que patrimônio, que é o capital inicial, esteja presente em todo o processo, para que haja seu reconhecimento, para que ele seja levado em conta, para ele ser respeitado, protegido, associado e utilizado (VARINE, 2013, p.38).

O importante é que o patrimônio seja reconhecido pela comunidade como seu, caso contrário ele não poderá desempenhar esse papel. Todo desenvolvimento local é fator de mudança e “tende a uma atitude libertadora, fonte de autonomia e de cooperação” (VARINE, 2012, p.232).

O patrimônio cultural Pedra do Sal não tem valor em si, um valor econômico, mais ele é um valor em si mesmo e para seus detentores, em todos os seus elementos, é uma parte do valor agregado da história, esta ligada ao tempo por sua evolução e seus ritmos, não se pode fazer um desenvolvimento sem considerar os ritmos endógenos da vida local, que são resultado do patrimônio e integram a vida da comunidade. Pois o desenvolvimento local é um processo espontâneo que se processa com a mudança da cultural, social e econômica, presente no patrimônio vivido, “nutrindo esse patrimônio e produzindo patrimônio” (VARINE, 2013, p.20).

A Pedra do Sal é um patrimônio, natural, cultural, sacralizado e vivo, é um recurso local, que só tem sentido em sua integração nas dinâmicas do desenvolvimento, pois foi herdada, transformada, produzida e transmitida de geração em geração.

Um museu local que traduza a identidade do território pode ser uma ferramenta particularmente bem adaptada para expressar a diversidade cultural, que é latente em todas as culturas (DESVALLÉS, 1986, p. 75), atuando como um instrumento útil e eficaz de informação, educação e de mobilização é um meio dinâmico de administrar o patrimônio de uma comunidade e de seu território. A comunidade pode se desenvolver comercialmente em torno do patrimônio como por exemplo com a criação de hotéis, hostels, restaurantes com comidas afro-brasileira, lojas de artigos afro-brasileiros, o patrimônio da Pedra do Sal pode ser a narrativa para o desenvolvimento do comércio local.

A matéria principal do museu de território da Pedra do Sal, seria o “patrimônio global”[44] da comunidade e de seu território; seu quadro espacial seria o território; sua criação seria um longo, continuo e multiforme processo que acompanharia o mesmo ritmo do desenvolvimento local; a participação dos membros da comunidade seria permanente, instrumental e operacional, pois a comunidade local iria participar de seu desenvolvimento; seria um meio de educação, de transmissão cultural, abrindo as comunidades para outras culturas e teriam a pesquisa e a conservação como um meio de ação, mais não um fim em si mesmo (VARINE, 2013, p.183). Varine coloca que, um museu que funcione dessa maneira não possui um modelo, não possui uma regra, pois são todos diferentes devido a natureza do patrimônio, da comunidade e das diferentes histórias de seu processo.

[44]Patrimônio global, se refere a totalidade do patrimônio, o patrimônio em todos os aspectos materiais e imaterias” (VARINE,2012, p. 229).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território da Pedra do Sal na proposta de musealização que apresentamos na dissertação, unindo categorias do patrimônio material e imaterial, preservados por instrumentos legais ou não, porém adequados a serem tratados pela Museologia, é um trabalho no mínimo tentador, que motivou esta pesquisa.

O motivo é que a Pedra do Sal na esfera dos valores identitários representa o núcleo da cultura afro-brasileira no Rio de Janeiro.

O território do patrimônio cultural da Pedra do Sal é um espaço adequado para o trabalho da museografia para pesquisa, interpretação, informação e comunicação na perspectiva do Museu do Território, pela dinâmica cultural deste espaço.

A Pesquisa foi desenvolvida no intuito entendermos qual era o valor e a representação cultural que o patrimônio cultural da Pedra do Sal possui na atualidade para a comunidade, se ainda rememorava a identidade cultural da “Pequena África” e se ainda possuía ressonância e aderência. Afim, de verificarmos o seu potencial de musealização, com a intenção de ter na musealização um recurso para a inserção dos moradores no desenvolvimento local.

Para isso analisamos o documento do processo de tombamento da Pedra do Sal e constatamos que foi inovador por ser o tombamento de um bem natural, por se tratar do tombamento de um bem representativo da memória afro-brasileira e também por se tratar da tentativa de preservação dos aspectos imateriais referente à “Pequena Àfrica” através do tombamento, uma vez que o instrumento legal adequado para esta preservação foi criado no ano 2000, com o Decreto 3.551, o registro.

Apesar da Pedra do Sal ter se tornado patrimônio cultural na categoria de monumento por ser uma escada esculpida por mãos escravas, na época da

escravidão, verificamos que o recorte histórico escolhido de seus referenciais culturais foi do pós escravidão.

Verificamos que a Pedra do Sal, foi tombada por possuir ressonância e aderência, por ser o território onde os negros após a abolição, excluídos socialmente se sentiram acolhidos, onde recriaram suas tradições desenvolverem expressões culturais próprias em relação ao restante da cidade do Rio de Janeiro. Essas expressões culturais se traduziram em suas relações sociais e em suas instancias afetivas, como os ranchos, as rodas de samba, as danças, as festas, as comidas e os rituais de candomblé.

Além de possuir valor para a comunidade descendente da “Pequena África” a Pedra do Sal adquiriu valor por parte de agencias do governo ao ser tombada como patrimônio material; quando seu território foi tutelado; quando o bairro da Saúde,onde a pedra se localiza, virou como Área de Proteção do Ambiente Cultural; quando parte de seu território foi reconhecido como Quilombo da Pedra do Sal e quando seu território foi reconhecido como Área Especial de Interesse cultural.

Agora em 2015 a Pedra do Sal é frequentada por um grande número de pessoas, percebemos através das entrevistas que foi principalmente através do samba que alcançou essa projeção e visibilidade. Depois por ser um local de referencia histórica para a cidade; um local que esta sendo reurbanizado com construções novas como o Museu de Arte do Rio, Museu da manhã, o Cais da Impreratriz, o Jardim suspenso do Valongo e a nova Praça Mauá que vem atraindo muitos turistas e também devido sua proximidade com o porto do Rio de Janeiro.

Os turistas, moradores e frequentadores assíduos são atraídos pelas manifestações culturais que acontecem no território da Pedra do Sal, as rodas de samba, o Baile Black do Bom, os rituais do candomblé com a presença dos Filhos de Gandhi e o Jazz. Essas manifestações derivam da cultura negra, o que demostra que a “Pequena África” esta em constante mudança por se encontrar na dinâmica social. Pois a identidade é criada e recriada constantemente por ser um processo inacabado, que proporciona a percepção e a consciência do ser humano. A identidade da “Pequena África” foi recriada, através consciência trazendo novas formas de percepção dessa identidade e novas dimensões.

A identidade da “Pequena África” foi traduzida pelos entrevistados como um símbolo da matriz negra de uma forma mais ampla, reconhecem que a identidade negra também faz parte da identidade do país e por isso se identificaram com a

“Pequena África” a tendo como símbolo de nacionalidade por reconhecerem que a diversidade é uma característica do país.

Mesmo com a ressignificação de seu simbolismo, concluímos através das entrevistas e a observação no trabalho de campo que a Pedra do Sal continua tendo grande poder de ressonância, evidenciado no número de pessoas que frequentam seu território durante as manifestações culturais e também continua tendo aderência que se dá de forma diferenciada entre os entrevistados que são moradores e os que não são. Para o frequentador e moradores novos evoca a identificação pelo simbolismo histórico e cultural e o para o morador mais antigo, evoca memórias de familiaridade e valores afetivos perpetuados pela tradição cultural.

Constatamos que esse patrimônio cultural corre risco de não existir mais, pois as medidas tomadas para sua preservação não estão sendo suficientes para garantir a permanência dos moradores que são os agentes que configuram valores culturais ao território. Por ter sido tombada como patrimônio material e não registrada como patrimônio imaterial fez com que perdesse o direito as medidas das diretrizes do PNPI para promoção da inclusão social e para a melhoria das condições de vida dos produtores e detentores da imaterialidade do simbolismo cultural pelo qual a pedra foi preservada.

Diante das mudanças radicais que vem ocorrendo no território da Pedra do Sal devido ás obras que estão transformando a área portuária, onde esta inserido o patrimônio em questão, os moradores do seu território precisam estar inseridos no desenvolvimento da região para que possam ter condições financeiras de se manterem em seu local de moradia. A musealização do seu território é uma medida importante para o desenvolvimento local, pode contribuir para a inserção dos moradores. Atestamos seu potencial de musealização, possui ressonância, aderência e uma identidade cultural forte.

Um Patrimônio/Museu servindo como agente social, que reconhece globalidade do patrimônio, que contribua para a autonomia e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Um museu do território da Pedra do Sal com a função de preservar o território dentro de padrões de equilíbrio e de sustentação da região, respeitando a forma de ocupação e a relação das pessoas com esse território, promovendo sua vitalidade e sua a capacidade de autossustentação.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultura: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____.; _____. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. p. 99-138.

ALENCAR, Edigar de. **Nosso Sinhô do Samba.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ALMEIDA, Álea Santos de. **A patrimonialização do imaterial**: Um estudo de caso do samba carioca. Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS. Mestrado em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro. 2013.

ANDRADE, Mário de. **Andrade (1936-1945)**. Brasília: Sphan/PróMemória, 1981. Série Publicações da Sphan, número 33.

_____. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC; FNPM, 1981.

ARAUJO, Marcello Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs). *A memória do pensamento museológico contemporâneo*. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus. [1992] 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o Conceito de Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. ICOFOM LAM. : museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Artigo 216. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Decreto Lei número 25.** 30/11/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 13 ago. 2014.

_____. **Decreto número 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRULON, Bruno; SCHEINER, Teresa. A Ascensão dos Museus Comunitários e os Patrimônios 'comuns': Um Ensaio sobre a Casa. In: **X Encontro Enancib.**2009.

BELLAIGUE, Matilde. Memória-espaço-tempo-poder são, no conjunto, o fundamento essencial, único, ... In: ASTUDILLO, Lucía; DECAROLIS, Nelly; SCHEINER, Tereza (Orgs.).**Museologia e Patrimônio**, v.2, n.2 - jul/dez de 2009, pp. 87-90. Disponível em:<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/78/98>.

_____. O Desafio Museológico. In: SCHEINER, Tereza; DECAROLIS, Nelly (Orgs.).**Boletim ICOFOM LAM.** Ano 2/3, no. 6/7, 1993, p.2-3.

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro.** São Paulo: Lazuli Ed./ Companhia Editorial Nacional, 2011.

CAMPOFIORITO, Ítalo. O Tombamento é um Santo Remédio. **Revista do Brasil**, nº1. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Ciência e Cultura, Rio arte, 1984. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2004&cat=Reda%E7>.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória.** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940), Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. **Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil.** 2012. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3304>. Acesso em: 02 ago. 2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia.**ICOM. 2014.

_____. Identity. A few problems raised by the identity definition and the way the museum deals with the theorethical and practical questions raised by it. In: SOFKA, Vinos (Coord.). Symposium Museology and Identity. **Basic papers**: mémoires de base. Stockholm: International Committee for Museology:Museum of National Antiquities, 1986. (ICOFOM STUDY SERIES, 10). p. 73-77.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.115, pp. 139-154. ISSN 1980-5314.

EMORY, Universidade de. **Pesquisa sobre o tráfico africano no mundo.** Disponível em: <http://slavevoyages.org/tast/index.faces>. Acesso em: 02 abr. 2015.

FELIPE, Maria da Graça da Silveira. Ecomuseu de Seixal. Construindo um modelo museológico. **Cadernos de Sociomuseologia**, Nº 8, 1996,p.63.

FOLHA DA RUA LARGA. **Cultura e cidadania.** Quilombo da Pedra do Sal demanda políticas públicas. 53ª edição. Setembro-outubro, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Identificação e Documentação. IPHAN. MinC . Brasília, 2000. Páginas 11-21.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. Patrimônio Imaterial. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. 2001. **Dicionário do patrimônio cultural.**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, p. 1-26, 1993. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Obra de drenagem revela porto de tráfico de africanos escravizados no Rio de Janeiro.**Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=10702>. Acesso em: 03 maio2015.

GIACOMINI, Sônia. 1988. **Mulher e escrava.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro. **A alma das coisas.** Patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: MAUAD; Coedição Faperj-Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

_____. **Memória e Patrimônio.** Ensaios contemporâneos. O Patrimônio como categoria de pensamento. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

_____. **Rediscoveries of Brazil: Nationalism and Historic Preservation as Narratives.** Tese de doutoramento. Universidade de Virgínia, Departamento de Antropologia, jan.1990 (mimeo).

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Textos e contextos de uma trajetória profissional.** Vol. 1. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

GREENBLATT,Stephen. O novo historicismo: Ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos.** Vol. 4, n.8, 1991. Biblioteca digital Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2323>. Acesso em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS [IBRAM]. **Declaração de Santiago do Chile de 1972.** ICOFOM/ICOM/UNESCO. Museum - **Territory - Society New Tendencies/New Practices**. In: **ISS**: ICOFOM STUDY SERIES, n. 2, 1983, London.

ICOM. **Conselho Internacional de Museus.**Assembléia Constituinte do ICOM. Musée du Louvre, Paris, França, 16 a 20 de novembro de.1946. Disponível em: <https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icoms-general-assemblies-1946-to-date/paris-1946/&prev=search>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. ICOM, **Código de Ética para Museus**, 2004. Disponível em: <http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf>.Acesso em: 11 out. 2015.

ICOFOM/ICOM/UNESCO. **Museum - Territory - Society New Tendencies/New Practices**. In: **ISS**: ICOFOM STUDY SERIES, n. 2, 1983, London.

INEPAC. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. **Documento do Processo de tombamento da Pedra do Sal.** Número 53/E-18/300048/1984.

_____. **A Secretaria de Estado de Cultura e o Inepac convidam Pedra do Sal**: 30 anos do tombamento. Secretaria de Estado de Cultura. 2014. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/publicacao/leiamais/71/index/4>. Acesso em: 10 maio 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: IPHAN, 2000.

___. Registro. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. O tombamento. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Definição de Museus.** 2005. Disponível em:<http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_apresentacao.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____.**Manual de conservação de cantarias.** Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3091>. Acesso em: 03 ago. 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Carta de Atenas. 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Declaração de Amsterdã. 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Normas de Quito. 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Carta de Veneza. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Recomendação de Nairóbi. 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Declaração de Quebec. 1984. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Cartas Patrimoniais.** Declaração de Caracas. 1992. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. **Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio**. 2014 . Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216/aloisio-magalhaes>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Tombamento. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=tombamento&content_type=&date_from=&date_to=&do_search=y>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. Registro. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=registro&content_type=&date_from=&date_to=&do_search=y>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 27 set. 2015.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. (Coord.). **Memória e história.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Atributos simbólicos do Patrimônio: Museologia “Patrimoniologia” e Informação em Contexto de Especialidade. GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação ENANCIB XI. Rio de Janeiro.2010. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/273/311>. Acesso em: 11 out. 2015.

MAFESO LI, Michel. A cO'"luista do preseTÚe. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MANSUR, Kátia Leite; CARVALHO, Ismar Souza; MOURA, Carlos Fernando; Delphim, BARROSO, Emilio Velloso. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ.** O Gnaisse Facoidal: a mais Carioca das Rochas. Disponível em:<http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2008_2/2008_2_09_22.pdf>.

MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar**: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOS, Yara (2006), “Ecomuseu, Desenvolvimento Social e Turismo”, **Quarteirão**. Rio de Janeiro,RJ, 01, jul.: 6-7.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** São Paulo: Corrupio, 1988.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu e o Problema do Conhecimento. In: **Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas – Pesquisa e Documentação.** Edições Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2002. p.22.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.** Volume 32. Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

O GLOBO. **Berço do samba, quilombo da Pedra do Sal vira área de proteção cultural.** 24/07/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/berco-do-samba-quilombo-da-pedra-do-sal-vira-area-de-protecao-cultural-13359180>. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. **Pedra do Sal pode virar patrimônio mundial.** 20/11/2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/herdeiros-da-cultura-quilombola-enfrentam-pressoes-politicas-imobiliarias-para-sobreviver-14609574>.

_____. Jornal O Globo online. **Morre historiador Joel Rufino dos Santos, um dos maiores especialistas em cultura afro-brasileira.** 04/09/2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/sociedade/morre-historiador-joel-rufino-dos-santos-um-dos-maiores-especialistas-em-cultura-afro-brasileira-17402252>. Acesso em: 18 out. 2015.

PAVÃO, Fábio Oliveira. **O samba como patrimônio.** Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/fabio%20oliveira%20pavao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

PORTO MARAVILHA. **Operação urbana Porto Maravilha.** Consórcio Porto Novo. 2013. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em: 03 abr. 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1988. "Viajantes do século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, (28): 53-76.(Edição comemorativa do centenário da abolição da escravatura).

QUILOMBO. **Quilombo da Pedra do Sal.** 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/Quilombo-Pedra-do-Sal-191726620982116/?fref=ts>. Acesso em: 12 out. 2015.

RABELLO de CASTRO, Sonia . Tombamento. **Dicionário do patrimônio cultural.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, p. 1-26, 1993. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015.

RANGEL, Márcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas. Vol.7, número 1, ISSN 1981-8122. Belém, 2012.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura. Patrimônio cultural. **Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)**,1992. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>. Acesso em 03 abr. 2014.

_____. **Porto Maravilha.** Disponível em: <http://portomaravilha.com.br>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Porto Maravilha.** CDURP –.Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. Circuito da celebração da herança africana. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em: 04maio2015.

RIVIÈRE, Georges Henri.**La Muséologie selon Georges Henri Rivière.**Cours de Muséologie/Textes et Témoingnages. Dunod, 1989. Paris.

_____. **Rôle du musée d'art et du musée de sciences humaines et sociales.** Museum, Paris, v. 25, n. 1-2, p.26-44, 1973.

ROCHA, Osvaldo Porto. A Era das demolições. In: CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações Populares.** Rio de Janeiro. 2 ed. Volume1. Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

RUSSIO, Waldisa. Cultura, patrimônio e preservação (texto III). In: ARANTES, A.A. (Org). **Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Volume1.Pinacoteca,2010.

SANDRONI, Carlos. **Feitiço decente**: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, Ed. UFRJ, 2001.

SANTOS, Myrian S. dos (2005), “Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseullha Grande”, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12 (suplemento): 381-400.

SCHEINER, Tereza. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: Museología, Filosofía e Identidad em América Latina y el Caribe / Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe. **VIII ICOFOM LAM.** RJ, Tacnet Cultural Ltda., 2000. CD.

_____.**Imagens do não-lugar: comunicação e os 'novos patrimônios'** [Imágenes del No-lugar: comunicación y los 'nuevos patrimonios'] Tesis Doctoral. RJ, ECO/UFRJ, 2004.

_____. Museologia e a interpretação da realidade: o discurso da História. In: VIEREGG,Hildegard; GORGAS, Mônica; SCHILLER, Regina; TRONCOSO, Martha (Orgs.). **Museology and History.** ICOM/ICOFOM. ICOFOM STUDY SÉRIES – ISS 35. Alta Gracia, Córdoba: Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del virrey Liniers. 2006. p.87.

_____. Musée et Muséologie - définitions en cours. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André; VAN PRAET, Michel. (Orgs.). **Vers une redéfinition du musée?**Paris, França: L'Harmattan, 2007, p. 147-165. [versão em português inédita].

_____. NEIL. Postman. A ampliação do conceito de museu. Conferência apresentada na Reunião Plenária de Abertura da Conferência Geral de Museus – ICOM. Haia, Holanda, 1989. Tradução para o português: ICOM Brasil, 1989. Revisão: T. Scheiner, 2005. In: SCHEINER, Tereza. **Bases Teóricas da Museologia.** UNIRIO/Escola de Museologia. Caderno de Textos. Disciplina Museologia 01. 2008. p. 5.

_____. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). **MAST Colloquia - Museu e Museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 11, p. 43-59.

_____. A chama interna do museu. **Revista Museologia e Patrimônio**. v.3 n.1, jan/jun, 2010.

_____. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

_____. Museus, Museologia e o patrimônio universal. **Revista Museu.** 2013. Edição brasileira. ISSN 1981-6332. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12838>.

SENADO. Notícias do Senado. **Negras são vítimas de mais de 60% dos assassinatos de mulheres no país. 21/11/2013.** Atualizado em 02/03/2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/21/negras-sao-as-vitimas-de-mais-de-60-dos-assassinatos-de-mulheres-no-pais>. Acesso em: 18 out. 2015.

SEIXAL. **Ecomuseu Municipal.** Disponível em:<http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres_home.html>. Acesso em: 03maio2015.

STRÁNSKÝ, apud SCHEINER, Tereza. Musée et Muséologie - définitions en cours. In: MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André; VAN PRAET, Michel. (Orgs.). **Vers une redéfinition du musée?**Paris, França: L'Harmattan, 2007, p. 147-165. [versão em português inédita].p.3.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira.** São Paulo: Editora 34, 1998.

VARINE, Hugues de. **Reflexões sobre um museu de território.** Disponível em: <http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf.

_____.**As raízes do futuro.** O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

_____. Prefácio. In: **Guia dos Museus do Brasil**, cit,2011.
VELLOSO, Mônica Pimenta. 1988. **As tradições populares na Belle Époque carioca.** Rio de Janeiro, Funarte.

_____. 1990. **As tias baianas tomam conta do pedaço.** FGV. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2303/1442.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba.** 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; UFRJ, 2010.
Viollet-le-Duc, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Artes & Ofícios. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

UNESCO. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura**, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972c. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ images/0013/001333/133369por.pdf>. Acesso em: 5 maio 2011.

_____. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). The Role of museums in toda's Latin America. Rôle du musée dans l'Amérique latine d'aujourd'hui. **Museum**, v. 25, n. 3, p. 126-204, 1973.

APÊNDICES

APÊNDICES

1 Entrevistas

Quadro1

P: Pesquisador.
E: Entrevistado.
Entrevistada: Frequentadora das rodas de samba de sexta-feira na Pedra do Sal (economista, 33 anos).
Data: 16/11/2015

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:** Fui apresentada por uns colegas de trabalho e amei. Pra mim significa alto astral, encontrar amigos, ouvir boa música e ver gente interessante. Além de viajar no tempo

		com a arquitetura local estando tão próxima do centro urbano.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E**: Acho que elas conservam bem a característica local e apoiam pra eventos culturais que lá acontecem.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** São ótimos! Sempre bem organizados e de bom gosto. Frequento os sambas.

	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal)com a Pedra do Sal? **E:** As pessoas vão se divertir, curtir o astral do local e o conservam também.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Sim.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido a memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade?

		E:Sim.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Sim.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal ? **E:** Um local que mantém a cultura afro viva.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Participaria de manifestos e abaixo assinados, se necessário.

Quadro - 2

P: Pesquisador

E: Entrevistado

E: Entrevistado: Morador da Pedra do Sal (atendente de um hostel no morro da Conceição, 43 anos).

Data: Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referência**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? O que esse lugar significa pra você? **E:** A minha relação com a Pedra do Sal começou logo quando minha mãe chegou aqui ela decidiu ela já era baiana de acarajé já trabalhava com acarajé e dicidiu trabalhar com acarajé aqui na Pedra do Sal quando ela veio viu o samba ela gostou... gostou do ambiente gostou do local e foi dessa forma que eu cheguei aqui na Pedra do Sal. Esse lugar pra mim significa é toda uma questão ancestral me remete toda uma questão ancestral. Nesse lugar aqui eu particularmente e minha mãe falo porque minha mãe eu sempre converso isso com ela esse lugar aqui a gente costuma dizer que foram os ancestrais que nos trouxeram aqui pra nós morarmos aqui nós ficarmos aqui. Essa é a relação que eu tenho com a Pedra do Sal.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Olha, eu vinha aqui quando era garoto na praça Mauá que era uma antro de perdição era área dos estivadores que por sinal eu já fui estivador também era área dos estivadores. Os estivadores tinham o cás tinham, tinham. E sempre questão de cás sempre teve esse negócio de prostituição e era uma área que

		era muito... Eu lembro de histórias de moradores que falam mais antigos que falavam que as pessoas tinham vergonha de dizer que moravam aqui porque era uma área que só remetia realmente coisas desagradáveis. E logo depois eu fui vendo porque isso. Que isso não era porque foi a prostituição o cás. Não foi por isso né? Foi por uma questão de escravidão mermo depois eu fui descobrindo isso. Mais os moradores agora eu não tô fazendo longe de mim não tô querer fazer nenhuma propaganda eu não falo de nada. Eu só falo que agora realmente com a valorização o samba quem fez o resgate realmente de tá da Pedra do Sal como coisa foi a proposta do samba que foi através da proposta do samba que antes era uma proposta de arte. Agora eu não sei se eu não me [lembro] era alguns moradores que tinham essa noção de pertencimento do local como isso, porque isso era escondido né? Ninguém sabia disso: enterraram uma cidade em cima de outra cidade ninguém sabia o quê que acontecia. Entendeu? Então não... Mais o que tem agora sim, é uma noção de pertencimento muito grande né? As pessoas realmente têm uma, uma valorização, mas não é por causa desses negócios é [por causa - que] também já vinha havendo um advento do samba. E o samba existe antes das obras bem antes de começar esse negócio de obra aqui tem gente que frequenta aqui há muito tempo. Então não foi essa história na minha – opinião das obras isso apenas divulgou e tal, e teve a arqueologia que foi achada que deu também uma - uma veracidade do que a gente tava em cima né? Eu acho que foram essas coisas o acúmulo dessas coisas uma atrás da outra que foi fazendo a noção de pertencimento crescer.

	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Olha todos os eventos que tem aqui na Pedra do Sal que são possíveis [possíveis] que eu digo no conto de vista financeiro que dê pra mim frequentar eu [frequento] tá? Eu uso e abuso da Pedra do Sal há muito tempo. Muito tempo não certo tempo - pequeno tempo – pequeno tempo que é questão de 6 anos - 7 anos que eu usufruo da Pedra do Sal culturalmente. São muitos eventos fora os eventos que tão surgindo a cada dia e tal tá tendo muito evento. Isso aí sem sombra de dúvidas. [Pô] eu gosto muito [ô] o samba é uma coisa que é quase que religião. É religioso o samba aqui. O samba aqui é uma questão religiosa tipo é religião cara então tem que... Aqui tem a vizinha faladeira que é uma escola de samba aqui que é uma Escola muito antiga né que é uma briga entre que é uma escola muito antiga sim. Que dizem que realmente assim os mais antigos dizem que a vizinha faladeira que é a primeira escola e não é a Estácio tal tem esse negócio tem essa tradição e não é a toa que aqui ficavam os barracões das Escolas de Samba ficam aqui perto aqui na Zona Portuária. Então aqui o samba aqui é uma religião. O que você quiser fazer tem que incluir samba. Eu frequento outras coias, mas o samba não precisa nem perguntar.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal?

		E: Ah! Eu acho que é uma tendência natural [tipooo] essa é a contrapartida da propaganda se for benéfica ou maléfica eu não sei. Eu sei que vai vir gente de fora e vai vir mais gente de fora e quando vem muita gente acontece muita coisa. Tem um ditado que diz né que "Quando se abre a porta não entra só ar puro". Então a condição dos seres humanos vai acontecer as coisas vem aqui era uma comunidade que era muito fechada no Centro do Rio de Janeiro e de uma hora pra outra todo mundo tá conhecendo então é vai vir os problemas que os problemas são recorrentes e vai vir porque a gente vive num Estado atrasado e vai vir problema porque é Estado atrasado.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Eu sabia disso até porque tem uma divulgação em cima disso tem até uma placa. Dizendo isso né? Então eu sabia disso sim. Eu acho que assim até como frequentador morador dos espaços e minha filha usufrui de espaços aqui de recreação e tal eu tem que tá sabendo disso aí e tal até como eu falei o que me trouxe aqui.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido a memória cultural da "Pequena África" (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** [Pô] essa pergunta aí é muito especial perfeitamente, absolutamente sim por que. Eu sô baiano apesar de ser baiano tal nasci na cidade de Salvador né nasci no bairro da Liberdade bairro mais

		negro moro na cidade mais negra fora da África que se existe no mundo é em Salvador e... tá num lugar onde foi o maior comércio mais de um milhão de escravos né saiam contabilizados oficialmente fora. Então é o que minha mãe me falou o que me trouxe aqui foram os meus ancestrais eu não to aqui à toa, não vim aqui à toa né? Eu que acredito nisso culturalmente até que mais que uma questão religiosa é uma questão cultural vai além da religião então eu acredito que é isso eu tô aqui - eu tô aqui para ser como uma parte dessa resistência uma pessoa que tá vindo pra testemunhar o que está acontecendo é isso.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Aí é difícil responder não sei. Eu acho que - que na questão das manifestações sim porque parte do patrimônio tá nas pessoas né? Então nesse aspecto sim. Lógico tem construções e tal agora não sei se isso – se isso agora - tá melhor do que antes assim tem uma visibilidade que aqui realmente é um lugar e tal entendeu agora? Eu não sei até que ponto tá essa visibilidade eu não sei informar isso. Eu sei é que tem essa visibilidade e essa visibilidade é que remete essa noção de pertencimento, mas eu acho que tudo isso que tem é em função das próprias coisas que já existem no local e que faz resistência né? Essa noção de patrimônio essa noção de coisa tem essas de reconhecimentos oficiais que servem pra isso, pra ter essa divulgação eu acho que isso tá sendo mais conhecido né? Agora se isso tá se remetendo a favorecimento tá realmente a aparelhos públicos quando você coloca aparelhos públicos no local, mas

		eu acho que pro morador eu acho que ainda tá faltando, pra [Caralho].
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Cosmopolita.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim, sim, ajuda. Ajuda sim, mas é – é longe de ser o suficiente.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Olha cara eu acho que se conseguisse reter a especulação imobiliária seria assim uma ajuda assim no sentido de você conseguir di repente socializar mais espaços né? Onde as coisas possam acontecer e as pessoas possam gerar produtos gerar coisas e tal. Porque eu acho que tá uma surper uma hiper – uma [Porra] absoluta valorização do espaço e sinceridade os caras tão pensado que tão na Suíça entendeu? O serviço é tupiniquim, mas eles pensam que tão na Suíça porque o espaço é muito caro. Então eu acho que e eu acho que os moradores estão se degladiando por espaço. Eu acho que o espaço urbano o espaço de uso público tá confundido e não

		tem espaço de uso público e tá tudo privatizado e é isso. Mas quando tiver mais espaço di repente dá pra você começar tiver mais espaço - esses espaços tendo condições de funcionar havendo condições deles funcionarem tal e dá condições das pessoas provar que faz esses espaços gestionados que é uma forma que não seja tão cara eu acho que de repente pode tá acontecendo alguma coisa.

Quadro - 3

E: Entrevistado

P: Pesquisador

Entrevistada: Frequentadora dos eventos da Pedra do Sal (historiadora, 31 anos).

Data: Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? O que esse lugar significa pra você? **E:** Minha relação com a Pedra do Sal começou quando eu tomei conhecimento das rodas de samba. Antes disso, nunca havia ouvido falar desse lugar. É um lugar que exala em sua essência, a ancestralidade africana, me fazendo lembrar a história da escravidão no Brasil.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Bem, não tenho contato com os moradores do lugar, por isso eu não tenho uma resposta adequada

		para essa pergunta. Mas posso imaginar que existe uma relação de afetividade e identificação dessas pessoas com o lugar.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Eu acho muito interessante. Sim eu frequento sambas, baile Black, uma cervejinha no bar. Conheci a Pedra do sal em uma época em que os eventos eram mais reservados, ou seja, não era tão divulgado fato que tornava as propostas culturais de mais fácil contemplação. Hoje, devido a inúmeras divulgações os eventos além de tornar mais caro o consumo devido ao turismo, deixa um espaço tão aconchegante, inadequado para o grande número de pessoas que frequentam.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Eu percebo que grande parte das pessoas, embora saibam da história do local, não tenham compromissos identitários com o lugar. Estão mais interessadas nos eventos em si.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Sabia sim, inclusive de seu tombamento pelo INEPAC.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio

		cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** Embora eu não seja moradora da Pedra do Sal e sim frequentadora - não tenho como me ver dissociada da matriz identitária africana, por isso, eu me identifico histórica e culturalmente com essa identidade.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Eu observo a Pedra do Sal como um reduto do passado da escravidão, da história da resistência cultural dos escravos. Acredito que qualquer coisa do passado se não evocada, permanecerá no passado sem significado algum. Neste caso, eu observo que essa chamada identidade da “pequena África” como uma necessidade inventada justamente para trazer ao presente à memória e a história do passado. Essa “pequena África” deve ser evocada constantemente para que não se perca o referencial da matriz africana.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Eu definido a Pedra do Sal como um lugar de memória com todo potencial histórico e arqueológico de evocar o passado da escravidão no Brasil. Mas não só, acredito que por tudo isso, já houve a elevação de sua categoria como patrimônio cultural da cidade.
Percepção de perda	**Importância do patrimônio**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste

do patrimônio	**cultural**	local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Acredito sim, entretanto observo que o turismo, o encarecimento da cidade pode acabar sendo um aspecto negativo na preservação das manifestações culturais tradicionais, tendo em vista que a demanda originada pelo turismo possa impactar as raízes identitárias locais.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Ah! São tantas coisas, uma delas seria não divulgar tanto os eventos, pois é um espaço tão pequeno que não combina com tanta lotação. Outra coisa seria promover meios para o desenvolvimento da economia local onde os próprios moradores fossem os responsáveis por tal direcionamento e não os interesses turísticos.

Quadro – 4

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistado: Morador da Pedra do Sal (ator e diretor de um grupo de teatro local, 25 anos).

Data: Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo	**Pedra do Sal**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal?

com a Pedra do Sal	**como espaço de referência**	O que esse lugar significa pra você? **E:** A minha relação com Pedra do Sal vem desde criança a qual eu estudava aqui num Colégio - aqui bem acima da Pedra do Sal. E a Pedra do Sal é um espaço eu quando criança, e adolescente é utilizava ela às vezes só para roda de conversa com os colegas quando saía da escola e também pra escorregar na Pedra do Sal. Essa era minha relação com a Pedra quando eu conheci assim, o espaço Pedra do Sal não a história a cultura que a Pedra do Sal representa. Hoje, já, [já] com grau de uma - certa idade hoje, a Pedra do Sal significa pra mim um espaço de manifestações culturais da cultura afro-brasileira que preserva uma memória imaterial de uma ancestralidade né - [né] que hoje a gente vive esse espaço criado por esses ancestrais.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Bem, durante é ao longo do tempo né vamos se falar do século XX no começo do século XX a Pedra do Sal tinha alguns moradores que utilizavam da Pedra do Sal para suas rodas né de samba para seus cultos de matriz africana né que era muito utilizado aí pela galera da estiva - os estivadores. Porque ser um reduto aqui dessa região aí do Largo do São Francisco da prainha, Largo da prainha e aqui na Pedra do Sal - existiam butiquins [né] bares [né] e- eram espaços que eram frequentados por essa galera que vem dessa memória após a libertação da escravatura. E esse espaço pra essa galera era

		interessante por ter um fundamento e a partir depois de muitos tempo [né] esses moradores foram saindo e foram chegando tendo uma outra leva de moradores [né]. Apesar de ter muita gente que moram aqui também, desse período que deixou filhas ou filhos desse período também, e conhece também um pouco mais do que eu conheço de uma memória mais branca [né] em relação ao Morro da Conceição que é os pés da Pedra do Sal que é um espaço de cultura afro-brasileira como os negros que migraram que saíram dessa região e foram para as favelas ou foram para Baixada Fluminense ou [pô] Subúrbio então como foi um espaço também utilizado [né], os Casarões que eram da antiga Ordem Terceira [né] esse espaços acabaram a Ordem acabou perdendo esses espaços e alguns moradores voltar pra essa região ocupando esses espaços. E hoje, a relação com essa galera: a galera que frequenta a Pedra do Sal [né] com esses moradores, os novos que estão chegando tão conhecendo agora o que é a Pedra do Sal [né], mas eles não vivenciaram [né] e não tiveram os seus antepassados totalmente aqui nessa Pedra do Sal entendeu? Ou não se reconhecem como isto. Então existem várias diferenças - existe a relação das pessoas que querem dos moradores que utilizam da Pedra do Sal para fazerem os seus eventos [né?] e existe uma galera que respeita e quer a Pedra do Sal como um espaço religioso.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** É, a roda de samba que tá acontecendo hoje é uma roda de samba de mais de oito (8 – anos). Que

		vem [pós] antes dessa revitalização no espaço. É um evento é uma roda que é totalmente ancestral de memória é uma galera que diz que respeita o samba [né]. É uma roda que eu sempre estou frequentando sempre estou aqui próximo ou na casa do Nando ou proximamente a roda e – [ah] existem alguns outros eventos, que são eventos promocionais pelo menos a gente tive agora o samba do batuque da Antártica [né] que patrocinou várias rodas de samba em todos lugares ela pegou alguns músicos [né] pegou alguns grupos e trouxe pra cá pra fazer samba. Porque o samba é o bem material que essa Pedra do Sal representa [né]. E existem outras atividades que se relacionam a esses eventos na Pedra do Sal, por exemplo, como o grupo de Teatro que a gente realiza. A gente realiza um trabalho chamado “Histórias afro-brasileiras” a gente utiliza da história da Pedra do Sal pra poder falar [né] pra poder pulsar a cultura da história afro-brasileira. E existem outros eventos também que utilizam da Pedra do Sal só como aparato de apoio: como casamentos que já tevem aqui na Pedra do Sal entendeu? Como um espaço turístico que uma galera de fora vem e que ver uma rodinha de samba e achar que tá todo mundo ali que é descendente de escravizados entendeu? Então existem diversos tipos de eventos que ocorrem aqui na Pedra Sal e agora com certeza nessa chegada dos jogos olímpicos vão ter muito mais.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** É - é hum- segunda e sexta [né] principalmente

		sexta-feira - falo sexta é um dia de bebe né é um dia de ouvir música e quem gosta de samba vem pro samba então e a galera procura a Pedra do Sal pra isso. Vem pra Pedra do Sal escutar o samba tomar uma cerveja e conversar com os amigos.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Sim eu sabia e conheço é tombada pelo INEPAC em 1984 como monumento - como patrimônio cultural.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** É - sim sou filho de pai branco e de mãe negra me entendo como negro fui gerado dentro de um ventre de uma mãe negra e me reconheço sim, como parte dessa cultura afro – brasileira trazida por escravizados africanos me entendo como fé no meu Orixá Oxossi como descendentes desses africanos que aqui estiveram.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Simbolicamente sim, quando tem seus eventos né? E acredito - eu que em determinados eventos que como citei o baile Black [né] que traz essa identidade da pequena África pra gente né? Pra juventude pra esse entendimento da nossa identidade onde que a

		gente usa turbante, [ô], [ô] ou solta o cabelo, usa o cabelo Black faz essa trança entendeu? Essa pequena África moderna né? Essa galera que é descendente dessa raiz né? Mas quando se fala de pequena África, os turistas que chegam aqui o povo que chegam aqui querem encontrar né – descendentes de... Não sei se é vendido pra eles que aqui tem descendentes de escravizados é. E eu a gente faz um trabalho aqui nesse espaço que a gente usa essa identidade esse figurino étnico [né] desse povo africano que utilizavam durante os seus trabalhos aqui na região da pequena África.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Um espaço de luta política de diversos grupos que querem utilizar do espaço para os seus eventos né? Cito o quilombo da Pedra do Sal que tá demarcado como quilombo urbano descendentes dos quilombolas como espaço atrativo pra turistas e são diversas - são diversos jogos políticos diversos interesses culturais e políticos nesse espaço.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim, sim, por ela ser tombamento como patrimônio cultural já é um certificado grande que este espaço tem uma história. Então essa certificação dá direito às atividades e manifestações culturais dessa cultura imatereal realizarem essas atividades e manifestações dentro desse espaço.

	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Bem, é esse trabalho já vem sendo feito né? Pra essa permanência dos moradores é um trabalho que a Porto Maravilha que a SEDURP e a SEBRAE desenvolvem que é um trabalho de capacitação desses moradores ao redor oferecendo cursos, oficinas palestras [né] para que esses moradores possam ser empreendedores e realizarem as suas atividades com meio de artesanato, gastronomia ou atividades artísticas pra que elas possam sobreviver, utilizando esse espaço morando aqui e ganhando o seu dinheiro com seu trabalho.

Quadro - 5

P: Pesquisador

E: Entrevistado

E: Entrevistado: Frequentador dos eventos da Pedra do Sal (analista de documentação, 37 anos).

Data: Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:** Comecei a frequentar samba na região portuária no final dos anos noventa. Acho que era 1998 ou 2000, mas já frequentava as rodas mensais de samba

		do bloco "O Fabuloso Grupo Eu Canto Samba", que também é responsável pelo bloco de carnaval Escravos da Mauá. As minhas idas ao Largo de São Francisco da Prainha me aproximou aos moradores e organizadores de eventos, até que esses me convidaram para uma feijoada a tarde na Pedra do Sal, foi assim a minha primeira visita a Pedra do Sal. Quando cheguei ao evento chovia muito e era visível o amor dos frequentadores ao lugar, a comemoração da data, o orgulho a negritude e a ideia de manter uma tradição. Era uma festa em que estavam presente os Filhos de Gandhi, as Baianas (pelo menos vestidas como), uma Roda de Samba com diversos convidados, uma festa belíssima e convincente aos olhos de um garoto que pouco via pessoas tão entregues aos prazeres da vida. Ali era um lugar encantado onde elas viviam uma liberdade única. Este é o significado que dou aquele lugar.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Infelizmente, pensam que a falta de conhecimento na própria historia do local onde está estabelecida não se faz importante. A meu ver, o local é pouco explorado. Principalmente quando nos referimos às tradições negras permeadas pela história do local. Não vejo comércio de produtos do artesanato local, com a comida típica da cozinha, bares contando a história local em seus quadros, vejo o aproveitamento apenas com a música, e nesse

		contexto apenas com o samba.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Comecei frequentando os eventos da Pedra nas segundas e, anos depois, com o início da apresentação do Grupo Samba de Lei as sextas, dei preferência a este último.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Hoje em dia, os frequentadores não estão interessados na história do local. E acho isso uma perda lastimável, é como se quisesse desfrutar de algo que não conhecesse.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Não, não sabia.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido a memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** Como brasileiro, filho de mestiços, não consigo me excluir desse processo de valorização da cultura negra. E atualmente vejo e participo de muitos eventos valorizando a cultura afro-brasileira na Pedra do Sal, no Largo de São Francisco e da Praça da

		Harmonia.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Não vejo nos eventos, a não ser nos organizados pelo quilombo, algum propósito de simbolizar algo. Vejo uma disputa capitalista de quem vende mais.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Um lugar que vou para encontrar amigos e relaxar após o trabalho.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim acredito. Mas para acontecer é necessário um link entre as manifestações culturais e a memória histórica do local.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Traria a população do entorno vários cursos de história local e do Centro da cidade. E a esse, as possibilidades de comércio de alimentos e bebidas típicas.

Quadro - 6

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistado: Morador da Pedra do Sal (ababalorixá (pai de santo) e membro do grupo afoxé filhos de Gandhi, 57 anos).

Data: Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:** Bom, a minha relação com a Pedra do Sal começa com minha ancestralidade de Orixá de zelador e a Pedra do sal ela simboliza um lugar sagrado pra mim, porque na Pedra do Sal existia fora os armazéns dos sais mais tarde quando os baianos chegaram o nosso culto dos Orixás deixa a embaixada da Bahia que a última foi dija Davina e foi mãe pequena de Omabalá.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Bom, há muita gente nova chegando com muitas novidades. Agora também, tem os antigos né? Tem umas invasões [meia a...] que não tem nada haver com o espaço, mas a gente vai levando.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? E: Geralmente, eventos de samba eu frequento a Pedra do Sal muito raramente eventos de samba.

	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Acho muito nojento, porque há muita gente boa, mas também há muito drogado muita coisa acontecendo no meio.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Sim lógico com certeza.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** Com certeza.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Sim e como.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Um lugar de resistência.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Tenho certeza que sim.

	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Ah! São tantas coisas, mas é bom [a gente] de vez em quando a gente se encontra bate um papo e tenta ver com o melhor sentido da coisa continuar legal tá?

Quadro -7

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistada: Frequentadora dos eventos da Pedra do Sal (demonstradora, 40 anos).

Data: Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:** Ah! Começou através da minha prima minha afilhada tinha mais ou menos uns 8 anos [8] ou menos até, quando conheci aqui. E o que significa assim, um lugar cultural que podia tá até sendo mais aproveitado, mas com uma grande história que ainda tem muita coisa a vir à tona.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Algumas - não valoriza o espaço que tem e assim, às vezes prejudica com relação aos moradores

		poderia ter mais entrosamento pra valorizar cada vez mais e cada vez mais ficar melhor!
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Oh! Frequentar - frequento já frequentei antes os de agora não tenho frequentado muito, mas acho bom que faz mais divulgação às pessoas ficam conhecendo mais e com isso, o trabalho de algumas pessoas que tem ao redor que deixa esses eventos estarem mostrando seus trabalhos. E assim, com relação ao que eu participo, participava dos pagodes que tinham as segunda-feira.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Alguns - frequentadores valoriza e outros não.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Sim.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** Sim.
Identidade	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a

cultural		identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Valorizar – valoriza, mas às vezes assim, tem alguns eventos que fica muito... , mas como eu diria não sei se é o correto, tipo uma faixa branca.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Um espaço que tá cada vez mais sendo reconhecido.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Acho que procuraria [?....]

Quadro -8

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistada: Frequentadora dos eventos da Pedra do Sal (cozinheira, 65 anos).

Data: Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	

Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? O que esse lugar significa pra você? **E:** A minha relação com a Pedra do Sal começou desde que a minha prima veio morar aqui [né] nesse local. Esse local me representa os tempos antigos da escravidão tanto que se chama Pedra do Sal porque aqui trocava-se sal pelos escravos né? Então era a história que minha avó contava naquela época e que agora eu vim conhecer de perto um pouco.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Tem alguns que até respeita - tem alguns que respeita aqui o local sabe da história e procura preservar, mas tem outros que cuidam de qualquer maneira não se liga na história.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Bom desde que começou eu sempre frequentava mais. Começou com meus filhos meus garotos vinham fazer os eventos aqui quando o Damião inaugurou aí esse movimento negro eles vinham sempre aqui. E agora eu venho de vez em quando.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Eu vejo eles com rostinho tão alegre que eu acho

		que eles gostariam de saber mais sobre.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Eu sei um pouquinho coisa que a minha avó contava que aqui era escravizado né que aqui se trocava negro por sal quer dizer essa partizinha. Pouca parte da história.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** E [e!] como me acho, como me acho.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** E aí é mais ou menos. O pessoal ainda não sabe ainda não sabe cultuar muito ainda essa coisa não.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? E: A Pedra do sal pra mim tornou-se um símbolo né? Do meu coração não vai sair, mas tá perdendo a identidade.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui?

		E: Bom se os governantes ajudar né poderão - preservar, mas tem que ter ajuda o povo sozinho não consegue né? Tem que ter ajuda de muitos hoje é um dia. Tamos precisando muito de ajuda a cultura negra aí como tá se eles ajudassem mais seria melhor.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Primeira coisa tombaria todo esse local todo esse pedaço aqui. Tombaria tudo e depois conservaria com ajuda dos governantes - claro! Conservaria.

Quadro -9

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistado: Morador da Pedra do Sal (professor de boxe e funcionário da COLURB, 34 anos).

Data: Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a Pedra do Sal	**Pedra do Sal como espaço de referencia**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você? **E:** Bem! Aqui é um lugar histórico entendeu? Que as pessoas participam é se divertem tem eventos eles sempre tão aqui pra se divertirem não rola briga entendeu? Aqui é um momento legal que todo mundo se diverte e traz boas recordações entendeu?
	Vínculo como espaço de	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do

	moradia	Sal? **E:** Bem! Aqui é um lugar como eu disse que é patrimônio histórico. Então todas as pessoas que moram aqui quer se divertir quer conhecer pessoas novas que tirar foto quer ter uma liberdade que outros lugares não tem entendeu? Aqui é um lugar que tá sendo sempre valorizado como a área do Porto tá sendo valorizado e aqui tá sendo um lugar bastante visado pra todo mundo.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Bem eu frequento sempre as segundas-feira, às vezes sexta-feiras, mas sempre quando dá eu [quase num..] Num prefiro ficar sempre carteirinha entendeu? Mas sempre quando dá pra mim vir nos eventos algumas coisas que acontecem eu participo como Hip hop entendeu? Tem muito eventos como hoje o dia de Zumbi de Palmares que eu hoje [tô] participando também. Eu gosto de alguns eventos daqui. Então eu sempre [tô] participando de alguns.
	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Bem aqui é um momento, um lugar assim, que todo mundo gosta de participar, todo mundo gosta de relacionar todo mundo gosta de tirar fotos então os frequentadores gostam de vir aqui. Então é um lugar que todo mundo se atrai com a Pedra do Sal que se diz né? Pedra do Sal simboliza alguma coisa é isso.
Percepção da ação de	**Conhecimento do**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso?

preservação	**tombamento**	**E:** É eu sabia. Como que eu sô morador daqui frequento aqui então algumas coisas eu procuro observar na minha comunidade. Como que eu quase não saio, mas. Eu sô morador daqui sô frequentador daqui, sô cria daqui. Então eu tenho que saber algumas coisas, algumas perguntas eu tenho que saber responder.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade? **E:** Sim, porque é minha origem eu sô descendente de escravos. Então eu participo dessa evolução dessas coisas que acontecem entendeu? Então eu participo dessas coisas que sempre tá evoluindo na sociedade. A sociedade tá aí pra mostrar o nosso dia-dia pra gente aprender todos os dias tanto como no velho como no novo, mas nunca desistir das nossas origens que é tá participando tá observando tudo. E sempre melhorando todos os dias.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)? **E:** Uma boa parte entendeu? Que as pessoas tá adquirindo sim porque aqui é um pedacinho da nossa origem. Então esse pedacinho tá virando uma expansão imensa que tá vindo outras pessoas conhecendo o lugar tá vindo uma multidão como se diz? Pra poder crescer esse lugar histórico esse lugar patrimônio cultural entendeu?

	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Pô! Um lugar que eu posso participar entendeu? Venho qualquer hora qualquer momento que eu posso falar assim vô na Pedra do sal tem eventos entendeu? E que antigamente aqui era uma área visada que num tinha evento num tinha nada. Só Pedra do Sal só falava assim Pedra do Sal algumas pessoas vinham, mas não sabia o que tinha de valor aqui que é um espaço pequeno sempre bom de ter festas pra todo mundo se divertir.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim as manifestações são todas bem vindas. Todas manifestações à gente tem que dá apoio, mas sim tem que tá sempre coagindo com as coisas porque nem certo o que a gente faz é certo porque tem leis. A gente tem que tá sempre atento com as leis. Então a lei tá aí pra gente tá observando, então a gente tem que tá sempre observando as coisas porque manifestação é uma coisa que é o certo e é o errado, mas tem que fazer manifestação. Se a gente não se manifestar a gente nunca vai ser bem visto a gente vai ser sempre ser mal visto porque ninguém apoia a manifestação. Quem vai apoiar a manifestação? Ninguém. Então a manifestação é: tem que fazer. Não importa a origem a cor o que a gente que fazer? É obrigado a fazer a manifestação.
	Ação para	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a

	preservação	preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Bem, o que faria é o seguinte: continuar trabalhando, continuar fazendo o meu esforço que é o dia-dia que é limpar a minha comunidade que eu trabalho na área da limpeza urbana que as pessoas não [não] como é que se diz: não detonem que é tacar fogo nas lixeiras, não destruir os patrimônios nossos entendeu? E tá melhorando o meu serviço que eu faço já é pontual que é a limpeza urbana. Então o que eu faço pra mim já é o suficiente pras pessoas verem e tá limpando também, o nosso redor que é tá atento em tudo. Todos nós somos visados não importa o negro o branco qualquer cor qualquer raça a gente sempre vai ser visado à gente tem que ter um pontual na nossa vida que é querer crescer. Crescer é o quê? Não só por dentro, mas por fora também, observando o nosso caminhar o nosso caminhar dia e noite a gente sempre somos observados.

Quadro -10

P: Pesquisador

E: Entrevistado (a)

Entrevistada: Frequentadora dos eventos da Pedra do Sal (pesquisadora do Arquivo Nacional, 34 anos).

Data: Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2015.

Categorias de análise	**Temas**	
Vínculo com a	**Pedra do Sal como espaço**	**P:** Como começou sua relação com a Pedra do Sal? Oque esse lugar significa pra você?

Pedra do Sal	**de referencia**	**E:** Minha relação com a Pedra do Sal começou há quase 10 anos quando comecei a frequentar a roda de samba que começava a se apresentar às sextas-feiras. Depois passei a frequentar outras rodas na Pedra, como a que acontecia às quartas, onde novos compositores apresentavam suas músicas e, posteriormente, a de segunda-feira. Para mim é um espaço de lazer, de diversão, uma "válvula de escape" das obrigações do dia-a-dia. Mas também um lugar de afirmação da identidade negra da cidade do Rio de Janeiro, de afirmar o samba de rua e de roda como cultura da cidade, e assim criar um elo com tantos outros que usaram aquele espaço como lugar de diversão, de criação e resistência.
	Vínculo como espaço de moradia	**P:** O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal? **E:** Conheci pessoas que moram no entorno e frequentam os sambas e eventos, se identificam com a história do lugar e sua importância, e muitos se envolvem diretamente nas atividades culturais e de preservação da memória. Mas também sei que alguns moradores se incomodam com a grande aglomeração de pessoas nas rodas de samba por conta do barulho. Então, acredito que tenham os dois lados.
	Pedra do Sal como espaço cultural	**P:** O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta alguns? Quais? **E:** Bom, como falei ainda frequento os sambas de sexta e segunda. E também alguns eventos como feijoadas, jazz, e algumas datas comemorativas. Eu gosto muito, me identifico com o lugar e em geral os eventos que são realizados na Pedra tem uma relação com a história do local.

	Vínculo como espaço de socialização	**P:** O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal? **E:** Atualmente há uma variedade grande no público que frequenta. Percebo que existe um grupo de moradores da cidade, que frequenta os mesmos eventos na Pedra há bastante tempo. Alguns se identificam mais com a roda de segunda, outros com a de sexta, mas o fato é que tem pessoas que construíram uma relação com as rodas e estão sempre lá, você reconhece esses frequentadores mais assíduos. Essas pessoas acredito que tenham consciência de que as rodas são uma forma de resgatar e manter uma tradição, que entendem a importância do lugar e tratam a roda como uma espécie de celebração dessa história. Por outro lado, com a popularização tem muita gente que vai pelo evento, pelo lazer, mas sem ter um vínculo mais orgânico, mais especial com as tradições. Por fim, temos os turistas que se tornaram uma presença frequente, e aí, claro que a relação é diferente também. Embora reconheçam a relação do samba com a história do local, estão de passagem, com um olhar de viajante, não de morador da cidade.
Percepção da ação de preservação	**Conhecimento do tombamento**	**P:** A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso? **E:** Não sabia não, certamente já tinham me falado, mas eu tinha esquecido que ela é considerada oficialmente patrimônio nessa categoria. Achei que fosse patrimônio cultural, mas não como monumento.
	Identificação	**P:** A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido à memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade?

		E: Olha, sim me reconheço, como brasileira e carioca me identifico com essa identidade afro-brasileira que faz parte da cidade e do país, está na música, na religião, na língua, nos costumes, na história, nas relações sociais, então me sinto parte dela.
Identidade cultural	**Permanência**	**P:** Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da "Pequena África" (afro-brasileira)? **E:** moradores da região envolvidos com as manifestações culturais de lá. Mas sei que tem moradores bem engajados e identificados com a causa de se resgatar e divulgar a cultura da Pequena África. De qualquer forma, as atividades culturais da Pedra hoje simbolizam sim essa identidade da Pequena África nas escolhas que fazem, ao valorizar o samba que nasceu naquela região. A escolha daquele local para as rodas não é gratuita, é uma forma de retomar uma tradição.
	Percepção	**P:** Hoje como você define a Pedra do Sal? **E:** Como um espaço de um simbolismo muito grande para cultura afro-brasileira e carioca que está vivo e que dentro do possível conseguiu se reinventar e reconhecer a sua história.
Percepção de perda do patrimônio	**Importância do patrimônio cultural**	**P:** Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui? **E:** Sim. Acho que essa chancela oficial valoriza o local, coloca luz sobre ele, então ajuda a viabilizar as iniciativas de preservação e valorização dessas manifestações culturais que de repente já existiam antes, mas com o rótulo de patrimônio cultural fica mais fácil de conseguir financiamento e apoio. Também acho que isso tem um peso para as

		pessoas daqui que passam a ver com outros olhos e ter interesse em conhecer a história. Além do que, o local começa a entrar no circuito turístico e receber visitantes do mundo todo.
	Ação para preservação	**P:** Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria? **E:** Acho importante tombar as construções mais antigas e simbólicas, para evitar que a especulação imobiliária transforme a paisagem. Incentivar centros culturais na região que busquem contar a história daquela área, estimular as manifestações culturais, como as rodas de samba, que também se relacionem com a memória do local. Ensinar nas escolas da região a história do bairro, relacionando-a com a história do país e do mundo. Estimular projetos culturais que envolvam os moradores para que se fortaleça uma identidade local que reconheça à importância de se defender a região nos momentos em que a preservação dessa memória estiver em risco.

2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título:

OBJETIVO DO ESTUDO. Os objetivos deste projeto são: Contribuir para os campos da Museologia e do Patrimônio no que diz respeito ao entendimento dos processos de patrimonialização e musealização do patrimônio material e imaterial. Com análise do processo de patrimonialização da Pedra do Sal no intuito de verificar seu valor para a comunidade (moradores e frequentadores do seu território).

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para obtermos mais detalhes sobre o processo de patrimonialização do samba carioca. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações serão ouvidas por mim e por uma entrevistadora experiente e serão marcadas com um número de identificação durante e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As fitas serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará às pesquisas que buscam compreender qual é o valor que a Pedra do Sal possui para os moradores e frequentadores de seu território, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio sendo a aluna Vania Oliveira Ventura a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Luisa Rocha. A investigadora está disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha caso seja necessário, contacte-a no e-mail vaniaoventura@hotmail.com, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7771 ou e-mail cep-unirio@unirio.br. Você terá uma cópia deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Nome:

_____

Endereço:

_____

_____

Telefone:

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:

_____

Data: _____

Discuti a proposta da pesquisa com este(a) participante e, em minha opinião, ele(a) compreendeu suas alternativas (incluindo não participar da pesquisa, se assim o desejar) e deu seu livre consentimento em participar deste estudo.

Assinatura (Pesquisador):

_____

Nome:_____

Data: _____

3 Roteiro de entrevistas com moradores e frequentadores da Pedra do Sal

QUESTIONÁRIO

1- Como começou sua relação com a Pedra do sal? O que este lugar significa pra você?

2- O que você acha da relação das pessoas que moram no território da Pedra do Sal com a Pedra do Sal?

3- O que acha dos eventos que acontecem na Pedra do Sal? Você frequenta algum? Quais?

4- O que acha da relação das pessoas que são apenas frequentadoras dos eventos (que acontecem na Pedra do Sal) com a Pedra do Sal?

5- A Pedra do Sal é um patrimônio cultural na categoria de monumento, você sabia disso?

6- A Pedra do Sal foi valorizada como patrimônio cultural devido a memória cultural da “Pequena África” (afro-brasileira), você se reconhece como parte dessa identidade?

7- Você acha que a Pedra do Sal ainda simboliza a identidade da “Pequena África” (afro-brasileira)?

8- Hoje como você define a Pedra do Sal ?

9- Você acredita que o fato da Pedra do Sal ser um patrimônio cultural possa ajudar na preservação deste local e das manifestações culturais que acontecem aqui?

10- Se você pudesse tomar medidas pra a preservação da Pedra do Sal: para a permanência dos moradores, para a preservação do seu entorno e das manifestações culturais que acontecem em seu território, o que faria?

ANEXO

ANEXO

1 Páginas do documento do processo de tombamento da Pedra do Sal pelo INEPAC utilizadas na dissertação.

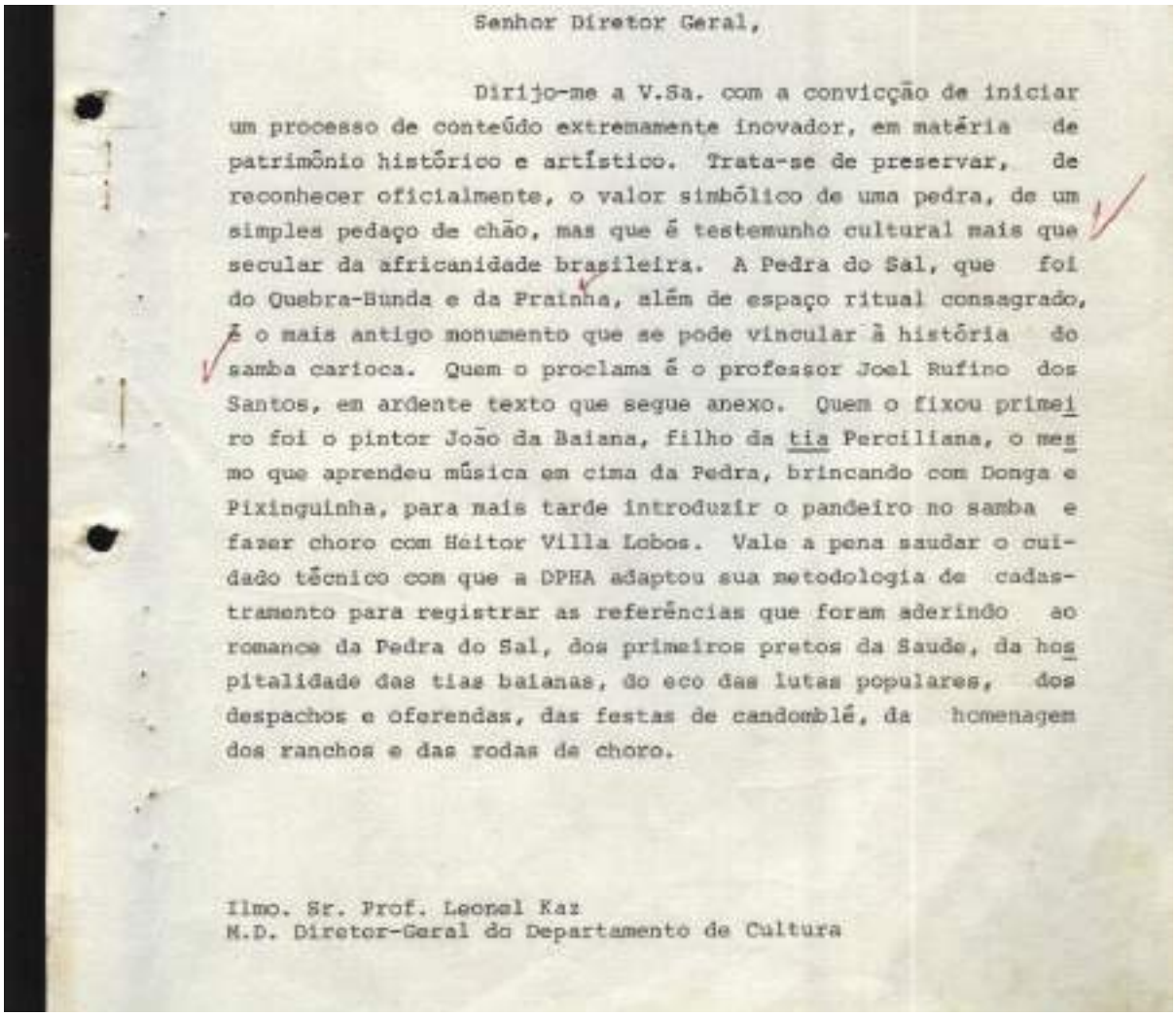
Página 7.

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.7).

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p 7).

Página 8.

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p 8). **Página 2.**



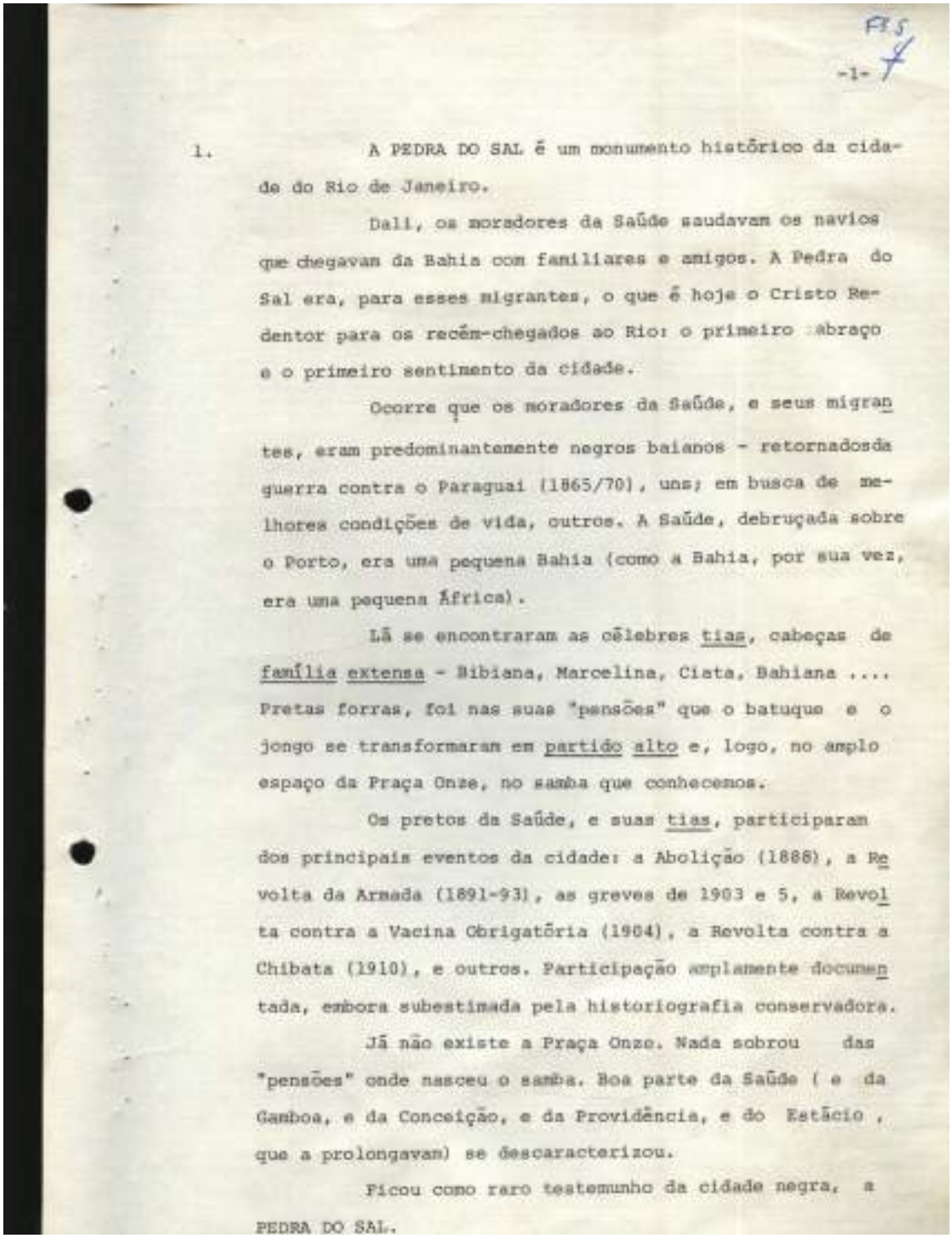
Senhor Diretor Geral,

Dirijo-me a V.Sa. com a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico. Trata-se de preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira. A Pedra do Sal, que foi do Quebra-Bunda e da Prainha, além de espaço ritual consagrado, é o mais antigo monumento que se pode vincular à história do samba carioca. Quem o proclama é o professor Joel Rufino dos Santos, em ardente texto que segue anexo. Quem o fixou primeiro foi o pintor João da Baiana, filho da tia Perciliana, o mesmo que aprendeu música em cima da Pedra, brincando com Donga e Pixinguinha, para mais tarde introduzir o pandeiro no samba e fazer choro com Heitor Villa Lobos. Vale a pena saudar o cuidado técnico com que a DPHA adaptou sua metodologia de cadastramento para registrar as referências que foram aderindo ao romance da Pedra do Sal, dos primeiros pretos da Saúde, da hospitalidade das tias baianas, do eco das lutas populares, dos despachos e oferendas, das festas de candomblé, da homenagem dos ranchos e das rodas de choro.

Ilmo. Sr. Prof. Leonel Kaz
M.D. Diretor-Geral do Departamento de Cultura

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984.P. 2).

Página 5.



FTS
-1-

1. A PEDRA DO SAL é um monumento histórico da cidade do Rio de Janeiro.

Dali, os moradores da Saúde saudavam os navios que chegavam da Bahia com familiares e amigos. A Pedra do Sal era, para esses migrantes, o que é hoje o Cristo Redentor para os recém-chegados ao Rio: o primeiro abraço e o primeiro sentimento da cidade.

Ocorre que os moradores da Saúde, e seus migrantes, eram predominantemente negros baianos - retornados da guerra contra o Paraguai (1865/70), uns; em busca de melhores condições de vida, outros. A Saúde, debruçada sobre o Porto, era uma pequena Bahia (como a Bahia, por sua vez, era uma pequena África).

Lá se encontraram as célebres tias, cabeças de família extensa - Bibiana, Marcelina, Ciata, Bahiana .... Pretas forras, foi nas suas "pensões" que o batuque e o jongo se transformaram em partido alto e, logo, no amplo espaço da Praça Onze, no samba que conhecemos.

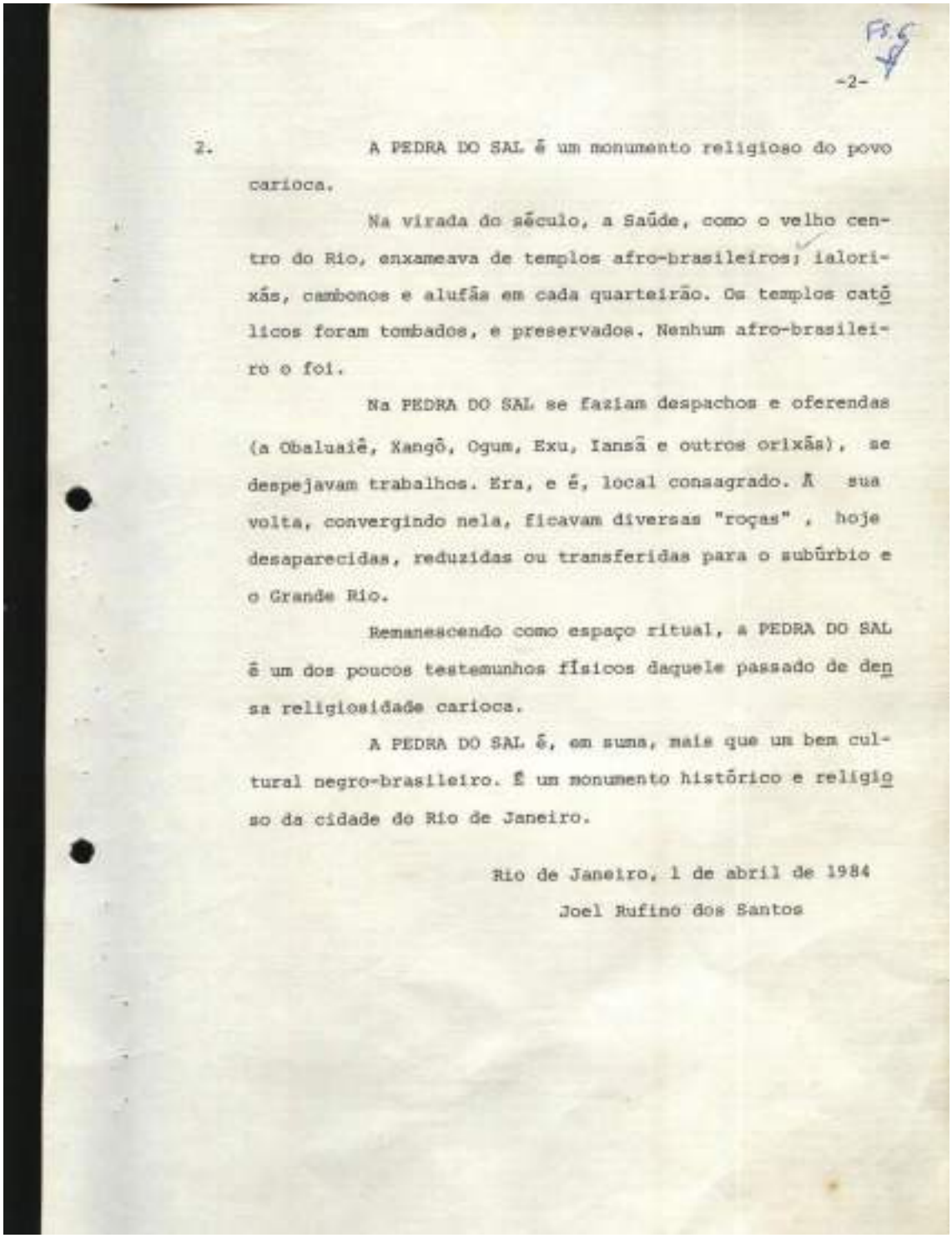
Os pretos da Saúde, e suas tias, participaram dos principais eventos da cidade: a Abolição (1888), a Revolta da Armada (1891-93), as greves de 1903 e 5, a Revolta contra a Vacina Obrigatória (1904), a Revolta contra a Chibata (1910), e outros. Participação amplamente documentada, embora subestimada pela historiografia conservadora.

Já não existe a Praça Onze. Nada sobrou das "pensões" onde nasceu o samba. Boa parte da Saúde (e da Gamboa, e da Conceição, e da Providência, e do Estácio , que a prolongavam) se descaracterizou.

Ficou como raro testemunho da cidade negra, a PEDRA DO SAL.

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.5).

Página 6



Fls. 6

-2-

2. A PEDRA DO SAL é um monumento religioso do povo carioca.

Na virada do século, a Saúde, como o velho centro do Rio, enxameava de templos afro-brasileiros; ialorixás, cambonos e alufãs em cada quarteirão. Os templos católicos foram tombados, e preservados. Nenhum afro-brasileiro o foi.

Na PEDRA DO SAL se faziam despachos e oferendas (a Obaluaiê, Xangô, Ogum, Exu, Iansã e outros orixãs), se despejavam trabalhos. Era, e é, local consagrado. À sua volta, convergindo nela, ficavam diversas "roças", hoje desaparecidas, reduzidas ou transferidas para o subúrbio e o Grande Rio.

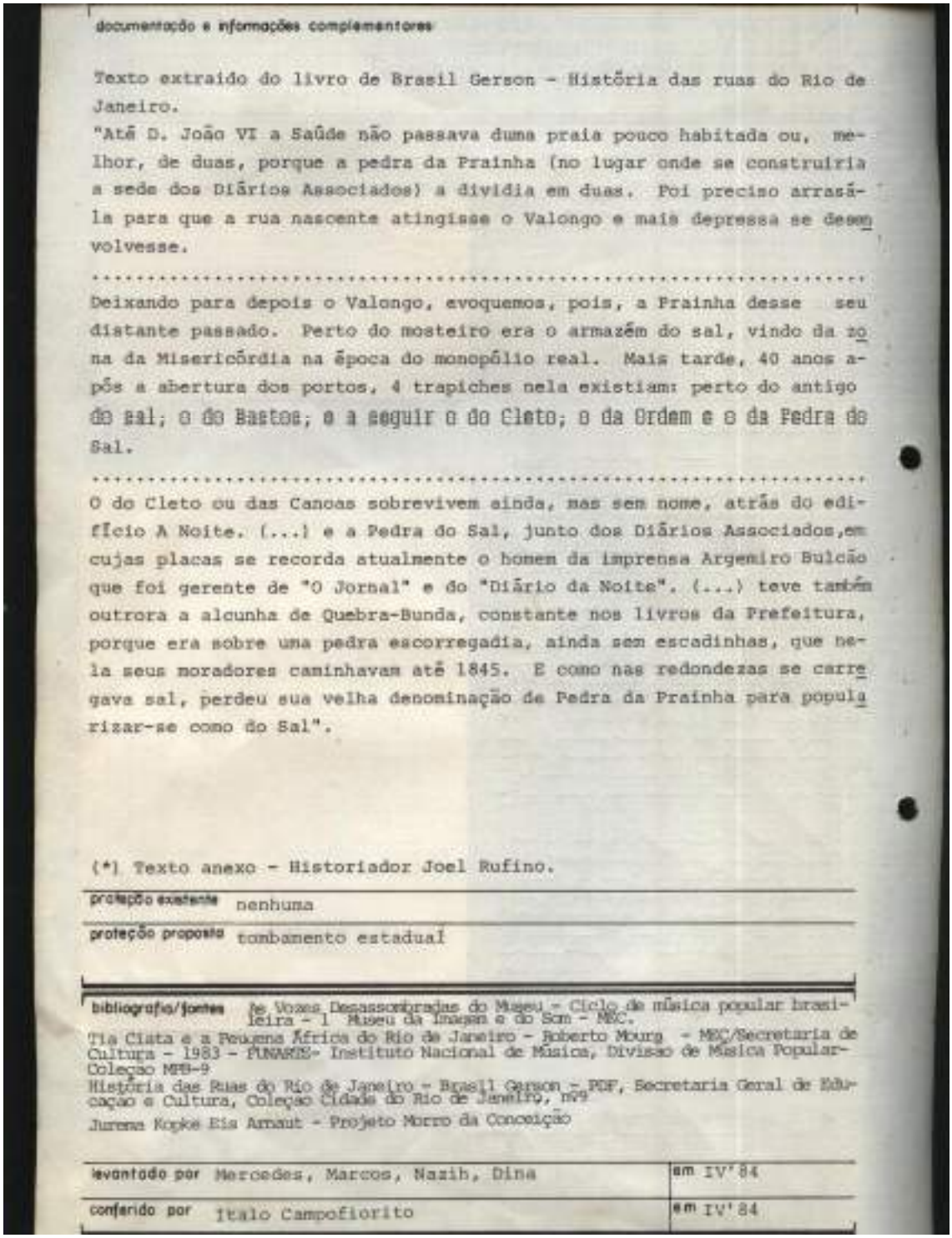
Remanescendo como espaço ritual, a PEDRA DO SAL é um dos poucos testemunhos físicos daquele passado de densa religiosidade carioca.

A PEDRA DO SAL é, em suma, mais que um bem cultural negro-brasileiro. É um monumento histórico e religioso da cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1984

Joel Rufino dos Santos

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p. 6).



documentação e informações complementares

Texto extraído do livro de Brasil Gerson - História das ruas do Rio de Janeiro.

"Até D. João VI a Saúde não passava duma praia pouco habitada ou, melhor, de duas, porque a pedra da Prainha (no lugar onde se construiria a sede dos Diários Associados) a dividia em duas. Foi preciso arrasá-la para que a rua nascente atingisse o Valongo e mais depressa se desenvolvesse.

.....

Deixando para depois o Valongo, evoquemos, pois, a Prainha desse seu distante passado. Perto do mosteiro era o armazém do sal, vindo da zona da Misericórdia na época do monopólio real. Mais tarde, 40 anos após a abertura dos portos, 4 trapiches nela existiam: perto do antigo do sal; o do Bastos; e a seguir o do Cleto; o da Ordem e o da Pedra do Sal.

.....

O do Cleto ou das Canoas sobrevivem ainda, mas sem nome, atrás do edifício A Noite. (...) e a Pedra do Sal, junto dos Diários Associados, em cujas placas se recorda atualmente o homem da imprensa Argemiro Bulcão que foi gerente de "O Jornal" e do "Diário da Noite". (...) teve também outrora a alcunha de Quebra-Bunda, constante nos livros da Prefeitura, porque era sobre uma pedra escorregadia, ainda sem escadinhas, que nela seus moradores caminhavam até 1845. E como nas redondezas se carregava sal, perdeu sua velha denominação de Pedra da Prainha para popularizar-se como do Sal".

(*) Texto anexo - Historiador Joel Rufino.

proteção existente nenhuma

proteção proposta tombamento estadual

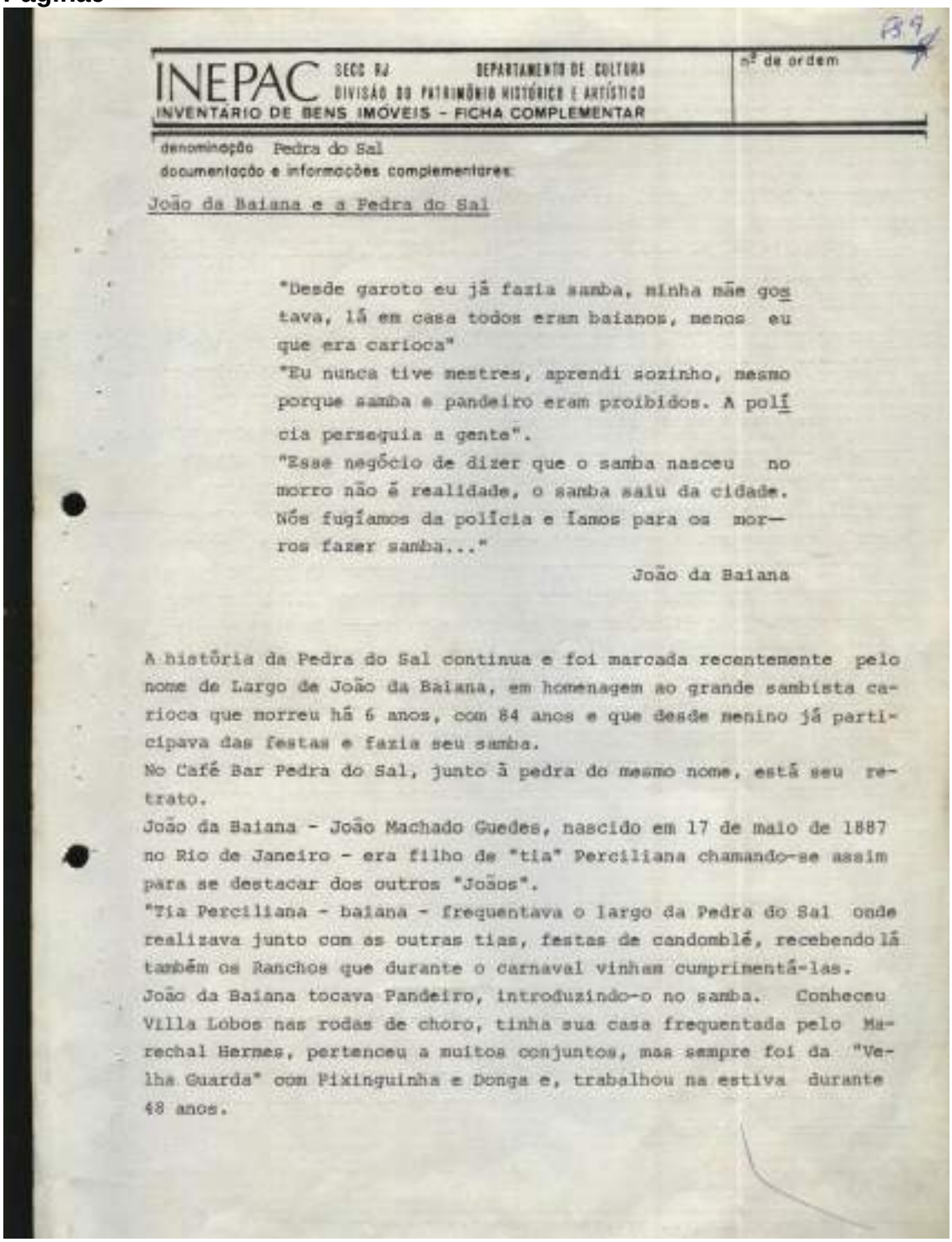
bibliografia/fontes As Vozes Desassombradas do Museu - Ciclo de música popular brasileira - 1 Museu da Imagem e do Som - MEC.
Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro - Roberto Moura - MEC/Secretaria de Cultura - 1983 - FUNARTE- Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular- Coleção MPB-9
História das Ruas do Rio de Janeiro - Brasil Gerson - PDF, Secretaria Geral de Educação e Cultura, Coleção Cidade do Rio de Janeiro, nº9
Jurema Kopke Bia Arnaut - Projeto Morro da Conceição

levantado por Mercedes, Marcos, Nazih, Dina — em IV'84

conferido por Ítalo Campofiorito — em IV'84

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. P.8).

Página9



INEPAC SECC RJ DEPARTAMENTO DE CULTURA
DIVISÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS - FICHA COMPLEMENTAR

nº de ordem 89

denominação Pedra do Sal
documentação e informações complementares:

João da Baiana e a Pedra do Sal

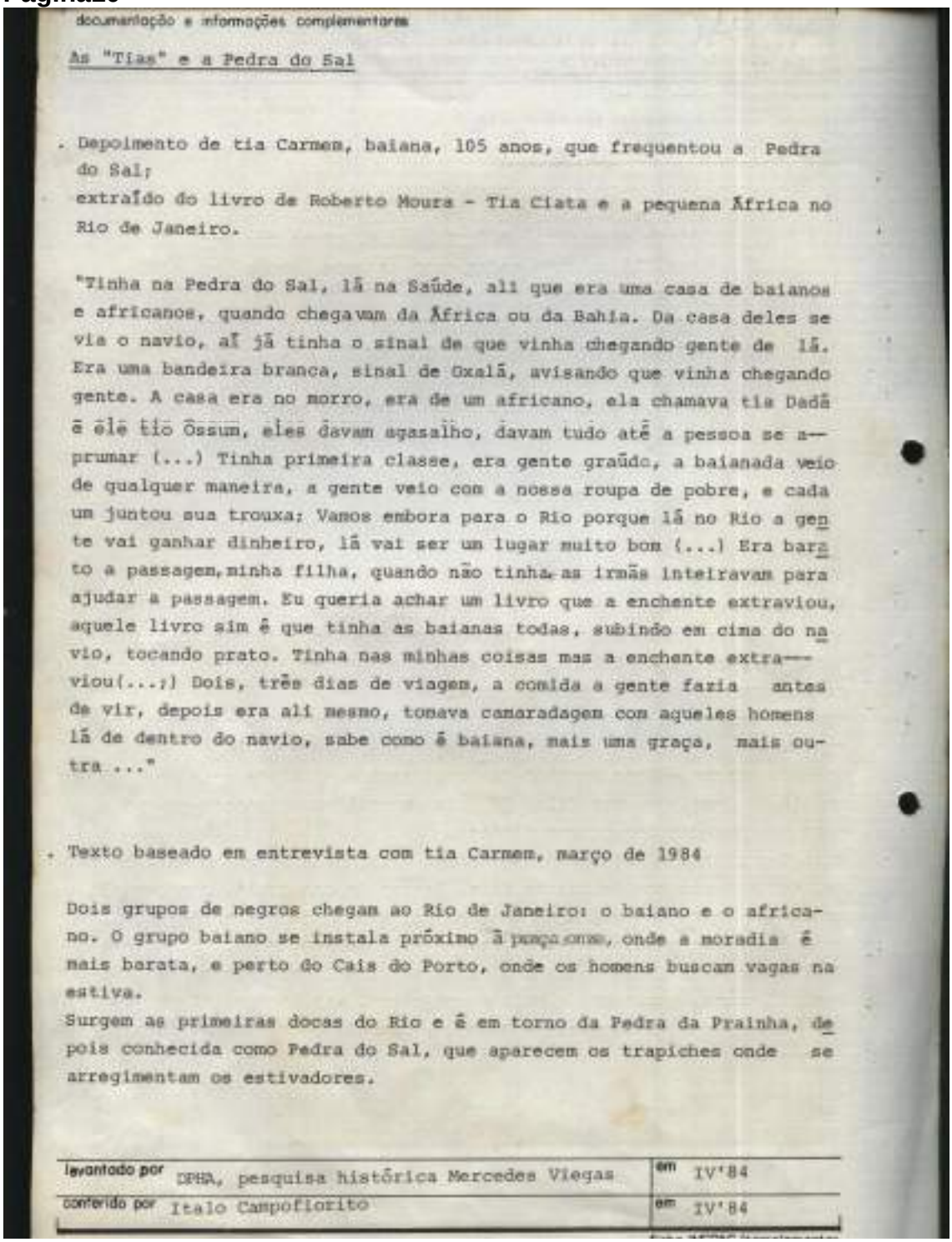
"Desde garoto eu já fazia samba, minha mãe gostava, lá em casa todos eram baianos, menos eu que era carioca"
"Eu nunca tive mestres, aprendi sozinho, mesmo porque samba e pandeiro eram proibidos. A polícia perseguia a gente".
"Esse negócio de dizer que o samba nasceu no morro não é realidade, o samba saiu da cidade. Nós fugíamos da polícia e íamos para os morros fazer samba..."

João da Baiana

A história da Pedra do Sal continua e foi marcada recentemente pelo nome de Largo de João da Baiana, em homenagem ao grande sambista carioca que morreu há 6 anos, com 84 anos e que desde menino já participava das festas e fazia seu samba.
No Café Bar Pedra do Sal, junto à pedra do mesmo nome, está seu retrato.
João da Baiana - João Machado Guedes, nascido em 17 de maio de 1887 no Rio de Janeiro - era filho de "tia" Perciliana chamando-se assim para se destacar dos outros "Joãos".
"Tia Perciliana - baiana - frequentava o largo da Pedra do Sal onde realizava junto com as outras tias, festas de candomblé, recebendo lá também os Ranchos que durante o carnaval vinham cumprimentá-las.
João da Baiana tocava Pandeiro, introduzindo-o no samba. Conheceu Villa Lobos nas rodas de choro, tinha sua casa frequentada pelo Marechal Hermes, pertenceu a muitos conjuntos, mas sempre foi da "Velha Guarda" com Pixinguinha e Donga e, trabalhou na estiva durante 48 anos.

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.9).

Página10



documentação e informações complementares

As "Tias" e a Pedra do Sal

. Depoimento de tia Carmem, baiana, 105 anos, que frequentou a Pedra do Sal;
extraído do livro de Roberto Moura - Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro.

"Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava tia Dadá é êlê tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar (...) Tinha primeira classe, era gente graúdo, a baianada veio de qualquer maneira, a gente veio com a nossa roupa de pobre, e cada um juntou sua trouxa; Vamos embora para o Rio porque lá no Rio a gente vai ganhar dinheiro, lá vai ser um lugar muito bom (...) Era barato a passagem, minha filha, quando não tinha as irmãs inteiravam para ajudar a passagem. Eu queria achar um livro que a enchente extraviou, aquele livro sim é que tinha as baianas todas, subindo em cima do navio, tocando prato. Tinha nas minhas coisas mas a enchente extraviou(...;) Dois, três dias de viagem, a comida a gente fazia antes de vir, depois era ali mesmo, tomava camaradagem com aqueles homens lá de dentro do navio, sabe como é baiana, mais uma graça, mais outra ..."

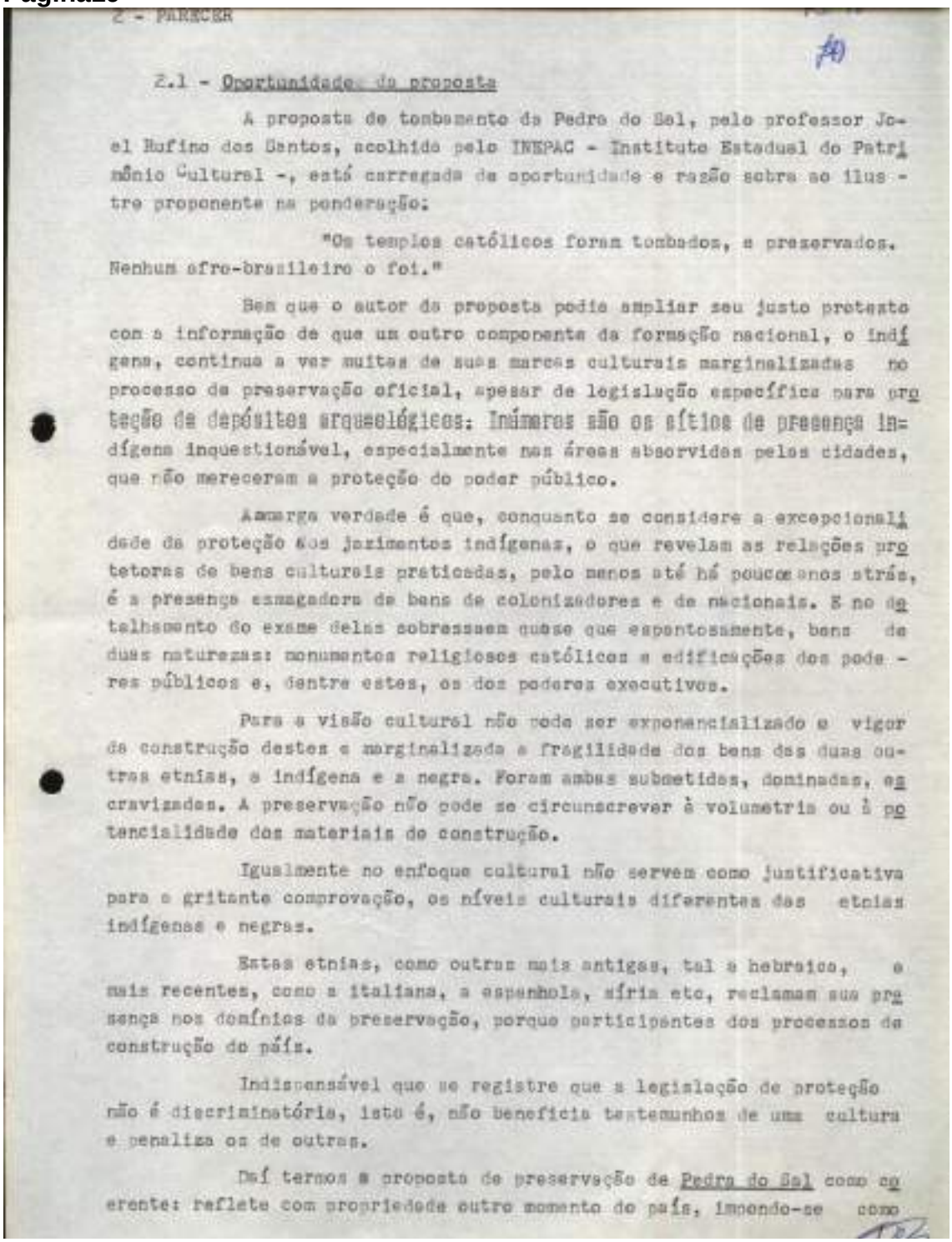
. Texto baseado em entrevista com tia Carmem, março de 1984

Dois grupos de negros chegam ao Rio de Janeiro: o baiano e o africano. O grupo baiano se instala próximo à praça onde, onde a moradia é mais barata, e perto do Cais do Porto, onde os homens buscam vagas na estiva.
Surgem as primeiras docas do Rio e é em torno da Pedra da Prainha, depois conhecida como Pedra do Sal, que aparecem os trapiches onde se arregimentam os estivadores.

levantado por	DPHA, pesquisa histórica Mercedes Viegas	em	IV'84
conferido por	Italo Campofiorito	em	IV'84

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.10).

Página19



2 - PARECER

2.1 - Oportunidade da proposta

A proposta de tombamento da Pedra do Sal, pelo professor Joel Rufino dos Santos, acolhida pelo INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural -, está carregada de oportunidade e razão sobre as ilustre proponente na ponderação:

"Os templos católicos foram tombados, e preservados. Nenhum afro-brasileiro o foi."

Bem que o autor da proposta podia ampliar seu justo protesto com a informação de que um outro componente da formação nacional, o indígena, continua a ver muitas de suas marcas culturais marginalizadas no processo de preservação oficial, apesar de legislação específica para proteção de depósitos arqueológicos. Inúmeros são os sítios de presença indígena inquestionável, especialmente nas áreas absorvidas pelas cidades, que não mereceram a proteção do poder público.

Amarga verdade é que, enquanto se considere a excepcionalidade da proteção aos jazimentos indígenas, o que revelam as relações protetoras de bens culturais praticadas, pelo menos até há poucos anos atrás, é a presença esmagadora de bens de colonizadores e de nacionais. E no detalhamento do exame delas sobressaem quase que espantosamente, bens de duas naturezas: monumentos religiosos católicos e edificações dos poderes públicos e, dentre estes, os dos poderes executivos.

Para a visão cultural não pode ser exponencializado o vigor da construção destes e marginalizada a fragilidade dos bens das duas outras etnias, a indígena e a negra. Foram ambas submetidas, dominadas, escravizadas. A preservação não pode se circunscrever à volumetria ou à potencialidade dos materiais de construção.

Igualmente no enfoque cultural não servem como justificativa para o gritante comprovação, os níveis culturais diferentes das etnias indígenas e negras.

Estas etnias, como outras mais antigas, tal a hebraica, e mais recentes, como a italiana, a espanhola, síria etc, reclamam sua presença nos domínios da preservação, porque participantes dos processos de construção do país.

Indispensável que se registre que a legislação de proteção não é discriminatória, isto é, não beneficia testemunhos de uma cultura e penaliza os de outras.

Daí termos a proposta de preservação de Pedra do Sal como coerente: reflete com propriedade outro momento do país, impondo-se como

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.19).

Página 20

necessária.

Também na área de preservação, há que dominar aspecto pluralista, multi-étnico, da comunidade brasileira. E para o caso, vale o grito de que ele ocorre justamente nas comemorações do cinqüentenário da criação do órgão federal de preservação - SPHAN (Serviço, ontem) e SPHAN (Secretaria, hoje). Comemoração que, injustificadamente, omite dois baianos - José Wanderley de Araujo Pinho, mais velho, e Pedro Calmon. O primeiro, autor de projetos de lei preservadores, na Câmara Federal, antes e depois de 1930, e o segundo, autor do projeto de lei que se transformou em lei na Bahia, criando, antes da União Federal, a proteção local aos bens culturais. Gustavo Barroso, cearense, dos primeiros, ainda antes de 1920 a se bater pela preservação, é pouco lembrado no cinqüentenário da proteção oficial. (Ver editoriais de 19.01.87: JB, "Passado e futuro", p. 10, e O Globo, "Tradição e projeto do futuro", p. 4).

2.2 - Tombamento de bens naturais

Louvores seja também ao proponente, como ao Diretor do INEPAC, arquiteto Italo Campofiorito, pela preservação de um bem natural. Destaco do Diretor do INEPAC a enfática aceitação:

"Dirijo-me a V.Sa. com a convicção de iniciar um processo de conteúdo extremamente inovador, em matéria de patrimônio histórico e artístico. Trata-se de preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira."

No meu caso particular - egresso do Curso de Geografia e História da ex-Faculdade Nacional de Filosofia e pessoa ligada, de muito cedo, à problemática da dinâmica ambiental - a proposta, como sua exaltada defesa, tocou-me no plano cultural como no sentimental.

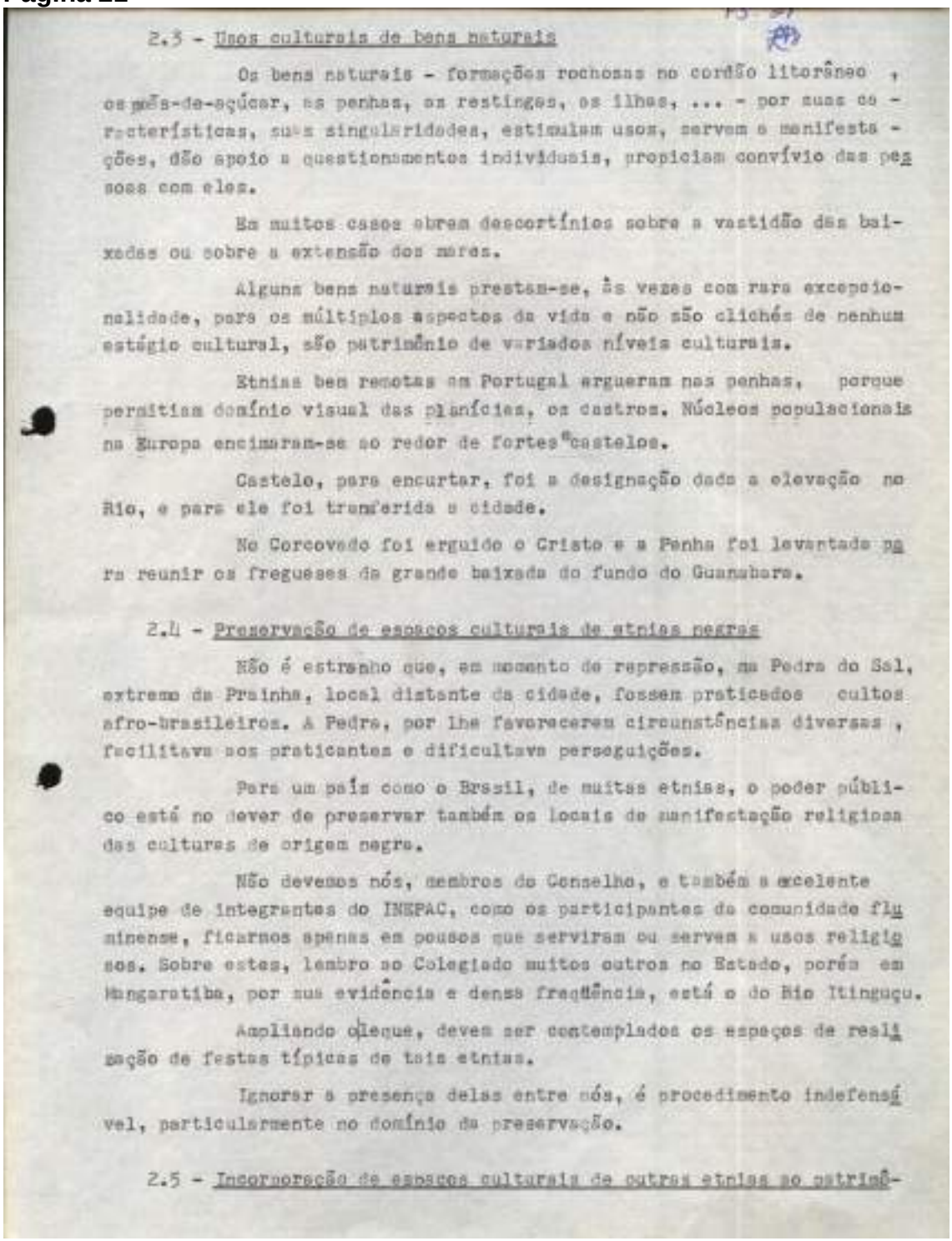
Sei ser certo o pioneirismo da proposta de preservação de bem natural no INEPAC contudo, e isto é de ciência de mestre Italo Campofiorito, a ex-Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, passada em 1975 para o Município do Rio de Janeiro, tombou vários bens naturais de formação granítica: várias elevações da Baixada de Jacarepaguá e a Pedra de Itaposan, no Recreio dos Bandeirantes, bem parecido com a Pedra do Sal, tanto na formação como na função de cordão litorâneo e até mesmo nas manifestações religiosas afro-brasileiras.

Vários processos sobre estes bens já circularam neste Colegiado porém, de iniciativa deste, é pioneiro o caso da Pedra do Sal.

Posterior a ele é a proposta de tombamento da Pedra da Morenina, em Paquetá.

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.20).

Página 21



2.3 - Usos culturais de bens naturais

Os bens naturais - formações rochosas no cordão litorâneo, os pães-de-açúcar, as penhas, as restingas, os ilhas, ... - por suas características, suas singularidades, estimulam usos, servem a manifestações, dão apoio a questionamentos individuais, propiciam convívio das pessoas com eles.

Em muitos casos abrem descortínios sobre a vastidão das baixadas ou sobre a extensão dos mares.

Alguns bens naturais prestam-se, às vezes com rara excepcionalidade, para os múltiplos aspectos da vida e não são clichés de nenhum estágio cultural, são patrimônio de variados níveis culturais.

Etnias bem remotas em Portugal ergueram nas penhas, porque permitiam domínio visual das planícies, os castros. Núcleos populacionais na Europa encimaram-se ao redor de fortes e castelos.

Castelo, para encurtar, foi a designação dada a elevação no Rio, e para ele foi transferida a cidade.

No Corcovado foi erguido o Cristo e a Penha foi levantada para reunir os freguesses da grande baixada do fundo do Guanabara.

2.4 - Preservação de espaços culturais de etnias negras

Não é estranho que, em momento de repressão, na Pedra do Sal, extremo da Prainha, local distante da cidade, fossem praticados cultos afro-brasileiros. A Pedra, por lhe favorecerem circunstâncias diversas, facilitava aos praticantes e dificultava perseguições.

Para um país como o Brasil, de muitas etnias, o poder público está no dever de preservar também os locais de manifestação religiosa das culturas de origem negra.

Não devemos nós, membros do Conselho, e também a excelente equipe de integrantes do INEPAC, como os participantes da comunidade fluminense, ficarmos apenas em pousos que serviram ou servem a usos religiosos. Sobre estes, lembro ao Colegiado muitos outros no Estado, porém em Mangaratiba, por sua evidência e dessa freqüência, está o do Rio Itinguçu.

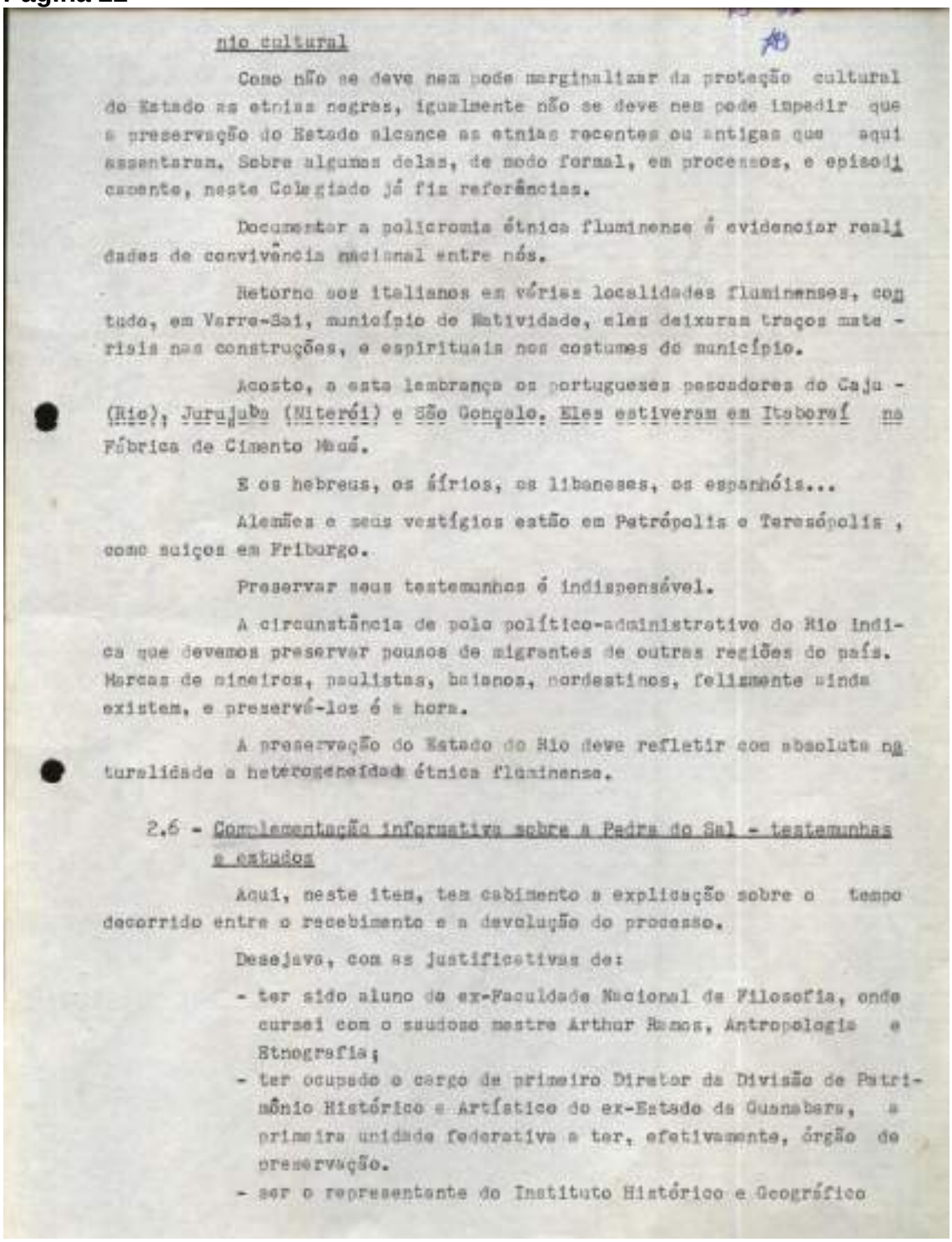
Ampliando o leque, devem ser contemplados os espaços de realização de festas típicas de tais etnias.

Ignorar a presença delas entre nós, é procedimento indefensável, particularmente no domínio da preservação.

2.5 - Incorporação de espaços culturais de outras etnias ao patrimô-

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p. 21).

Página 22



nio cultural

Como não se deve nem pode marginalizar da proteção cultural do Estado as etnias negras, igualmente não se deve nem pode impedir que a preservação do Estado alcance as etnias recentes ou antigas que aqui assentaram. Sobre algumas delas, de modo formal, em processos, e episodicamente, neste Colegiado já fiz referências.

Documentar a policromia étnica fluminense é evidenciar realidades de convivência nacional entre nós.

Retorno aos italianos em várias localidades fluminenses, contudo, em Varre-Sai, município de Natividade, eles deixaram traços materiais nas construções, e espirituais nos costumes do município.

Acosto, a esta lembrança os portugueses pescadores do Caju - (Rio), Jurujuba (Niterói) e São Gonçalo. Eles estiveram em Itaboraí na Fábrica de Cimento Mauá.

E os hebreus, os sírios, os libaneses, os espanhóis...

Alemães e seus vestígios estão em Petrópolis e Teresópolis, como suíços em Friburgo.

Preservar seus testemunhos é indispensável.

A circunstância de polo político-administrativo do Rio indica que devemos preservar pousos de migrantes de outras regiões do país. Marcas de mineiros, paulistas, baianos, nordestinos, felizmente ainda existem, e preservá-los é a hora.

A preservação do Estado do Rio deve refletir com absoluta naturalidade a heterogeneidade étnica fluminense.

2.6 - Complementação informativa sobre a Pedra do Sal - testemunhas e estudos

Aqui, neste item, tem cabimento a explicação sobre o tempo decorrido entre o recebimento e a devolução do processo.

Desejava, com as justificativas de:

- ter sido aluno da ex-Faculdade Nacional de Filosofia, onde cursei com o saudoso mestre Arthur Ramos, Antropologia e Etnografia;
- ter ocupado o cargo de primeiro Diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do ex-Estado da Guanabara, a primeira unidade federativa a ter, efetivamente, órgão de preservação.
- ser o representante do Instituto Histórico e Geográfico

(INEPAC. Documento do processo de tombamento da Pedra do Sal. Número/E-18/300048/1984. p.22).